



UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL

DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE AUXÍLIO PERMANÊNCIA (PauP) DA
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE
ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO
CAMPUS MACEIÓ DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Elton Barros do Nascimento

Tutor: Dr. Edel Alexandre Silva Pontes

Co- tutora: Dra. Cleide Calheiros da Silva

Assunção – 2024



UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE AUXÍLIO PERMANÊNCIA (PauP) DA
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE
ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO
CAMPUS MACEIÓ DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Ciências Exatas, da Universidade Tecnológica Intercontinental, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Educação.

Tutor: Profº. Dr. Edel Alexandre Silva Pontes

Assunção – 2024

Constância de aprovação do tutor

O Dr. Edel Alexandre Silva Pontes, com documento de identidade nº_98001235037, tutor do trabalho de investigação intitulado “**A influência do Programa de Auxílio Permanência (Paup) da Assistência Estudantil (AE) no Desempenho Acadêmico de Estudantes de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas**”, elaborado pelo doutorando Elton Barros do Nascimento, para obter o título de Doutor em Ciências da Educação, faz constar que a pesquisa reúne os requisitos formais e de fundo, exigidos pela Universidade Tecnológica Intercontinental – UTIC, e pode ser submetida à avaliação e apresentar-se diante dos docentes que foram designados para integrar a Banca Examinadora.

Na cidade de Asunción, Paraguay, aos 26 de junho de 2024.

Dr. Edel Alexandre Silva Pontes

Tutor

Termo de Aprovação - Banca Examinadora

TERMO DE APROVAÇÃO

A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE AUXÍLIO PERMANÊNCIA (PAUP) DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO CAMPUS MACEIÓ DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS.

Por

ELTON BARROS DO NASCIMENTO

A Banca examinadora abaixo aprova a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Educação, da Universidade Tecnológica Intercontinental – UTIC, como parte da exigência para a obtenção do grau de Doutorado.

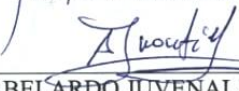
Assunção-PY, 26 de julio de 2024


DR. SÍLVIO TORRES CHAVEZ
Presidente

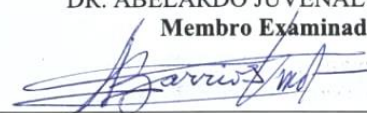
Dr. Silvio Torres Chávez
Profesor de Postgrado
Matricula Mec: 96.015


DR. DELFI LÓPEZ ROLÓN
Membro Examinador

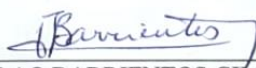
Dr. Delfi López Rolón
Dr. en Ciencias de la Educación


DR. ABELARDO JUVENAL MONTIEL
Membro Examinador

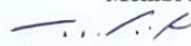
Prof. Dr. Abelardo Montiel
P.H.D


DR. ANIBAL BARRIOS FRETES
Membro Convidado

Prof. Anibal Barrios Fretes
Dr. en Ciencias de la Educación
Lic. en Filosofía


DR. ESTANISLAO BARRIENTOS GIMÉNEZ
Membro Convidado

Prof. Estanislao Barrientos
Sociólogo y Dr. en Edu.


DR. EDEL ALEXANDRE SILVA PONTES
Orientador



Dedico este trabalho primeiramente a Deus, presente nas horas de angústia; aos meus Pais Benedito e Maria ('In Memoriam'), por sempre serem exemplos em minha vida; à minha Esposa Fabiana, pelo amor e pela dedicação; a minhas Filhas Bruna e Bianka, pelo simples fato de existirem, e à minha Sogra Magali, por ser uma segunda Mãe.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a Todos que estiveram ao meu lado durante esta jornada:

A Deus, por ter me dado forças para, mesmo diante de tantos atropelos e espinhos, chegar ao fim desta jornada.

Aos meus Pais, Benedito Barbosa e Maria Barros (*In Memoriam*), base de minha existência e testemunho de amor na minha vida, por sempre incentivar e mostrar a importância da educação em minha formação pessoal.

À minha Esposa, amor de minha vida, companheira de todas as horas, incentivadora, colaboradora e sempre à disposição para dividir sua experiência e seu conhecimento com companheirismo, dedicação e carinho.

Às minhas Filhas maravilhosas, que não mediram esforços, abdicando até de seus momentos de estudo para auxiliarem na conclusão desta pesquisa.

À minha Sogra Magali, por ser uma mãe e estar ao meu lado nos momentos de turbulência e de alegrias, sempre estimulando para que a jornada fosse repleta de sucessos.

À minha Cunhada Adriana e ao meu Cunhado Frobel (*In Memoriam*), por sempre me estimularem, para que a jornada fosse repleta de sucessos.

À Prof.^a Dra. Cleide Calheiros, pelas orientações, pelo incentivo e pela ajuda, além da amizade sincera.

Ao Prof^o Dr. Edel Alexandre Silva Pontes, pelas orientações, pelo seu grande desprendimento em ajudar, pela fiel e sincera amizade e sobretudo por ter aceitado ser meu orientador.

Ao Prof^o Dr. Euclides, pelas orientações, pelo seu grande desprendimento em ajudar, pela fiel e sincera amizade.

Aos Amigos Prof^o MS Taminez e Prof^o MS Silvio pelo incentivo e pela amizade sincera. Grandes parceiros!

Aos Amigos Bolinhas, Gicelmo, Helder, Denis e Bolinete Diana, pelo incentivo, pela colaboração, pela amizade e por ajudar na construção desta pesquisa. Aos demais Amigos da turma do Doutorado, que constituíram realmente uma turma diferenciada pela amizade.

Às amigas Renata, Francine, Karine, Jaqueline, Dyan, Joana, Josilene e Anginha, pelo incentivo e pela colaboração na construção desta pesquisa.

Agradeço à Equipe de Professores de Educação Física do Ifal-Campus Maceió, pela colaboração e pela amizade de sempre.

Aos meus Alunos, razão de ser da minha docência feliz, há quase 40 (quarenta) anos.

E, por fim, a Todos que, de alguma forma, contribuíram para esta vitória.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a influência do Programa de Auxílio Permanência (PauP) da Assistência Estudantil (AE) no desempenho acadêmico de estudantes de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas. O Programa de Auxílio Permanência é uma iniciativa que busca fornecer suporte financeiro aos estudantes de baixa renda, visando minimizar as dificuldades enfrentadas por eles durante o período de estudos. E é a Assistência Estudantil que é responsável por implementar e gerir esse programa. A pesquisa, de natureza qualitativa, analisou os dados construídos, por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, fazendo uso de questionários e registros acadêmicos. Os estudantes participantes da pesquisa foram divididos em dois grupos: um grupo que recebe o Auxílio Permanência e outro grupo que não o recebe. Os dados foram construídos a partir de algumas variáveis, como a média geral de aprovação, o índice de evasão, a média de notas obtidas no decorrer do processo acadêmico, a participação em atividades extracurriculares, o acesso a materiais didáticos, o envolvimento em cursos de nivelamento oferecidos pelo programa. Os resultados da pesquisa contribuíram para o entendimento da efetividade do Programa de Auxílio Permanência na vida acadêmica dos alunos do Campus Maceió. Além disso, os principais benefícios e os desafios enfrentados pelos estudantes atendidos pelo programa foram apontados, possibilitando melhorias e ajustes nas políticas de assistência estudantil no Instituto Federal de Alagoas. Observamos que os Programa de Auxílio Permanência da Assistência Estudantil interferem diretamente na questão da evasão escolar, além de maximizar o desempenho acadêmico dos estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Programas de Auxílio Permanência. Desempenho Acadêmico.

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo analizar la Programa de Asistencia a la Permanencia (PauP) de Asistencia Estudiantil (AE) en el rendimiento académico de los estudiantes de cursos técnicos integrados en la enseñanza media del Campus Maceió del Instituto Federal de Alagoas. El Programa de Asistencia a la Permanencia es una iniciativa que busca brindar apoyo financiero a estudiantes de bajos recursos, con el objetivo de minimizar las dificultades que enfrentan durante su período de estudios. Asistencia Estudiantil es responsable de implementar y administrar este programa. La investigación se basa en el análisis de datos cuantitativos y cualitativos, mediante cuestionarios y expedientes académicos. Los estudiantes que participaron en la investigación fueron divididos en dos grupos: un grupo que recibe ayuda de permanencia y otro grupo que no. Los resultados de la investigación fueron analizados con base en indicadores como promedio de aprobación general, tasa de deserción, calificaciones promedio obtenidas por los estudiantes, entre otros. Además, se consideraron factores como la participación en actividades extracurriculares, el acceso a materiales didácticos y la participación en cursos de nivelación que ofrece el programa. Se espera que los resultados de la investigación puedan contribuir a la evaluación de la efectividad del Programa de Asistencia a la Permanencia en el campus en cuestión. Además, se espera identificar los principales beneficios y desafíos que enfrentan los estudiantes atendidos por el programa, permitiendo mejoras y ajustes a las políticas de atención estudiantil. En conclusión, se observó que el Programa de Asistencia a la Permanencia Estudiantil interfiere directamente en el tema de la deserción escolar, además de minimizar la falta de rendimiento académico de los estudiantes de cursos técnicos integrados a la enseñanza media en el Campus Maceió del Instituto Federal de Alagoas.

Palabras clave: Asistencia al Estudiante. Programas de Asistencia a la Permanencia. Logro Académico.

ABSTRACT

The research aims to analyze the impacts of the Student Assistance (AE) Permanence Assistance Program (PauP) on the academic performance of students on technical courses integrated into high school at the Maceió Campus of the Federal Institute of Alagoas. The Permanence Assistance Program is an initiative that seeks to provide financial support to low-income students, aiming to minimize the difficulties they face during their study period. Student Assistance is responsible for implementing and managing this program. The research is based on the analysis of quantitative and qualitative data, using questionnaires and academic records. The students participating in the research were divided into two groups: a group that receives permanence assistance and another group that does not. The research results were analyzed based on indicators such as general approval average, dropout rate, average grades obtained by students, among others. In addition, factors such as participation in extracurricular activities, access to teaching materials and participation in leveling courses offered by the program were considered. It is expected that the research results can contribute to the evaluation of the effectiveness of the Permanence Assistance Program on the campus in question. Furthermore, it is expected to identify the main benefits and challenges faced by students served by the program, enabling improvements and adjustments to student assistance policies. In conclusion, it was observed that the Student Assistance Permanence Assistance Program directly interferes with the issue of school dropout, in addition to minimizing the lack of academic performance of students on technical courses integrated into high school at the Maceió Campus of the Federal Institute of Alagoas.

Keywords: Student Assistance. Permanence Assistance Programs. Academic Achievement.

LISTA DE SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
CF	Constituição Federal
DPE	Diretoria de Políticas Estudantis
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei das Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
PNAES	Programa Nacional de assistência Estudantil
IFs	Institutos Federais
TAE	Técnicos Administrativos Educacionais
CS	Conselho Superior
DGAE	Diretoria de Gestão em Assistência Estudantil
DPE	Diretoria de Políticas Estudantis

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Alunos (as) matriculados (as) no ano letivo 2023 – Campus Maceió.....	71
Tabela 2	Programas.....	72
Tabela 3	Média por sexo de alunos beneficiados no PauP.....	84
Tabela 4	Média por sexo de alunos beneficiados no PauP que tiveram melhora no rendimento.....	85
Tabela 5	Média por sexo de alunos beneficiados no PauP que mantiveram o rendimento acadêmico.....	85
Tabela 6	Média por sexo de alunos beneficiados no PauP que tiveram queda no rendimento acadêmico.....	86
Tabela 7	Média por sexo de alunos beneficiados no PauP que evadiram.....	87
Tabela 8	Análise inferencial da média.....	88
Tabela 9	Dados estícticos de alunos com e sem PauP.....	92
Tabela 10	Teste-t: duas amostras em par para médias.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Cursos ofertados.....	72
Gráfico 2	Turno de estudo.....	73
Gráfico 3	Ano/Módulo/Período do curso.....	73
Gráfico 4	Ingresso no curso através do sistema de cotas.....	74
Gráfico 5	Origem escolar.....	75
Gráfico 6	Como se considera.....	75
Gráfico 7	Sexo do perfil pesquisado.....	75
Gráfico 8	Zona/comunidade estudada.....	76
Gráfico 9	Situação de moradia familiar.....	76
Gráfico 10	Composição familiar.....	77
Gráfico 11	Nível de escolarização dos pais/ou responsáveis.....	77
Gráfico 12	Fontes de renda familiar.....	78
Gráfico 13	Principal mantenedor(a) da família.....	78
Gráfico 14	Aluno(a) trabalha.....	79
Gráfico 15	Participação em programa governamental.....	79
Gráfico 16	Sistema de saúde utilizado pela família.....	80
Gráfico 17	Levantamento das pessoas com deficiência.....	80
Gráfico 18	Meio de transporte utilizado na locomoção escolar.....	81
Gráfico 19	Possui computador/notebook/tablet em casa?.....	81
Gráfico 20	Condições de aquisição de equipamento para acesso à internet.....	82
Gráfico 21	Condições de acesso à internet.....	82
Gráfico 22	Sexo dos beneficiados com o PauP.....	84
Gráfico 23	Sexo dos beneficiados com aumento no rendimento acadêmico.....	85
Gráfico 24	Sexo dos beneficiados que mantiveram o rendimento acadêmico....	86
Gráfico 25	Sexo dos beneficiados que tiveram queda no rendimento acadêmico.....	87
Gráfico 26	Sexo dos beneficiados que evadiram.....	88
Gráfico 27	Percentual de cada nível de aproveitamento.....	89
Gráfico 28	Comparativo a evolução das notas com e sem o PauP.....	90
Gráfico 29	Indicadores de evasão no Campus Maceió.....	95

SUMÁRIO

Constância de aprovação do tutor	I
Termo de Aprovação - Banca Examinadora	II
AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	V
RESUMEN	VI
ABSTRACT	VII
LISTA DE SIGLAS	VIII
LISTA DE TABELAS	IX
LISTA DE GRÁFICOS	X
CAPÍTULO I – MARCO INTRODUTÓRIO	13
1.1. Delimitação do tema	13
1.2. Descrição do problema	15
1.3. Formulação do problema	15
1.3.1. Problema geral	16
1.3.2. Problemas específicos	16
1.4. Objetivos da pesquisa	17
1.4.1. Objetivo geral	17
1.4.2. Objetivos específicos	17
1.5. Justificativa	17
1.6. Delimitação da Investigação	19
CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO	22
2.1. A assistência estudantil no Brasil	23
2.2. Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Alagoas (PAE/Ifal)	30
2.2.1. Programas Universais e de Seleção no Ifal	34
2.3. Assistência Estudantil no âmbito do Ifal e os atos normativos	55
2.4. Influência dos benefícios de Assistência Estudantil sobre o desempenho acadêmico	64
2.5. A evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade econômica	72
CAPÍTULO III – MARCO METODOLÓGICO	78
3.1. Delineamento da Pesquisa	78
3.2. Desenho da pesquisa	79
3.3. Ambiente de Pesquisa	79
3.4. População, Amostra e Amostragem	80
3.4.1. População	80
3.4.2. Amostra	80
3.4.3. Amostragem	81
3.5. Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados	81
CAPÍTULO IV – MARCO ANALÍTICO	82
4.1. Análise do perfil dos(as) estudantes atendidos(as) nos Programas	84

4.1. Análise da variabilidade das notas de estudantes com e sem benefício do PauP: um estudo comparativo	122
CAPÍTULO V – MARCO CONCLUSIVO	125
REFERÊNCIAS.....	128

CAPÍTULO I – MARCO INTRODUTÓRIO

1.1. Delimitação do tema

A Assistência Estudantil (AE) consiste em um conjunto de ações concretas destinadas a atender e garantir condições adequadas para a permanência dos(as) estudantes na instituição de ensino. Essas ações incluem o fornecimento de suporte financeiro, psicológico e acadêmico, visando minimizar barreiras que possam comprometer o desempenho e a continuidade dos estudos. Além disso, a assistência busca promover a inclusão e a equidade, assegurando que todos(as) os(as) estudantes tenham acesso aos recursos necessários para alcançar sucesso acadêmico.

Como Política de Assistência Estudantil, ela se configura como um conjunto de princípios e de diretrizes que norteiam o desenvolvimento de ações que visam democratizar o acesso e a permanência dos(as) estudantes, com êxito, na educação pública federal, ela busca sempre minimizar questões oriundas das desigualdades sociais, imprimidas em cada região, fazendo com que os(as) estudantes permaneçam na instituição do início até a finalização do curso. Além disso, os Programas da AE contribuem para a reduzir a evasão escolar, assim como minimizar os prejuízos ao desempenho acadêmico dos(as) discentes, considerando a realidade dos(as) alunos(as) e as demandas socioeconômicas.

A Assistência Estudantil do Ifal também insere os(as) estudantes em atividades esportivas e culturais, como forma de complemento de suas atividades acadêmicas; o que contribui para a inclusão social pelo caminho da Educação. Os auxílios financeiros, que representam um aspecto fundamental do tema em questão, visam reduzir os índices de evasão, de retenção e de baixo desempenho acadêmico, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Eles são destinados aos(as) estudantes dos níveis técnicos e de graduação, na modalidade presencial, conforme critérios estabelecidos nos normativos institucionais.

A ampliação das políticas de acesso, bem como a política de Assistência Estudantil têm seu foco voltado para a igualdade de oportunidades para os(as) estudantes, de modo a promover, de fato, a permanência e o êxito. Portanto, a democratização da Educação, além do seu princípio basilar que é garantia de

acesso em concomitância com a qualidade, deve, acima de tudo, dar condições de permanência dos que nela ingressam. Nesse sentido, a Assistência Estudantil é um elemento fundamental para que muitos(as) discentes tenham condições de permanecer nas instituições de ensino e concluir com êxito o curso escolhido.

É importante pontuar que, historicamente, as ações direcionadas para o fortalecimento da AE foram desenvolvidas, tomando, como ponto de partida, as constantes lutas e as inúmeras mobilizações realizadas pela comunidade acadêmica. Tais ações se apresentam, ainda, de forma fragmentada e descontínua, sendo marcada por idas e vindas, por avanços e retrocessos.

As conquistas nessa área foram e continuam sendo fruto da união de esforços plurais e coletivos de gestores(as), de técnicos(as) administrativos(as), os(as) TAEs, de docentes, de discentes, enfim, de todos(as) que compõem a comunidade acadêmica de cada instituição de ensino. No Ifal, não foi diferente. Todas as conquistas representaram a consolidação de uma luta histórica em torno da Assistência Estudantil como um direito social voltado para a igualdade de oportunidades aos(às) estudantes.

Nessa direção, a importância de ações de apoio aos(às) estudantes é indiscutível, considerando, sobretudo, que uma política de Assistência Estudantil efetiva engloba ações que vão desde as condições de acesso aos instrumentos fundamentais para a formação profissional, passando pela geração de recursos mínimos para a sobrevivência dos(as) estudantes, e pelos atendimentos de profissionais capacitados(as) para atender às demandas discentes.

Por outro lado, pensar em Assistência Estudantil é pensar em possibilidades para além do que se recebe para ajudar no transporte, na alimentação, nos recursos financeiros recebidos de fato, pois se colocarmos o foco apenas nos benefícios financeiros terminamos por excluir do debate a necessidade de universalização da política e a consequente ampliação de direitos. E falar em Assistência Estudantil é necessariamente falar de direitos. Assim sendo, ela não pode ser pensada como uma política focalista e seletiva.

É preciso inseri-la como parte do processo de democratização do acesso e da garantia de uma escola pública, gratuita e comprometida sobremaneira com a permanência de qualidade na instituição.

1.2. Descrição do problema

A pesquisa tem como objetivo analisar se o Programa Auxílio Permanência (PAuP) auxilia os(as) estudantes financeiramente a ponto de contribuir positivamente em seu desempenho acadêmico, identificar quais são as influências percebidas pelos(as) estudantes no seu rendimento escolar após a implementação do programa e apontar se existem diferenças de desempenho entre os(as) estudantes beneficiados pelo programa e aqueles(as) que não recebem o auxílio.

O Programa Auxílio Permanência (PAuP), vinculado ao Serviço Social, caracteriza-se pela transferência de recursos financeiros a estudantes para custear despesas com transporte, alimentação, moradia, creche, atendimento educacional especializado (AEE) ou outras necessidades socioeconômicas caracterizadas por uma situação de risco e/ou vulnerabilidade social. O PAuP tem como objetivo possibilitar condições básicas de permanência aos(as) estudantes no desenvolvimento das atividades escolares.

Este processo investigativo visa trazer informações importantes sobre a influência financeira do Programa no desempenho acadêmico dos(as) estudantes de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, contribuindo para o entendimento, de forma cada vez mais complexa, da área da Assistência Estudantil no processo de aprimoramento das políticas públicas educacionais.

1.3. Formulação do problema

Qual é a influência do Programa Auxílio Permanência (PAuP) no desempenho acadêmico dos(as) estudantes de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio? Existem diferenças de desempenho entre os(as) estudantes beneficiados(as) pelo Programa e aqueles que não recebem o auxílio? Quais são as influências percebidas pelos estudantes em seu rendimento escolar após a implementação do programa?

1.3.1. Problema geral

Investigar a influência do Programa Auxílio Permanência (PAuP) no desempenho acadêmico dos(as) estudantes de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. A pesquisa também busca identificar se existem diferenças de desempenho entre os(as) estudantes beneficiados(as) pelo Programa e aqueles(as) que não recebem o auxílio. Além disso, a pesquisa busca compreender quais são as influências percebidas pelos(as) estudantes em seu rendimento escolar após a implementação do Programa.

1.3.2. Problemas específicos

➤ Quais são os principais problemas que os(as) estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Maceió enfrentam em relação ao desempenho acadêmico?

➤ Como o Programa de Auxílio Permanência (PauP) da Assistência Estudantil (AE) do Instituto Federal de Alagoas tem afetado o desempenho acadêmico dos(as) estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio no Campus Maceió?

➤ Em que medida o PauP da AE do Instituto Federal de Alagoas tem contribuído para reduzir as dificuldades enfrentadas pelos(as) estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio no Campus Maceió em relação ao seu desempenho acadêmico?

➤ Como o PauP da AE do Instituto Federal de Alagoas pode ser aprimorado para melhorar o desempenho acadêmico dos(as) estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio no Campus Maceió?

1.4. Objetivos da pesquisa

1.4.1. Objetivo geral

Analisar a influência do Programa de Auxílio Permanência (PauP) da Assistência Estudantil (AE) no desempenho acadêmico dos(as) estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas.

1.4.2. Objetivos específicos

➤ Pesquisar sobre o desempenho acadêmico dos(as) estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Maceió do Ifal e a sua relação entre o recebimento do auxílio permanência.

➤ Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos(as) estudantes beneficiados(as) pelo Programa de Auxílio Permanência (PauP) da Assistência Estudantil (AE) do Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas (Ifal).

➤ Avaliar a qualidade de vida dos(as) estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Maceió do Ifal que foram beneficiados(as) pelo PauP da AE.

➤ Demonstrar como o PauP da AE do Instituto Federal de Alagoas pode ser aperfeiçoado com foco no desempenho acadêmico dos(as) estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio no Campus Maceió.

1.5. Justificativa

A presente pesquisa surgiu como desdobramento de uma experiência profissional de aproximadamente 11 (onze) anos como gestor da Assistência Estudantil (AE) do Instituto Federal de Alagoas (Ifal). Em agosto de 2010, assumi a Diretoria de Gestão em Assistência Estudantil (DGAE) no Ifal, e, na sequência, fui conduzido para a Diretoria de Políticas Estudantis (DPE).

Com essa mudança, o Reitor do Instituto, à época, ampliou as atribuições do cargo para entender o escopo do trabalho, objetivando o atendimento a estudantes dentro da instituição, em condições de vulnerabilidade, sempre com foco na permanência e no êxito do alunado em sua vida acadêmica.

A primeira missão foi incentivar e apoiar a criação de Grupos de Trabalho (GTs), em diversas áreas, a fim de pensar, de forma cada vez mais complexa, a Assistência Estudantil dentro do Ifal. Durante os 11 (onze) anos em que estive à frente da Assistência Estudantil do Instituto, vivenciei várias fases e situações que me levaram a trabalhar nessa Diretoria. Considerando o entendimento de que um movimento bem elaborado dentro da referida pasta de trabalho traria implicações positivas para os processos de ensino e de aprendizagem dentro do Ifal, junto aos(às) estudantes, bem como a toda a comunidade acadêmica que compõe a Instituição, conduzimos os processos dentro da instituição com grande engajamento.

A escolha do tema desta pesquisa, nesse sentido, justifica-se pela importância de se compreender e analisar a influência do Programa de Auxílio Permanência (PauP) da Assistência Estudantil (AE) no desempenho acadêmico de estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas, para conseguir avançar com essa política no Ifal.

No contexto atual da educação, no Brasil, ocorre, no que diz respeito à AE, a busca pela democratização do acesso e da permanência dela no ensino superior, pauta esta que tem sido amplamente discutida. Essa democratização é especialmente necessária quando se trata de estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio, pois são jovens que muitas vezes enfrentam desafios socioeconômicos e dificuldades no processo de adaptação ao ambiente acadêmico.

Nesse sentido, o Programa de Auxílio Permanência (PauP) da Assistência Estudantil surge como uma importante estratégia para promover a igualdade de oportunidades e garantir a permanência de estudantes no ambiente escolar. Ao receber auxílios financeiros, como moradia, alimentação e transporte, os(as) estudantes têm sua condição socioeconômica precária minimizada, possibilitando uma maior dedicação aos estudos e a redução das preocupações com a sobrevivência básica.

O desempenho acadêmico, no bojo dessa discussão, está diretamente relacionado a diversos fatores, como o acesso a materiais didáticos, a participação

em atividades extracurriculares e a relação entre estudante e professor. O PauP também atua nesses aspectos, sobretudo ao disponibilizar recursos para aquisição de livros, proporcionar acesso a programas de formação e investir em atividades que fortaleçam a interação entre a comunidade acadêmica.

Dessa forma, pesquisas que analisem a influência do Programa de Auxílio Permanência (PauP) da Assistência Estudantil (AE) no desempenho acadêmico de estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio no Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas – bem como em outros espaços escolarizados – é de grande importância, para fortalecer esse processo nas políticas públicas brasileiras. Através desta pesquisa, será possível identificar a efetividade do Programa na promoção da inclusão social e na melhoria dos resultados acadêmicos, contribuindo para o aprimoramento das políticas de assistência estudantil e, conseqüentemente, para a qualidade da educação promovida dentro e fora do Ifal.

1.6. Delimitação da Investigação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, também denominado Instituto Federal de Alagoas (Ifal) foi criado por meio da Lei Nº 11.892/2008, que estabeleceu a implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com 38 (trinta e oito) Institutos, 2 (dois) Cefet's, 1 (uma) Universidade Tecnológica e o Colégio Pedro II.

Em Alagoas, o Ifal é resultado da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet/AL) com a Escola Agrotécnica Federal de Satuba (EAFS). O Cefet (antes Escola Técnica Federal de Alagoas) é oriundo da Escola de Aprendizes e Artífices, a qual foi criada, em 23 de setembro de 1909, pelo presidente da época, Nilo Peçanha, com a promoção de cursos profissionalizantes, ao passo que a Agrotécnica de Satuba foi implantada, em 30 de agosto de 1911, para a promoção de cursos técnicos da área agrícola.

Trata-se de uma instituição de Educação Profissional e Superior, associada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia do Ministério da Educação (Setec/MEC) e que possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar próxima às Universidades Federais.

A partir dessa compreensão, o Ifal se constitui como um complexo de educação que articula, de forma indissociável, a pesquisa, a extensão e o ensino, desde a formação básica à pós-graduação, proporcionando, assim, uma formação integral aos sujeitos, por intermédio dos cursos de formação inicial, técnicos, superiores de tecnologia, bacharelados, de licenciaturas e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Composto pela Reitoria e por cinco Pró-Reitorias (Ensino; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão; Desenvolvimento Institucional e Administração e Planejamento), possui mais de 1800 (mil e oitocentos) servidores e atende a mais de 20 (vinte) mil estudantes, a fim de contribuir para a formação profissional e para a inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho, com credibilidade e qualidade de ensino.

O Ifal, a partir da missão de promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos(ãs) críticos(as) para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável, conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), consolidou-se como uma instituição de referência nacional, em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, baseada na cultura e na inovação, em constante diálogo com a sociedade.

A ética, o compromisso social e institucional; a gestão democrática; a transparência; a busca pela excelência; e o compromisso com a sustentabilidade dão ao Ifal um lugar de destaque no cenário brasileiro, no que diz respeito à promoção de uma educação que considera a escola o mundo da vida, o lugar do acontecer humano, da manifestação humana na sua mais profunda largueza.

Sobre a importância da educação, é importante dizer que ela é uma política social (regulada pelo Estado), na qual o capital busca assegurar as condições necessárias para a sua produção e reprodução (GOUGH, 1982). As concessões que o sistema capitalista destina à garantia de reprodução social visam à estabilização do sistema, de modo que não fiquem ameaçados os ganhos do capital e para que não haja a redução dos lucros e a minimização das pressões da classe trabalhadora, evitando o acirramento da luta de classes (FERGUSON, 2013).

No entanto, é preciso entender que as lutas tensionam o Estado “pelo reconhecimento das condições que originam as desigualdades na sociedade

capitalista e dos conflitos que se estabelecem na relação capital-trabalho” (MENDES; WUNSCH; COUTO, 2006, p. 276).

De certo modo, a política social surge, então, como uma mediação entre economia e política, resultado das contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital (BEHRING, 2009) (PRADA; SURDINE, 2018).

Atualmente, a instituição possui 16 (dezesseis) campi em franco desenvolvimento, a saber: Campus Arapiraca; Campus Batalha; Campus Benedito Bentes; Campus Coruripe; Campus Maceió; Campus Maragogi; Campus Maceió; Campus Murici; Campus Palmeira dos Índios; Campus Penedo; Campus Piranhas; Campus Rio Largo; Campus Santana do Ipanema; Campus São Miguel dos Campos; Campus Satuba e Campus Viçosa.

O Ifal, com sua Reitoria sediada em Maceió, no estado de Alagoas, criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (CEFET-AL) e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba (EAFS), possui proposta orçamentária anual identificada para cada unidade e a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos(às) servidores(as). Vinculado ao Ministério da Educação (MEC), possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia de ordem administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal de Alagoas também é regido pelos atos normativos mencionados na Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e pelos seguintes instrumentos normativos: I. o Estatuto do Ifal/Resolução nº 11, de 22 de setembro de 2009 (tendo realizado sua última alteração em 06 de junho de 2019, por meio da Resolução nº 22-A/CS; II. O Regimento Geral do Ifal; III. As Resoluções do Conselho Superior; IV. Os Atos da Reitoria. Tais documentos dão conta da vida legal da instituição, para que seu funcionamento atenda aos princípios legais de sua criação.

CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO

Ao delimitar o tema desta pesquisa, relativa à influência do Programa de Auxílio Permanência (PauP) da Assistência Estudantil (AE) no desempenho acadêmico de estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas, é indispensável relacionar alguns dos principais termos da pesquisa: sistema educacional, assistência estudantil, programas educacionais, políticas educacionais, desempenho acadêmico e evasão escolar. Tais conceitos visam entender de que modo os programas influenciam o desempenho acadêmico dos(as) estudantes de cursos técnicas integrados ao ensino médio do Ifal.

O sistema educacional brasileiro está dividido em duas etapas: educação básica e educação superior. De acordo com o Artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a educação básica tem como finalidade proporcionar aos(as) alunos(as) uma formação comum necessária ao exercício da cidadania, além de prepará-los(as) para avançar em sua carreira e estudos futuros. Em outras palavras, busca-se uma abordagem curricular abrangente, na qual o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia estejam integrados.

Conforme o documento de Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil, implementado pelo MEC, em 2008, a educação básica no país inclui o ensino infantil, composto por creches, que atendem a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, e pela pré-escola, que oferece educação para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos. É responsabilidade dos municípios garantir e supervisionar esse nível de educação.

Além da educação infantil, a educação básica também abrange o ensino fundamental I, abarcando os anos do primeiro ao quinto ano, com idades entre 6 (seis) e 10 (dez) anos, e o ensino fundamental II, que abrange do sexto ao nono ano, com idades entre 11 (onze) e 15 (quinze) anos. Da mesma forma que no ensino infantil, também cabe aos municípios fornecer e regular essa oferta de ensino

O ensino médio pode ser dividido em 2 (duas) modalidades. Uma delas é o ensino médio regular, que oferece aos estudantes do primeiro ao terceiro ano as disciplinas básicas do ensino médio. A outra opção é o ensino médio técnico, que inclui, além das disciplinas regulares, um ensino especializado e profissionalizante. A responsabilidade pela oferta do ensino médio regular é dos estados, enquanto o

ensino técnico é geralmente oferecido pelo governo federal, levando em consideração a ampla presença de institutos federais de ensino médio/técnico.

Todavia, aqueles sujeitos que não puderam concluir o ensino médio e fundamental na idade apropriada têm a opção de acessar a educação regular por meio da seção exclusiva da LDB, destinada aos jovens acima de 17 (dezessete) anos e adultos, oferecendo condições adequadas às suas necessidades e disponibilidades (JANNUZZI, 2019).

Além disso, também podem dar continuidade aos estudos por meio de cursos e exames supletivos, os quais permitem a conclusão do ensino fundamental para maiores de 15 (quinze) anos e do ensino médio para maiores de 18 (dezoito) anos, em caráter regular.

2.1. A assistência estudantil no Brasil

A política de Assistência Estudantil faz parte de um enorme processo de lutas de vários movimentos sociais e estudantis. A sua história foi sendo edificada ao longo dos anos, com a participação dos movimentos sociais, de maneira mais expressiva, em alguns momentos da história, e, em outras mais tímida, a depender de quem estava à frente do estado em cada época. A história da AE está relacionada ao contexto político, social e econômico de cada período.

Na década de 1920, os primeiros movimentos, para dar assistência aos(as) estudantes, ocorreram durante o governo de Washington Luís, em 1928, quando foi criada a Casa do Estudante Brasileiro, em Paris. A moradia era destinada ao atendimento dos(as) filhos(as) da elite brasileira, que estudavam, na França, e que, por isso, tinham dificuldades de se manter no país estrangeiro. O Brasil, além de auxiliar na estrutura da casa, também fornecia recursos para a sustentação da Casa e dos(as) estudantes. Percebe-se que a Assistência Estudantil surgiu inicialmente para o atendimento das classes mais altas da sociedade.

Na década de 1930, com a inauguração da Casa do Estudante do Brasil, situada no Rio de Janeiro, e com a homologação do Decreto nº 19851/1931, pelo presidente Getúlio Vargas, a regulamentação da Assistência Estudantil começou a ser vislumbrada.

Em 1934, a Constituição Federal previu em seu Artigo 157, que, parte dos fundos voltados para a educação, se aplicariam em auxílios a estudantes

necessitados. Entre outras ações, eram fornecidos material escolar, assistência alimentar, dentária e médica. Nesse contexto, a educação foi regulamentada pelo estado, passando a ser reconhecida como direito a todos(as) os(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as).

Ainda nessa década, em 1937, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi apoiada pelo Ministério da Educação. Em 1946, foi promulgada outra Constituição Federal que, em seu Artigo 172, determinava por meio da assistência educacional, a possibilidade de eficiência escolar aos(às) discentes "necessitados(as)".

Em 1961, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que determinava a assistência social como um direito dos(as) estudantes. Na década seguinte, em 1970, o Departamento de Assistência ao Estudante, com destaque para programas como alimentação e moradia, foram instituídos (SILVA; CHAHINI, 2020).

Nesse momento, convém ressaltar o entendimento dos autores Dutra e Santos (2017, p. 152), ao dizerem que,

a partir da década de 1960, haverá um maior amadurecimento da temática da AE no âmbito da sociedade civil à medida que ganhava forças o Movimento em prol da Reforma Universitária, desenvolvido pelos estudantes, intelectuais e comunidade acadêmica responsável por encabeçar reivindicações em torno da democratização da universidade e da sociedade de maneira geral. Nesse contexto, a UNE desempenhou um importante papel defendendo com veemência a reforma universitária no interior da qual a pauta da AE surge como uma das principais bandeiras de luta dos estudantes, dando maior visibilidade ao tema.

Em 1987, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) cumpriu importante papel na luta pelo reconhecimento da Assistência Estudantil como política. Neste período, também foi elaborado o Plano Nacional de Assistência Estudantil e criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Importante destacar que, dessa forma,

esse período marca o início da segunda fase da política de AE. Com a abertura política pós-ditadura militar e o processo de "redemocratização" do país nos anos 1980, constroem-se o clima e espaço favoráveis para a intensificação e sistematização do debate acerca da AE. É nesse terreno fértil que será criado o Fonaprace a fim de intervir num cenário em que as ações de assistência aos

estudantes ainda se constituíam de forma fragmentada e não obtinham legitimidade nem significativo apoio governamental (FONAPRACE, 2008, p. 01).

Nota-se que o Fonaprace reúne os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das universidades públicas brasileiras. O objetivo principal do Fórum foi desenvolver uma política de assistência ao(à) estudante que promovesse o acesso, a permanência e a conclusão do curso nas instituições federais de ensino superior, visando à inclusão, à democratização e o direito social à educação (DUTRA; SANTOS, 2017).

Em 1988, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, até hoje em vigência no país, determina em seu Artigo 6º que: o direito à educação e à assistência aos desamparados são direitos sociais (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), reafirmando o que consta na Constituição Federal de 1988, confirma a importância da AE, ao considerar no Artigo 3º que o ensino fosse ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (BRASIL, 1996).

Em relação ao financiamento da Assistência Estudantil, o Artigo 71 da LDB, em seu inciso IV, trata da não responsabilização do estado com o custeamento da AE. Significa dizer que as despesas com programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica, psicológica e outras formas de assistência social não serão consideradas como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996).

Embora a década de 1990, em âmbito nacional, tenha sido marcada pela limitação de recursos para a Assistência Estudantil. No ano de 2000, a luta pela implementação da AE se deu por meio da atuação, principalmente, de entidades como o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e do movimento estudantil, organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

No ano de 2000, o FONAPRACE entregou ao governo federal um documento de apresentação do Fórum e a 1ª Pesquisa de Perfil Socioeconômico dos(as) Estudantes, a qual foi realizada em 1997 pelo FONAPRACE, formalizando uma

solicitação de inclusão de questões relativas à AE no Plano Nacional de Educação (PNE).

Após a inclusão da Assistência Estudantil no PNE, foi construído um documento mais amplo concretizando-se como uma minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado a partir dos dados da pesquisa de perfil socioeconômico dos estudantes das IFES (1997) e dos problemas enfrentados por esses(as) estudantes, que foram observados(as) pelos setores responsáveis nas IFES.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil foi atualizado em 2007, sendo meta primeira do FONAPRACE, foi aprovado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em julho daquele ano, em Belém/PA.

A partir daí, o MEC deu início a uma série de discussões para implantação de um Programa Nacional de Assistência Estudantil. Desse modo, em 12 de dezembro de 2007, o MEC instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, por meio da Portaria Normativa nº 39, sendo considerado um marco na história do FONAPRACE.

A Portaria Normativa n. 39/2007 iniciou, em 2008, o programa que era executado e financiado pelo Ministério da Educação (MEC) e era destinado apenas aos(às) estudantes matriculados(as) em cursos de graduação presenciais de instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Em 2007, ocorreu a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que prevê a ampliação de políticas nessa área, sendo um acontecimento importante para a Assistência Estudantil (SILVA; CHAHINI, 2020).

Ressalte-se que o principal objetivo do REUNI foi aumentar o acesso e a continuidade dos estudos no ensino superior. E para alcançar esse objetivo, o governo federal, à época, implementou várias medidas para impulsionar o crescimento das universidades públicas, proporcionando condições para que essas instituições expandissem fisicamente e melhorassem sua qualidade acadêmica e pedagógica (FRANÇA et al, 2020).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído, primeiramente, pela Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. Todavia, somente em 2010 foi regulamentado através do Decreto n. 7.234, de 19 de julho. O PNAES foi instituído visando promover a equidade de oportunidades para todos(as)

os(as) estudantes, assim como a melhoria do rendimento acadêmico, por meio de ações que visavam enfrentar problemas como a repetição de ano e a desistência dos estudos.

O referido Decreto tem como objetivo democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, buscando minimizar as desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão, além de promover a inclusão social pela educação. Além disso, o citado Decreto estabelece que devem ser atendidos de forma prioritária estudantes da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, além dos critérios socioeconômicos.

Ocorre que a Assistência Estudantil é garantida por leis e desempenha um papel estratégico ao proporcionar a oportunidade de acesso ao ensino superior para jovens, especialmente aqueles(as) em situação de vulnerabilidade social. Os conceitos da Assistência Estudantil estão contemplados também na Lei n. 13.005, de 25 junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de dez anos.

Para Prada e Surdine (2018),

diante da proposta dos institutos, da conjuntura vigente e dos caminhos que podem ser traçados com as medidas do atual governo, a assistência estudantil se torna um cenário de preocupações profissionais dos sujeitos envolvidos em sua execução, devido ao papel estratégico que essa política desempenha do ponto de vista econômico, cultural e social, não podendo ser pensada independentemente do modo de vida e de produção (PRADA; SURDINE, 2018, p. 274-275).

Com a aprovação dos PNAES, a AE passa a ser executada com recursos advindos do Governo Federal.

Neste sentido, Prada e Surdine (2018) afirmam que

foi inserida no Programa 2.031 do orçamento destinado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e executado por meio da ação 2.994 (que se destina à Assistência ao Estudante da EPT), o valor nominal apresenta tendência de crescimento entre 2012 e 2017 (tabela 1). Compreendemos estes investimentos como um avanço no acesso e permanência aos IFs, mas que é permeado por contradições aí veladas. Aplicando o Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI), identificamos um crescimento dos valores reais entre 2012 e 2017 do Pnaes em um contexto de

desfinanciamento (com redução do Orçamento de Custeio para os IFs). Tal desfinanciamento esteve articulado ao ajuste econômico brasileiro, à derruba brutal dos direitos trabalhistas, às privatizações diretas e indiretas e a outras medidas de ataque aos trabalhadores. Foi assumido mais drasticamente no segundo governo Dilma (PT), pressionado pelas forças conservadoras de direita em larga expansão, para administração da propalada crise econômica brasileira (PRADA; SURDINE, 2018, p. 275).

O PNAES é um programa complexo que aborda as contradições existentes. Ele está localizado na interseção da assistência social e da educação, representando um avanço na percepção da Assistência Estudantil como um direito social. Portanto, é essencial levar em consideração o princípio da AE, que reconhece que fatores socioeconômicos impactam a trajetória dos(as) estudantes universitários(as), podendo até mesmo levar ao abandono dos estudos. Isso representa um avanço na compreensão de que o desempenho acadêmico não é apenas resultado da capacidade e oportunidade, porém inclui outros aspectos, como condições de moradia, alimentação, transporte, entre outros (CARVALHO; ANJOS, 2021).

Já a AE está contemplada no anexo da referida lei, cujo título é “Metas e estratégias”, itens 11.12 e 12.5. Eles determinam que a estratégia é ampliar o investimento nesses programas, nos cursos de nível médio técnico e na educação superior, respectivamente. Tendo como objetivo garantir as condições necessárias para a permanência dos(as) estudantes e sua conclusão nos cursos, além de reduzir desigualdades socioeconômicas. Desse modo, a implantação de programas da AE é fundamental para alcançar os objetivos do PNE.

No cenário sociopolítico brasileiro, no qual o Programa Nacional de Assistência Estudantil foi instituído, as políticas de expansão das universidades e de ampliação e democratização do acesso e da permanência no ensino superior, ocorrer por meio de programas como o sistema ENEM/SISU, o REUNI e a Lei de Cotas (SANTOS; GOMES, 2023).

Destaca-se, também, a criação dos Institutos Federais através da Lei n.11.892, de 29 de dezembro de 2008, configurando outro processo relevante para a democratização da educação, com a verticalização do ensino, ofertando cursos da educação básica até a educação profissional e superior.

Com as medidas implementadas pelos programas de democratização do ensino superior alterou-se o perfil dos(as) discentes do ensino superior, passou a existir maior rotatividade de estudantes nas IFES, maior número de vagas no ensino superior e melhor mobilidade acadêmica.

Esses desafios frequentemente resultam na evasão escolar, um problema complexo que não pode ser atribuído a uma única causa e que recebe grande atenção nas políticas educacionais públicas. A evasão, que é quando o(a) aluno(a) desiste do curso, é considerada um dos maiores problemas em qualquer nível de ensino, sendo cada vez mais frequente e difícil de ser mensurada, pois envolve aspectos históricos, cognitivos, sociais, afetivos e culturais.

Diante disso, foi preciso monitorar as taxas de retenção e evasão escolar. Exatamente nesse aspecto, a Assistência Estudantil veio colaborar, desempenhando função essencial para que as metas de expansão em desenvolvimento da educação pública fossem alcançadas.

Quanto à expansão no ensino, principalmente no nível superior, observou-se que os recursos destinados às IFES são deveras insuficientes para o desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil. Entretanto, mesmo existindo progresso nas ações, não foi possível contemplar a totalidade do público-alvo, haja vista a sua heterogeneidade.

Nota-se que a insuficiência de serviços e de material geram traumas psicológicos e sociais aos(às) jovens discentes, podendo trazer repercussões prejudiciais a sua formação escolar e acadêmica. Por isso, é fundamental desenvolver muitas ações nesse campo.

De acordo com Prada e Surdine (2018),

já no final do século XX, marcado pela expansão do sistema educacional, houve um crescimento geral de 7,6% no número de Instituições de Educação Superior (IESs) e de 19,2% no número de cursos de graduação presenciais, totalizando um aumento de 13,7% do número de matrículas. A expansão na educação superior se pulverizou em pequenas instituições ao invés de sua agregação em unidades maiores. Há, nesse contexto, o crescimento das matrículas em cursos superiores sequenciais mais flexíveis e mais rápidos. A expansão do número de vagas oferecidas para os exames vestibulares foi liderada pelos centros universitários (51,0%) e pelas faculdades integradas (39,4%). O número de vagas para acesso mediante outros processos seletivos, aí incluídos também o

Apesar de todo avanço existente, nota-se que a existência de políticas educacionais traz a falsa ideia de que as necessidades da população estão sendo atendidas, porém essas políticas estão alinhadas para resolver os problemas estruturais apresentados pelo capitalismo e não os reais problemas das desigualdades sociais.

Há, muitas vezes, nesse sentido, uma falsa impressão de atendimento. Apesar das dificuldades e das contradições, esse é um programa que ajuda os(as) filhos(as) da classe trabalhadora a obterem um diploma, de nível técnico médio ou de nível superior. Além disso, faz com que esses(as) estudantes concluam seus estudos de forma mais tranquila, chegando à fase adulta mais preparados(as) para o trabalho e para a vida.

De acordo com Brito e Barbosa (2017), é importante considerar a necessidade de promover a igualdade de oportunidades, melhorar o desempenho acadêmico e evitar a retenção e evasão de estudantes devido a dificuldades financeiras.

2.2. Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Alagoas (PAE/Ifal)

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Alagoas (PAE/Ifal) é um conjunto de princípios, de diretrizes, de procedimentos, de critérios, de competências, de programas e de orientações para gestão, planejamento, monitoramento e avaliação, que norteia a implementação de ações que se voltam para a ampliação das condições de permanência dos(as) estudantes.

E essa ação se dá, a partir do acompanhamento aos(às) estudantes, com base nos critérios de elegibilidade, que gera o entendimento de vulnerabilidade socioeconômica. A noção de vulnerabilidade vem sendo utilizada com a percepção de fragilização, de precariedade e de risco social.

Em junho de 2010, a Diretoria de Gestão em Assistência Estudantil (DGAE) do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), com um grupo reduzido de servidores(as), realizou o I Fórum de Assistência Estudantil. Esse evento marcou o início de uma

série de transformações significativas na estrutura e nas Políticas de Assistência Estudantil da instituição.

Em agosto de 2010, o Reitor do Ifal tomou uma decisão estratégica para ampliar as atribuições da DGAE, transformando-a em Diretoria de Políticas Estudantis (DPE). Essa mudança visava não apenas à ampliação das responsabilidades, mas também o fortalecimento das iniciativas de apoio e incentivo aos(às) estudantes.

Como uma de suas primeiras missões, a DPE foi encarregada de incentivar e apoiar a criação de grupos de trabalho por formação profissional. Em 8 de agosto de 2011, esses grupos, liderados pela equipe da DPE, desenvolveram a Resolução 22-Cs. Esta resolução foi um marco na criação participativa de normas, refletindo o compromisso com a inclusão de diversas vozes no processo decisório.

Nos dias 6 e 7 de dezembro de 2011, ocorreu o II Fórum de Assistência Estudantil, reunindo um grupo de servidores(as) de todos os campi do Ifal e de outros Institutos Federais (IFs). Esse evento consolidou a importância da colaboração interinstitucional e do compartilhamento de boas práticas na assistência estudantil.

Em fevereiro de 2012, a equipe de Assistência Estudantil do Ifal, juntamente com colegas de outros IFs, realizou debates sobre temas relacionados à Assistência Estudantil. Esse esforço culminou na criação do Fórum Permanente de Assistência Estudantil (FORPAE), um órgão de caráter consultivo e propositivo.

Os principais artigos do regimento do FORPAE incluem:

- **Art. 1º:** O Fórum Permanente de Assistência Estudantil (FORPAE) do IFAL, criado por ocasião do II Fórum de Assistência Estudantil do IFAL, realizado em 6 e 7 de dezembro de 2011, na cidade de Maceió/AL, é um órgão de caráter consultivo e propositivo.
- **Art. 2º:** O Fórum tem por finalidade atuar na defesa da Política de Assistência Estudantil, visando contribuir para a inclusão social, permanência e o êxito acadêmico dos estudantes do IFAL.
- **Art. 6º:** O FORPAE terá funcionamento permanente e reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, ou extraordinariamente, por convocação da sua coordenação, ou ainda por requerimento da maioria dos seus membros.

A evolução da Assistência Estudantil no Ifal, desde a realização do I Fórum de Assistência Estudantil, em 2010, e a criação do FORPAE, em 2012, demonstram um compromisso contínuo com a inclusão social e o sucesso acadêmico dos(as) estudantes. A transformação de DGAE para DPE e a subsequente criação de grupos de trabalho e do FORPAE evidenciam uma abordagem participativa e colaborativa para enfrentar os desafios e promover o bem-estar dos(as) estudantes.

França et al (2020) afirmam que as instituições federais de ensino do Brasil não possuem um critério único para avaliar a situação socioeconômica de seus(suas) alunos(as), nem mesmo uma definição clara dessa vulnerabilidade. Ocorre que o Ministério da Educação adotou a renda *per capita* bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo como critério de elegibilidade, similar ao utilizado nos programas de cotas (BRASIL, 2012) e de bolsa permanência (BRASIL, 2013).

Apesar das imensas dificuldades enfrentadas no país, quando se trata de educação, convém destacar o seguinte entendimento, segundo Prada e Surdine (2018),

marcado por desmonte de direitos sociais, reformas trabalhista e da previdência, congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, abertura do pré-sal ao capital estrangeiro, reforma do Ensino Médio, privatização e desmonte dos bancos públicos, terceirização irrestrita, destruição do Sistema Único de Saúde. É nesse cenário contraditório que se insere a educação brasileira e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) (PRADA; SURDINE, 2018, p. 270).

O(A) estudante, ao ingressar no Ifal, pode contar com serviços de Enfermagem, Medicina, Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, Nutrição, Psicologia, Odontologia e Assistência Social.

A Enfermagem encontra-se vinculada ao setor de saúde presente em todos os campi mencionados anteriormente. Ela constitui uma área da Assistência Estudantil que atua nas políticas de saúde, direcionadas tanto à prevenção de doenças como à promoção do bem-estar e da proteção da saúde.

A Medicina também está vinculada ao setor de saúde e pode ser encontrada nos campi Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios e Satuba. Os(As) profissionais dessa área realizam atendimento de baixa complexidade aos(às) estudantes, em nível ambulatorial, por meio de consultas eletivas, com ênfase para

ações educativas e preventivas de doenças e agravos, bem como na manutenção e na recuperação da saúde.

Já o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), constitui um órgão de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, que tem como objetivo promover a inclusão nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Assumindo o papel de mediador(a) interno(a) quanto ao acolhimento dos(as) estudantes com necessidades específicas – pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, subsidiando todo procedimento didático-pedagógico no Ifal.

No que diz respeito à Nutrição, existem profissionais nos campi Batalha, Coruripe, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas e Satuba. Eles realizam atendimento nutricional ambulatorial, ações de educação alimentar e nutricional e controle de qualidade das refeições servidas, buscando prevenir e tratar agravos nutricionais por meio do incentivo à alimentação saudável.

São responsáveis também pela realização de pesquisas que visam classificar o estado nutricional dos(as) discentes, com ênfase na identificação do comportamento alimentar para definição das estratégias dos programas ligados à Nutrição, bem como viabilizam o processo para oferta de alimentação gratuita aos(as) estudantes da instituição.

Em relação aos(as) profissionais de Odontologia, estão presentes nos campi Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios e Satuba. As ações dessa área abrangem a promoção e a proteção da saúde bucal e a prevenção de doenças bucais.

Em relação à área de Psicologia, ela foi inserida nos campi Arapiraca, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e Satuba.

Inicialmente, foi desenvolvido um processo interativo com estudantes acerca de seus aspectos psicossociais, considerando o cotidiano escolar e o processo de ensino e aprendizagem. Buscou-se promover reflexão crítica, por meio de estratégias de intervenções grupais e de escuta individual, auxiliando os(as) estudantes na tomada de decisões de forma segura.

Dada a sua abrangência de atuação, os(as) psicólogos dos campi orientam os(as) estudantes, sobretudo no processo de inserção no mundo do trabalho, para que a escolha seja realizada de forma consciente e fruto de uma aspiração pessoal, que será projetada na futura vida profissional.

A Psicologia também é responsável pelo planejamento das ações de educação para a saúde, voltados para o reconhecimento e a prevenção de fatores de risco e a promoção dos fatores de proteção. Estabelecendo uma relação de cooperação e colaboração com outros(as) profissionais da comunidade escolar e com as famílias, diante das demandas estudantis.

Já o Serviço Social apresenta-se nos campi Arapiraca, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e Satuba.

Suas ações são desenvolvidas por profissionais que prestam orientação social para estudantes e seus familiares; planejam, organizam e administram benefícios estudantis; assim como realizam estudos socioeconômicos com os(as) beneficiados(as); elaboram, implementam, executam e avaliam as políticas estudantis; e são responsáveis pela elaboração, coordenação, execução e avaliação dos planos, programas e projetos no âmbito da Assistência Social.

2.2.1. Programas Universais e de Seleção no Ifal

Convém salientar que, desse universo de Política de Assistência Estudantil do Ifal, encontram-se dois programas fundamentais para o corpo discente, os quais estão divididos em dois grandes eixos: os programas universais e os programas de seleção. Os programas universais têm como objetivo atender aos(às) estudantes de acordo com suas necessidades e demandas, sem critérios de seleção.

Já os programas de seleção têm como objetivo oferecer benefícios e serviços, prioritariamente, aos(às) estudantes em situação de vulnerabilidade, identificados nos processos de seleção, considerando as legislações pertinentes e a avaliação dos(as) profissionais da AE.

2.2.1.1. Programa de Assistência à Saúde (Pass)

O Programa de Assistência à Saúde (Pass) está vinculado ao Setor de Saúde Escolar, caracterizado pela assistência primária individual de saúde aos(as) estudantes nos campi do Ifal. O programa visa levar bem-estar e qualidade de vida, de modo a contribuir para a permanência dos(as) estudantes na unidade escolar e a conclusão com êxito nos cursos desta instituição.

O Pass tem como objetivo realizar condutas iniciais, de acordo com as competências de cada profissional da Equipe Multidisciplinar de Saúde; oferecer atendimento ambulatorial individual aos(as) estudantes do Ifal, com ênfase para ações educativas e preventivas de doenças e agravos, bem como na manutenção e na recuperação da saúde; e promover políticas de saúde direcionadas tanto à prevenção de doenças como à promoção do bem-estar e proteção da saúde na comunidade escolar.

A saúde escolar é um assunto de extrema importância, uma vez que a promoção da boa saúde é essencial para o desenvolvimento integral dos(as) estudantes. Ela envolve a adoção de medidas preventivas, promoção da saúde e ações de cuidados e intervenções para garantir o bem-estar físico e mental das crianças e dos(as) adolescentes.

Uma das principais preocupações na saúde escolar é a prevenção de doenças. As escolas desempenham um papel fundamental na educação sobre hábitos saudáveis, higiene pessoal, alimentação equilibrada e prática regular de exercícios físicos. Além disso, campanhas de vacinação, orientações sobre prevenção de doenças contagiosas, como a gripe, e ações de prevenção de acidentes compõem esse universo.

A promoção da saúde também é uma vertente importante na saúde escolar. As escolas podem oferecer programas de educação sexual, promovendo um ambiente seguro para que os(as) estudantes tirem suas dúvidas e tenham acesso a informações atualizadas e adequadas sobre o assunto. É necessário incentivar práticas de prevenção ao uso de drogas, álcool e tabaco, por meio de atividades educativas e de conscientização.

É fundamental destacar a importância da saúde mental na saúde escolar. Problemas como estresse, ansiedade, depressão e *bullying* podem afetar significativamente o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional dos(as)

alunos(as). Nesse sentido, as escolas devem oferecer suporte psicológico e criar espaços de escuta, além de promover a conscientização sobre a importância da saúde mental e incentivar a busca por ajuda profissional quando necessário.

A saúde escolar também está relacionada às condições físicas do ambiente escolar. É importante garantir que as instituições de ensino ofereçam estruturas adequadas, seguras e acessíveis para os(as) estudantes, como salas de aula bem iluminadas e ventiladas, mobiliário ergonômico e espaços para prática de atividades esportivas.

Portanto, a saúde escolar deve ser uma preocupação constante de pais, mães, responsáveis legais, professores(as), educadores(as), profissionais da saúde e governantes. Garantir um ambiente saudável e propício ao aprendizado é essencial para que os(as) estudantes possam desenvolver todo o seu potencial acadêmico e pessoal.

2.2.1.2. Programa de Educação Alimentar e Nutricional (Pean)

O Programa de Educação Alimentar e Nutricional (Pean) encontra-se vinculado ao Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (Sane) e executado por profissionais de Nutrição do Ifal. Configura o conjunto de ações formativas voltadas para a orientação alimentar e nutricional, de caráter contínuo e permanente, com foco na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Este programa também aborda recursos educacionais que favorecem a reflexão e o diálogo junto aos(às) estudantes, considerando todas as fases do curso da vida, as interações e os significados que compõem o comportamento alimentar.

O Pean tem como objetivo desenvolver ações que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde e a qualidade de vida do(a) estudante. Ao mesmo tempo incorporar temas sobre alimentação e nutrição no âmbito escolar; promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, adequados e sustentáveis; valorizar/resgatar a cultura alimentar brasileira; fortalecer os hábitos alimentares regionais; prevenir/controlar os problemas alimentares e nutricionais contemporâneos; e incentivar a prática de atividade física e a melhoria do estilo de vida.

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é um dos direitos fundamentais reconhecidos pela comunidade internacional. Ele está consagrado em diversos instrumentos internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre os Direitos da Criança, entre outros.

O DHAA implica que todas as pessoas têm o direito de acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, que atendam às suas necessidades nutricionais e alimentares. Além disso, abrange a disponibilidade de alimentos em quantidade adequada, a acessibilidade física e econômica, a aceitabilidade cultural e o uso sustentável dos recursos naturais relacionados à alimentação.

A garantia do DHAA é responsabilidade dos estados, que devem adotar medidas adequadas para assegurar o acesso a alimentos de qualidade. Isso inclui políticas públicas que promovam a produção agrícola sustentável, o combate à pobreza e desigualdade, a promoção de sistemas alimentares saudáveis e acessíveis, entre outras ações.

A fome e a má nutrição são violações do DHAA e afetam milhões de pessoas em todo o mundo. A fome não é apenas uma questão de escassez de comida, mas também de desigualdade, distribuição desigual de recursos e falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação e infraestrutura.

Além disso, o DHAA está intrinsecamente ligado a outros direitos humanos, como o direito à vida, à saúde, à água potável, à educação, à igualdade de gênero, entre outros. A falta de acesso a uma alimentação adequada pode levar a consequências graves para a saúde das pessoas, como desnutrição, obesidade, doenças crônicas, deficiências nutricionais, entre outros problemas.

Os desafios relacionados ao DHAA são complexos e exigem ações coordenadas a nível nacional e internacional. É necessária a participação de diferentes atores, como governos, organizações internacionais, organizações da sociedade civil e setor privado, para alcançar o objetivo de garantir o direito à alimentação adequada para todos(as).

O DHAA é fundamental para a promoção da dignidade humana, a redução da pobreza e a garantia do desenvolvimento sustentável. A sua efetivação exige um compromisso global para a implementação de políticas e ações que garantam o

acesso equitativo a alimentos de qualidade e a promoção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

2.2.1.2. Programa de Qualidade na Produção de Refeições (PQPR)

O Programa de Qualidade na Produção de Refeições (PQPR) está vinculado ao Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (SANE), executado por nutricionistas do Ifal. Ele determina os procedimentos de supervisão, acompanhamento e avaliação das Unidades Produtoras de Refeições (UPRs), primando pela segurança alimentar e nutricional dos alimentos servidos no Ifal.

O Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar é um importante programa que visa garantir a alimentação saudável e adequada para estudantes em idade escolar. Ele é responsável por fornecer refeições balanceadas e nutritivas nas escolas, visando o desenvolvimento físico e cognitivo dos(as) alunos(as) (GOMES, 2020).

Os principais objetivos desse serviço são o de promover a segurança alimentar, oferecer uma alimentação saudável e adequada, contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis, garantir a dieta nutricionalmente equilibrada, prevenir doenças ligadas à nutrição e promover o bem-estar dos(as) estudantes.

A alimentação oferecida nas escolas deve atender a critérios técnicos de qualidade nutricional, incluindo os princípios da alimentação saudável, como a oferta de variedade de alimentos, o estímulo ao consumo de frutas, vegetais e legumes, a redução do consumo de alimentos ultraprocessados, entre outros. Além disso, a alimentação deve ser adequada a cada grupo de faixa etária.

O SANE é muito importante, pois a alimentação adequada durante a infância e a adolescência é fundamental para o bom desenvolvimento cognitivo, físico e emocional dos(as) estudantes. Além disso, a oferta de refeições equilibradas nas escolas contribui para a redução da desnutrição, da obesidade infantil e de outras doenças relacionadas à alimentação inadequada.

O programa é coordenado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Brasil e é financiado pelo governo federal. Ele determina a obrigatoriedade de que pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados para a alimentação escolar sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar.

Essa medida visa incentivar a produção local de alimentos e promover a economia regional.

Pode-se dizer, portanto, que o PQPR desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e na formação de bons hábitos alimentares dos(as) estudantes. Ele contribui para que crianças e adolescentes tenham uma alimentação adequada, nutricionalmente equilibrada e saudável, garantindo um melhor desempenho escolar e uma vida mais saudável.

2.2.1.3. Programa Aprendizagem e Psicologia (PAP)

O Programa Aprendizagem e Psicologia (PAP) encontra-se vinculado ao Serviço de Psicologia de cada campus, sendo caracterizado por ações/intervenções voltadas à aprendizagem.

O PAP tem como objetivo colaborar com a qualidade do processo educativo, considerando as dimensões sociais, culturais e institucionais; reconhecer demandas da comunidade escolar, relacionadas ao processo ensino-aprendizagem e contribuir com ações numa perspectiva interdisciplinar; contribuir para o fortalecimento da relação docente-estudante; colaborar com a integração entre a família/os(as) responsáveis e a escola; e participar da construção de políticas institucionais voltadas ao processo de ensino e aprendizagem e da cultura escolar.

Trata-se de uma iniciativa que visa proporcionar um ambiente de aprendizagem eficaz, baseado nos princípios da psicologia educacional. Esse programa busca auxiliar estudantes a desenvolver habilidades cognitivas, emocionais e sociais, de forma a potencializar seu desempenho acadêmico e promover um desenvolvimento saudável.

Por meio do PAP, são aplicadas técnicas e estratégias de ensino que são respaldadas por teorias e pesquisas psicológicas. O Programa reconhece a importância de entender como os(as) estudantes aprendem e busca atender as suas necessidades individuais, por meio de planos de ensino personalizados.

Uma das bases fundamentais do PAP é o uso de métodos de ensino que promovem a autonomia e a auto-regulação dos(as) estudantes. Isso significa que

os(as) alunos(as) são incentivados(as) a se envolverem ativamente no processo de aprendizagem, estabelecendo metas e monitorando seu progresso.

O Programa enfatiza a importância da motivação e do estabelecimento de um ambiente de aprendizagem positivo. Os(As) estudantes são incentivados(as) a encontrar significado e relevância nos conteúdos ensinados, de forma a se sentirem engajados(as) e motivados(as) para aprender.

O PAP também reconhece a importância da emoção no processo de aprendizagem. Os sentimentos dos(as) estudantes são levados(as) em consideração e são trabalhados aspectos como a regulação emocional e a promoção de um clima emocionalmente seguro na sala de aula.

Além disso, o Programa busca promover a inclusão e a diversidade. Reconhece que cada estudante é único(a), com diferentes habilidades, estilos de aprendizagem e necessidades. Dessa forma, são oferecidas estratégias diferenciadas para atender a cada aluno(a), respeitando suas características individuais.

Ele tem se mostrado eficaz na melhoria do desempenho acadêmico dos(as) estudantes, assim como no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Ao levar em consideração a psicologia educacional, promove uma educação mais completa e inclui todos os aspectos necessários para o desenvolvimento integral dos(as) estudantes.

O Programa é uma iniciativa voltada para o desenvolvimento e a promoção da aprendizagem e da psicologia na educação. Essa proposta envolve a criação de atividades, oficinas e cursos que visam promover a articulação entre a psicologia e a educação, contribuindo para a formação dos(as) profissionais da área e para a melhoria da qualidade da educação como um todo.

Através de ações como capacitações, palestras e assessorias, o Programa busca levar conhecimentos e práticas de psicologia aplicada à educação para professores(as), educadores(as), gestores(as) escolares, pais, mães e alunos(as).

A aprendizagem é um processo complexo que envolve diversos fatores, como a cognição, as emoções, o ambiente e a motivação. A psicologia, por sua vez, é a ciência que estuda o comportamento humano e seus processos mentais e possui muito a contribuir para a compreensão e promoção da aprendizagem.

Ao integrar a psicologia à educação, é possível ampliar a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, identificar possíveis dificuldades e potencialidades dos(as) estudantes, promover estratégias de ensino mais eficazes e desenvolver intervenções específicas para cada caso.

Por outro lado, a psicologia também pode ajudar no desenvolvimento de competências socioemocionais dos(as) alunos(as), como autoconhecimento, empatia e resolução de problemas, que são fundamentais para o sucesso acadêmico e pessoal.

O programa busca auxiliar no enfrentamento de desafios e problemas da educação, como a evasão escolar, o *bullying* e a falta de motivação dos(as) alunos(as), através da disponibilização de informações e estratégias baseadas em evidências científicas.

No contexto atual, em que a educação passou por grandes transformações devido à pandemia do COVID-19, o programa Aprendizagem e Psicologia pode auxiliar na compreensão e no enfrentamento dos desafios do ensino remoto, da readaptação ao retorno às aulas presenciais e da recuperação dos aprendizados perdidos. O programa visa de fato promover uma aprendizagem mais efetiva, inclusiva e saudável para todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo educativo.

2.2.1.4. Programa de Intervenção Psicológica (PIP)

O Programa de Intervenção Psicológica (PIP), permanece vinculado ao Serviço de Psicologia de cada Campus. Trata-se de um conjunto de ações voltado ao diálogo entre a Psicologia e o(a) estudante.

O PIP tem como objetivo oferecer um serviço de qualidade e de acolhimento das demandas biopsicossociais dos(as) estudantes no âmbito da Psicologia Escolar e Educacional e que respeite e considere a sua condição de sujeito autônomo. Também visa contribuir para que o(a) estudante identifique as dificuldades vivenciadas e/ou situações do cotidiano em seus aspectos biopsicossociais, favorecendo a criação de condições de enfrentamento por meio de respostas criativas, de desenvolvimento de potencialidades e de autorrealização e melhoria do desempenho escolar e qualidade de vida.

Tem como finalidade auxiliar o(a) estudante a (re)conhecer os seus objetivos e a construir planos de ação de acordo com esses objetivos, estimulando-o(a) à reflexão sobre o seu papel no processo de ensino-aprendizagem, assim como sobre o seu papel da escola. Assim como, visa atuar junto ao(à) estudante, ao(à) docente e aos(às) demais membros(as) da escola, em casos de queixa escolar, oferecendo um espaço de escuta psicológica e realizando o atendimento sob a perspectiva da psicologia escolar e educacional, a qual considera os momentos de crise e/ou fatores biopsicossociais, culturais e institucionais envolvidos.

O programa busca, ainda, estabelecer relação de diálogo, cooperação e colaboração com as famílias, diante das demandas dos(as) estudantes; construir e/ou fortalecer relações de cooperação e interação com profissionais internos (Diretoria, Assistência Estudantil, Departamento Acadêmico, Pedagogia, Docentes, dentre outros) e externos (Rede de Proteção Social e Sistema de Garantia de Direitos), visando aprimorar a intervenção no processo de ensino-aprendizagem, a partir de uma compreensão integral do(a) estudante.

2.2.1.5. Psicologia Escolar e Educacional

No que diz respeito ao Programa de Orientação Profissional (POP), vinculado ao Serviço de Psicologia de cada campus, é caracterizado pelo acompanhamento dos(as) estudantes no processo de escolha profissional. O POP tem como objetivo auxiliar o(a) estudante no seu processo de autoconhecimento, reflexão e identificação de seus interesses, habilidades, aptidões e potencialidades para o mundo do trabalho.

O programa visa facilitar que o(a) estudante elabore o seu projeto profissional, propiciando a reflexão acerca das condições de realização e acerca do planejamento para concretizá-lo. Pretende, ainda, promover o desenvolvimento de habilidades e autonomia no processo de tomada de decisões, que serão necessárias no decorrer da vida laboral, contribuindo para a conscientização do(a) estudante de que esse processo é contínuo e não se encerra com o término da intervenção em orientação profissional.

2.2.1.6. Programa de Acompanhamento Social (PAS)

No tocante ao Programa de Acompanhamento Social (PAS), vinculado ao Serviço Social, caracteriza-se por um atendimento permanente que busca a viabilização de recursos institucionais internos e externos, mantendo um processo de articulação com o(a) estudante e sua família. O PAS tem como objetivo atender a estudantes e familiares expostos aos rebatimentos da questão social; prover meios para prevenir situações de vulnerabilidade no cotidiano dos sujeitos; e viabilizar a ampliação do acesso aos direitos sociais.

O PAS é uma iniciativa que visa o acompanhamento e a assistência social de famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social. Criado com o objetivo de promover a inclusão social e garantir o acesso a direitos básicos, o programa busca oferecer suporte às famílias em diferentes áreas, como saúde, educação, moradia, alimentação e trabalho.

Uma das principais características do PAS é o trabalho de visitas domiciliares, realizadas por Assistentes Sociais, que têm como propósito conhecer a realidade e as necessidades das famílias beneficiadas. Essas visitas permitem o estabelecimento de um vínculo de confiança entre o(a) Assistente Social e a família, possibilitando a identificação das demandas e a elaboração de um plano de acompanhamento individualizado.

Além das visitas domiciliares, o PAS também oferece orientação e encaminhamento para o acesso a serviços e programas sociais existentes, como programas de transferência de renda, acesso a creches e escolas, atendimento básico de saúde, entre outros. O acompanhamento oferecido pelo programa busca garantir que as famílias tenham acesso aos direitos básicos e possam melhorar suas condições de vida.

O PAS também busca fortalecer os vínculos familiares e comunitários, por meio de atividades e projetos que promovam a participação e o engajamento das famílias. Essas ações podem incluir palestras, oficinas, atividades culturais, esportivas e de lazer, que visam fortalecer os laços familiares, criar oportunidades de integração com a comunidade e promover o desenvolvimento pessoal e social dos(as) beneficiários(as).

O programa é desenvolvido em parceria com outros órgãos governamentais, como as Secretarias de Assistência Social, Saúde, Educação e Trabalho, e também com organizações da sociedade civil. Essa articulação entre os diferentes setores permite uma abordagem abrangente e integrada no atendimento às famílias, buscando uma intervenção efetiva e transformadora.

2.2.1.7. Programa de Assistência aos Estudantes com Necessidades Específicas (Paene)

O Programa de Assistência aos Estudantes com Necessidades Específicas (Paene) é uma iniciativa do governo que tem como objetivo promover a inclusão e garantir a igualdade de oportunidades no acesso e na permanência no ensino superior para estudantes com deficiência.

O Paene foi criado em 2004, por meio do Decreto nº 5.296, que estabelece as normas e os critérios para a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior. Ele é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) e conta com a colaboração de instituições de ensino superior de todo o país.

O programa oferece diversos tipos de apoio e recursos para que os(as) estudantes com necessidades específicas possam realizar seus estudos de forma adequada.

O Paene também promove a sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças. São realizadas atividades, como palestras, campanhas e treinamentos, para disseminar a cultura da inclusão nos diversos ambientes acadêmicos.

No contexto do Ifal, o referido programa encontra-se vinculado ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) de cada campus, possuindo um papel fundamental, sobretudo pelo acompanhamento educacional dos(as) estudantes com deficiência, com altas habilidades/superdotação, com transtornos globais do desenvolvimento ou outros transtornos de aprendizagem.

O Paene tem como objetivo assegurar, no âmbito educacional, o apoio necessário aos(as) estudantes com necessidades específicas, em conformidade com o vigente Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011.

2.2.1.8. Programa Inter-Ação (PIA)

O Programa Inter-Ação (PIA) é uma iniciativa criada pelo Ministério da Cidadania do Brasil, com o objetivo de oferecer apoio e incentivo às ações de prevenção ao uso de drogas, além de promover a inclusão e a valorização social de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

O PIA se baseia em três pilares fundamentais: prevenção, esporte e cultura. A ideia é utilizar essas três áreas como ferramentas de transformação social, buscando alcançar a juventude por meio de atividades que promovam a inclusão, a capacitação e a melhoria da qualidade de vida.

No âmbito da prevenção ao uso de drogas, o PIA busca sensibilizar e capacitar profissionais que trabalham com a área da educação, saúde e assistência social, além de oferecer materiais de apoio e de orientação aos(as) jovens e suas famílias. O programa também promove a articulação e o fortalecimento de redes de proteção e enfrentamento às drogas, visando a criação de uma cultura mais saudável e consciente.

Já a área do esporte no PIA busca estimular a prática esportiva como meio de ocupação do tempo livre, lazer e promoção da saúde física e mental dos(as) jovens. O programa investe na formação de profissionais para atuarem como técnicos(as) e agentes multiplicadores(as) de esporte, além de promover a realização de campeonatos, festivais e eventos esportivos em comunidades carentes.

No âmbito cultural, o PIA busca incentivar a participação dos(as) jovens em atividades artísticas, como dança, teatro, música e artes visuais. O programa promove oficinas, cursos e mostras culturais, valorizando as manifestações artísticas locais e proporcionando aos(as) jovens um espaço de expressão e desenvolvimento criativo.

Trata-se de uma iniciativa abrangente que visa não apenas a prevenção ao uso de drogas, mas também a promoção da inclusão social, a valorização da cultura local e o estímulo ao esporte. Por meio dessas ações, o programa busca oferecer alternativas positivas aos(as) jovens em situação de vulnerabilidade, ajudando-os(as) a construir um futuro melhor e mais promissor.

No âmbito do Ifal, esse programa encontra-se vinculado à Gestão da AE e constitui um conjunto de ações educativas, de natureza permanente, voltadas para a

formação de uma instituição plural e democrática, baseada em uma atuação profissional interdisciplinar. O PIA tem como principal objetivo promover ações educativas que colaborem para uma formação ampla e integral dos(as) estudantes, na conjuntura de uma educação crítica e equilibrada.

2.2.1.9. Programa Auxílio Permanência (PAuP)

O Programa Auxílio Permanência (PAuP) é uma iniciativa do governo brasileiro que visa oferecer suporte financeiro a estudantes de baixa renda matriculados(as) em instituições de ensino superior públicas federais. O objetivo é auxiliar esses(as) estudantes a permanecerem na universidade, minimizando a dificuldade financeira e contribuindo para a conclusão de seus cursos.

O PAuP foi instituído, em 2013, pelo Ministério da Educação (MEC), e desde então vem beneficiando milhares de estudantes em todo o país. O programa é voltado aos(às) alunos(as) de cursos de graduação presencial ou a distância das universidades federais, e oferece uma bolsa-auxílio mensal que pode variar de acordo com a modalidade do curso e a renda per capita familiar.

Para se inscrever no PAuP, o(a) estudante precisa atender a alguns critérios estabelecidos pelo MEC, como ter uma renda familiar per capita de até 1,5 (um e meio) salário mínimo, estar matriculado(a) em um curso de graduação presencial ou a distância de uma instituição federal de ensino superior, e não ter concluído qualquer outro curso de graduação.

Além do auxílio financeiro, o PAuP também oferece outras ações de apoio aos(às) estudantes, como programas de assistência estudantil, vagas em moradia estudantil, alimentação subsidiada nos restaurantes universitários, acesso a atividades culturais e esportivas, e apoio pedagógico.

O Programa Auxílio Permanência (PAuP) é de extrema importância para garantir a inclusão e a permanência de estudantes em situação socioeconômica desfavorável no ensino superior. Ele contribui para reduzir as desigualdades e ampliar as oportunidades de formação e qualificação profissional desses(as) jovens, possibilitando a obtenção de melhores condições de vida no futuro.

No entanto, é importante ressaltar que o PAuP enfrenta desafios, como a limitação de recursos e a necessidade de ampliação do número de vagas de apoio.

Também é fundamental a fiscalização para garantir que os recursos sejam aplicados de forma adequada e que o programa alcance efetivamente o público-alvo.

2.2.1.10. Programa Bolsa de Estudo (PBE)

O Programa Bolsa de Estudo (PBE) é uma iniciativa do governo brasileiro que visa oferecer subsídios para estudantes de baixa renda terem acesso à educação superior em instituições particulares. O programa proporciona auxílio financeiro aos(às) estudantes por meio de convênios firmados entre o Ministério da Educação (MEC) e as instituições de ensino.

O PBE tem como principal objetivo democratizar o acesso à educação superior, garantindo que estudantes sem condições financeiras consigam ingressar em cursos de graduação. Dessa forma, busca-se reduzir as desigualdades sociais e incentivar a formação profissional de jovens talentos.

Para se tornar elegível ao PBE, o(a) estudante precisa comprovar baixa renda por meio de critérios estabelecidos pelo MEC. Além disso, é necessário que o(a) candidato(a) tenha obtido uma pontuação mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e tenha sido aprovado(a) no processo seletivo da instituição de ensino desejada.

Uma vez aprovado no PBE, o(a) estudante receberá uma bolsa de estudo parcial ou integral, que poderá cobrir total ou parcialmente as mensalidades do curso. A bolsa possui duração definida, variando de acordo com o tempo de conclusão da graduação.

É importante ressaltar que o PBE não se trata de um empréstimo, sendo o(a) estudante beneficiado(a) isento(a) de qualquer obrigação de devolver os recursos recebidos. No entanto, ele(a) precisa manter bom desempenho acadêmico para não perder o benefício, uma vez que existe um acompanhamento do progresso dos(as) alunos(as) pelo MEC.

O programa representa uma oportunidade para milhares de estudantes brasileiros(as) realizarem o sonho de cursar o ensino superior, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho e de melhorarem suas condições de vida. Além disso, contribui para a formação de profissionais qualificados(as) em diversas áreas, fortalecendo o desenvolvimento do país.

No âmbito do Ifal, o PBE está vinculado ao Serviço Social e configura um programa de transferência de recursos financeiros destinados aos(às) estudantes que participam de projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão na condição de colaborador(a). Tendo como finalidade estimular a participação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão do Ifal.

No entanto, o PBE enfrenta desafios, como a limitação de vagas disponíveis, o que pode levar a uma seleção rigorosa dos(as) candidatos(as). Além disso, a falta de investimentos em educação ainda é uma barreira para tornar o programa mais abrangente e alcançar um maior número de interessados(as).

2.2.1.11. Programa de Incentivo às Práticas Artísticas e Desportivas (Pipad)

O Programa de Incentivo às Práticas Artísticas e Desportivas (Pipad) é uma iniciativa governamental criada com o objetivo de estimular e promover atividades artísticas e esportivas no Brasil. O programa visa fomentar o desenvolvimento e a democratização do acesso à cultura e ao esporte, proporcionando oportunidades para que mais pessoas possam se envolver nessas áreas.

O Pipad oferece subsídios e incentivos financeiros para artistas, atletas, associações, escolas e demais instituições que atuam no campo da arte e do esporte. Essa ajuda financeira pode ser utilizada para aquisição de materiais, pagamento de treinadores(as) e professores(as), aluguel de espaços de prática, realização de eventos e competições, entre outros custos relacionados.

Além do apoio financeiro, o Programa também busca fortalecer a formação e capacitação dos(as) profissionais envolvidos(as) nas práticas artísticas e esportivas. Para isso, são oferecidos cursos, oficinas e workshops, com o intuito de aprimorar o conhecimento e as habilidades dos(as) participantes.

O Pipad busca, ainda, promover a inclusão social por meio das práticas artísticas e esportivas, levando essas atividades para comunidades em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, o programa contribui para a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao convívio comunitário.

Para se beneficiar do Pipad, é necessário que os(as) interessados(as) atendam a critérios específicos estabelecidos pelo Programa, como ter um projeto

de prática artística ou esportiva, comprovar a sua relevância e a influência social que poderá gerar, entre outros requisitos.

O Programa representa uma importante política pública de apoio à cultura e ao esporte, incentivando a participação e o desenvolvimento dessas áreas por meio do oferecimento de subsídios, formação e inclusão social.

No contexto do Ifal, o Pipad vincula-se ao Gestor da AE do campus e configura um Programa de transferência de recursos financeiros, por meio de bolsa, que permite aos(às) estudantes desenvolver o interesse por experiências artísticas ou desportivas, proporcionando o reconhecimento de habilidades nas diferentes linguagens artísticas (artes visuais, dança, música ou teatro) e em modalidades desportivas.

Além disso, visa promover o protagonismo estudantil, as práticas de socialização, as boas condutas, o trabalho em equipe, motivação e a cidadania, mediante incentivos para treinamentos, cursos e/ou oficinas complementares à formação acadêmica.

2.2.1.12. Programa de Apoio às Atividades Estudantis (Paae)

O Programa de Apoio às Atividades Estudantis (Paae) é mais uma oportunidade de Assistência Estudantil promovida por muitas instituições de ensino no Brasil. Seu objetivo principal é fazer valer a inclusão e garantir condições dignas de permanência no ambiente acadêmico para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Paae visa auxiliar os(as) estudantes em diferentes aspectos de suas vidas acadêmicas, fornecendo benefícios financeiros e serviços que contribuem para seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

A implementação do Paae é fundamental para garantir que todos os(as) estudantes tenham igualdade de oportunidades dentro das instituições de ensino, mesmo diante de desigualdades socioeconômicas. É uma forma de democratizar o acesso à educação e contribuir para a formação de pessoas mais preparadas e conscientes de seu papel na sociedade.

No âmbito do Ifal, o Paae encontra-se vinculado à Gestão da AE do campus e constitui um Programa de concessão de recursos materiais que engloba o

fornecimento de óculos corretivos, fardamento escolar e material didático. O Paae tem como propósito proporcionar equilíbrio no desenvolvimento das atividades escolares.

2.2.1.13. Programa de Residência Estudantil (PRE)

O Programa de Residência Estudantil (PRE) é uma iniciativa desenvolvida por diversas instituições de ensino e órgãos governamentais com o objetivo de proporcionar moradia aos(as) estudantes de baixa renda durante sua formação acadêmica.

O PRE visa garantir o acesso e a permanência dos(as) estudantes em condições adequadas para sua formação integral, uma vez que a moradia é uma das barreiras mais significativas para a permanência e o êxito escolar. Além disso, a iniciativa busca promover a inclusão social, a equidade e o acesso à educação, principalmente para estudantes que vivem em regiões onde não há universidades ou faculdades próximas de suas residências.

Através do Programa, os(as) estudantes selecionados(as) têm a oportunidade de residir em um espaço compartilhado com outros(as) colegas, garantindo assim um ambiente propício para a convivência e a troca de conhecimentos. Além disso, as residências estudantis geralmente oferecem serviços como alimentação, limpeza, internet e segurança, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor para os(as) residentes.

Para participar do PRE, geralmente é necessário atender a alguns critérios estabelecidos pelas instituições de ensino, como ser estudante regularmente matriculado(a), comprovar baixa renda familiar, não possuir outro imóvel na cidade de estudo, entre outros requisitos. Geralmente, o processo seletivo é realizado através de análise socioeconômica, levando em consideração a situação financeira do(a) estudante e sua necessidade de moradia.

O PRE é uma importante política de Assistência Estudantil, pois possibilita que os(as) estudantes que não teriam condições de arcar com os custos de moradia consigam continuar seus estudos de forma mais tranquila, alimentando seu potencial intelectual e permitindo uma participação mais ativa na vida acadêmica.

No contexto do Ifal, o PRE vincula-se à Gestão da AE do campus e tem finalidade assegurar moradia aos estudantes habilitados em processo seletivo, com propósito de permanência exitosa na instituição. O PRE busca assegurar aos(as) estudantes equidade nas atividades escolares; diminuir a taxa de retenção e evasão escolar; garantindo a permanência com êxito dos(as) estudantes no Ifal; tornar mínimo os efeitos das desigualdades socioeconômicas e promover a inclusão social.

2.2.1.14. Programa de Apoio à Mobilidade Estudantil (Pame)

O Programa de Apoio à Mobilidade Estudantil (Pame) é uma iniciativa criada com o objetivo de promover a mobilidade de estudantes brasileiros(as) entre instituições de ensino no país e no exterior. O Programa busca proporcionar experiências enriquecedoras e complementares à formação acadêmica dos(as) estudantes, possibilitando o intercâmbio de conhecimentos e a ampliação de horizontes.

O Pame se destina a estudantes de graduação e pós-graduação, englobando tanto os(as) de universidades públicas quanto privadas. O Programa oferece diferentes modalidades de mobilidade, que variam de acordo com a duração e o tipo de intercâmbio, como Programas de verão, semestres de intercâmbio, estágios no exterior, entre outras possibilidades.

Os(As) estudantes selecionados(as) para participar do Pame recebem apoio financeiro para auxiliar nas despesas com passagens aéreas, seguro saúde, moradia e alimentação, além de contar com uma equipe de suporte para auxiliá-los(as) durante todo o processo, desde a candidatura até o retorno ao Brasil.

Além disso, o Pame também busca incentivar o intercâmbio de conhecimentos e a construção de parcerias entre as instituições de ensino, promovendo a internacionalização do ensino superior no Brasil. Para isso, são estabelecidos convênios de cooperação com universidades estrangeiras e são oferecidas oportunidades de intercâmbio para estudantes estrangeiros(as) que desejem estudar no Brasil.

Por meio do Pame, os(as) estudantes têm a oportunidade de expandir seus horizontes acadêmicos e culturais, desenvolver habilidades e competências em um

contexto internacional e contribuir para o enriquecimento da comunidade acadêmica. O Programa visa preparar os(as) estudantes para os desafios do mercado de trabalho globalizado, capacitando-os(as) para atuar em um ambiente cada vez mais diverso e interconectado.

O Pame é uma importante iniciativa que busca fomentar a internacionalização do ensino superior no Brasil e proporcionar aos(às) estudantes experiências que contribuam para sua formação acadêmica e profissional.

No contexto do Ifal, o Pame vincula-se à Gestão da AE do campus e constitui um Programa de transferência de recursos financeiros destinados aos(às) estudantes participantes de processos de intercâmbio e eventos acadêmicos internacionais.

E tem como finalidade possibilitar aos(às) estudantes atendidos(as) condições básicas de participação nos processos de seleção dos Programas de intercâmbio e de eventos acadêmicos internacionais, garantindo prioridade àqueles(as) estudantes que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

2.2.1.15. Programa Auxílio EJA (Paeja)

O Programa Auxílio EJA (Paeja) é uma iniciativa do governo brasileiro que busca incentivar a continuidade dos estudos de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir a Educação Básica no tempo regular.

A Educação de Jovens e Adultos, também conhecida como EJA, é uma modalidade de ensino destinada a pessoas que não puderam estudar na idade apropriada, seja por motivos sociais, econômicos ou pessoais. O Paeja tem como objetivo garantir o acesso e a permanência desses(as) estudantes na EJA, por meio de auxílio financeiro.

O Programa prevê o pagamento mensal de uma bolsa-auxílio para os(as) estudantes matriculados(as) na EJA, seja no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio. Essa bolsa é destinada aos(às) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o intuito de apoiar financeiramente sua participação nas atividades educacionais.

O valor da bolsa varia de acordo com a modalidade de ensino e as políticas estaduais e municipais, já que o Programa é descentralizado e permite adaptações conforme a realidade de cada região. Além disso, o Paeja também prevê a oferta de recursos pedagógicos e apoio técnico e financeiro para as escolas que ofertam a EJA.

Para ter acesso ao auxílio, os(as) estudantes interessados(as) devem cumprir alguns critérios estabelecidos pelo Programa, como comprovar renda familiar per capita, estar regularmente matriculado(a) na EJA e não receber outros benefícios similares. A inscrição no Programa é realizada de acordo com os prazos e procedimentos definidos pelas secretarias estaduais e municipais de educação.

O Paeja é uma importante medida para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades educacionais, ajudando a combater a evasão escolar e contribuindo para a formação educacional e profissional de jovens e adultos que desejam concluir seus estudos.

No entanto, é importante ressaltar que o Paeja deve ser visto como uma medida complementar e não substitutiva da responsabilidade do Estado em oferecer uma educação de qualidade para todos(as) os(as) cidadãos(ãs). É fundamental que outras políticas públicas sejam implementadas visando à universalização e melhoria da educação básica, de forma a reduzir a necessidade de Programas como o Paeja.

No âmbito do Ifal, o Paeja vincula-se ao Serviço Social e às Coordenações da Educação de Jovens e Adultos (EJA) dos campi. Ele se caracteriza pela transferência de recursos financeiros a estudantes matriculados(as) nos cursos de EJA FIC, articulado ao ensino médio e a cursos técnicos de nível médio integrado, na modalidade EJA, para custear despesas com transporte, alimentação, moradia, creche, AEE e/ou outras necessidades socioeconômicas determinadas por uma situação de risco e/ou vulnerabilidade social. E tem como finalidade possibilitar condições básicas de permanência aos(às) estudantes no desenvolvimento das atividades escolares.

2.2.1.16. Programa de Alimentação e Nutrição Escolar (Panês)

O Programa de Alimentação e Nutrição Escolar (Panês) é uma iniciativa do governo brasileiro que tem o objetivo de oferecer uma alimentação saudável e

adequada aos(às) estudantes das redes públicas de educação básica. Ele é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com estados, municípios e o Distrito Federal.

O Panes foi criado em 1955 e desde então tem se consolidado como uma importante ferramenta de promoção da alimentação saudável e de combate à desnutrição infantil no país. Além disso, o Programa também busca incentivar práticas alimentares saudáveis, bem como colaborar para a formação de hábitos alimentares adequados desde a infância.

Através do Panes, os(as) estudantes da rede pública têm o direito de receber, diariamente, pelo menos uma refeição que atenda a critérios nutricionais estabelecidos pelo Ministério da Educação. Essa refeição deve ser balanceada, equilibrada, segura e acessível, garantindo a qualidade nutricional necessária para o bom desenvolvimento e aprendizado dos(as) estudantes.

Além disso, o Programa também prevê a inclusão de alimentos regionais e sazonais nas refeições, valorizando a cultura alimentar local e promovendo uma maior diversidade no cardápio. Assim, busca-se oferecer aos(às) estudantes uma alimentação variada e de acordo com as preferências e hábitos alimentares de cada região.

Cabe destacar que o Panes também possui um forte foco na agricultura familiar, incentivando a compra de alimentos diretamente dos produtores locais. Essa medida não só contribui para o desenvolvimento econômico local, como também garante a oferta de alimentos frescos e de qualidade para as refeições escolares.

Trata-se de uma iniciativa relevante para garantir a segurança alimentar e nutricional dos(as) estudantes das redes públicas de ensino no Brasil. Além de promover uma alimentação adequada e saudável, o Programa também contribui para o desenvolvimento social e econômico das comunidades envolvidas.

No contexto do Ifal, o Panes encontra-se vinculado ao Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (Sane) e normalmente é executado por profissionais de Nutrição da instituição. Ele possibilita o acesso gratuito ao refeitório, prioriza uma alimentação saudável e adequada, assegura o atendimento das necessidades nutricionais dos(as) estudantes durante o período letivo e atua como um elemento pedagógico,

caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional. Para Prada e Surdine (2018),

a prioridade na execução dos programas seletivos não contempla o atendimento a todos os estudantes com renda *per capita* de um salário mínimo e meio e/ou advindos de escola pública, sendo sua execução focalizada ainda nos mais pobres e nos que mais necessitam de sua inserção. Tampouco, os programas ditos universais nas normativas conseguem garantir sua universalidade por meio do atendimento, inserção e participação de todos os estudantes da instituição. A forma como está regulamentado o Pnaes promove uma disputa em torno da quantidade de recursos destinados aos programas universais e seletivos, e o que prevalece é a focalização, seletividade e residualidade, com ênfase na lógica do cobertor curto, onde é definida a parte que ficará descoberta e que conseguirá suportar melhor as intempéries da lógica vigente (PRADA; SURDINE, 2018, p. 285).

Desse modo, entende-se que o processo de construção da política da Assistência Estudantil conduziu à elaboração de concepções diversas de assistência ao(à) estudante no âmbito educacional. Os diversos contextos sociopolíticos e os atores sociais, respectivamente, desenvolveram as discussões em torno do tema, favoreceram a emergência das múltiplas conceituações existentes, tornando inviável uma definição consensual de Assistência Estudantil.

Nas discussões e nos debates que vão se desenvolvendo acerca dessa temática, essas concepções vão se colocando em disputa em alguns aspectos, sempre visando à proposição de uma assistência ideal, nas Instituições de Ensino, revelando, dessa forma, os múltiplos olhares a partir dos quais se concebe a assistência ao(à) estudante.

2.3. Assistência Estudantil no âmbito do Ifal e os atos normativos

No Brasil, a Assistência Estudantil é regulamentada pela Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que reserva uma quantidade de vagas nas instituições públicas de ensino superior para estudantes oriundos(as) de escolas públicas, negros(as), indígenas e pessoas com deficiência. Essa lei também prevê a necessidade de se oferecer condições de permanência e acesso a esses(as) estudantes por meio de políticas de Assistência Estudantil.

Importante ressaltar que os atos normativos, por sua vez, são instrumentos jurídicos que regulamentam e estabelecem diretrizes para a Assistência Estudantil. Esses atos podem ser em forma de leis, decretos, portarias, resoluções, entre outros. Eles são importantes para assegurar a implementação e efetivação das políticas de Assistência Estudantil, além de estabelecer critérios e procedimentos para sua concessão.

Esses atos normativos têm o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação e reduzir as desigualdades sociais, possibilitando que estudantes em situação de vulnerabilidade tenham as condições necessárias para se dedicarem aos estudos e concluírem sua formação acadêmica.

Além da Lei de Cotas, existem outros atos normativos que tratam da Assistência Estudantil, como já foi citado anteriormente, como é o caso do Decreto n. 7.234/2010, que estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e a Resolução CNE/CP n. 7/2010, que define diretrizes para a concessão de benefícios da Assistência Estudantil no ensino superior.

Ressalte-se que a Assistência Estudantil organiza-se com base em vários atos normativos, os quais dão suporte à Instituição e aos(as) servidores(as) que trabalham nesse ambiente. A Portaria n. 3063 de Execução Orçamentária; Regime Interno do Forpae; Resolução n.17, de 11 de dezembro de 2017; Portaria n. 1496/GR, de 14 de julho de 2017; Plano Integrado da Assistência Estudantil: Protocolo de Acolhimento Discente no processo de retorno à presencialidade; Instrução Normativa n. 02/2020; Resolução n. 46/2020/CONSUP; Portaria n. 2984/GR; Portaria n.3477/GR, de 8 de outubro de 2020 - Atualização da Portaria n. 2984/GR; Regulamento da Monitoria de Ensino; Regulamento do Corpo Discente; Portaria n. 2173/GR, de 04/10/2016 – Revogada; Regulamento do Nome Social no Ifal.

Desse modo, para Dutra e Santos (2017),

disputam-se concepções de uma AE mais restrita ou mais abrangente, que abarque um público-alvo numa perspectiva mais seletiva ou mais universal; que desenvolva ações numa abordagem mais ampla e universalizante ou mais estreita, voltada para o provimento das necessidades básicas de um grupo de estudantes tido como em situação de vulnerabilidade socioeconômica; que admita uma gestão mais centralizada, sob responsabilidade restrita dos pró-reitores da área, ou mais democrática, aberta à participação

da comunidade acadêmica de um modo mais geral (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 174).

As análises, nesse sentido, têm como objetivo realizar avaliação das condições socioeconômicas dos(as) estudantes da Instituição, gerando, a partir desses dados, a situação de cada discente inscrito(a) nos Programas, sendo classificados(as) os(as) que possuem renda muito baixa, no valor, no geral, de até um salário-mínimo e meio, de acordo com o valor do salário-mínimo nacional em vigência. É importante salientar que, para Prada e Surdine (2018),

a diversidade de programas e auxílios existentes, apesar de, na aparência, se apresentar como possibilidade ao atendimento às especificidades da região de abrangência do IF, na essência revela seu caráter excludente e liberal de atendimento aos mínimos sociais de forma individualizada àqueles que mais necessitam dos auxílios. Além disso, a disputa pelos recursos, em que, de um lado, estão os gestores, professores e técnicos e, por outro, por vezes, (não) estão os estudantes, aumenta a distância entre os estudantes pobres e os não pobres da instituição e enfatiza as diferenças sociais de forma negativa e fragmenta as lutas estudantis em torno da qualidade do acesso, permanência, desenvolvimento acadêmico a uma educação pública, gratuita e de qualidade. A acerbidade do Programa não para por aí, já que os recursos não são destinados ao atendimento de todos os estudantes que necessitam de sua inserção, mas limita-se ao atendimento dos estudantes mais pobres de forma escalonada. Assim, o atendimento é feito conforme a disponibilização de recursos, não havendo a previsão de atendimento universal (PRADA; SURDINE, p. 285, 2018).

No âmbito do Ifal, a vulnerabilidade socioeconômica trata do universo de incertezas, de inseguranças, de riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares, do acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolvem, entre outras situações, as condições habitacionais, sanitárias, educacionais relativas ao trabalho, à renda e aos bens de consumo.

Na seara se insere a AE, que, conforme Prada e Surdine (2018),

há ainda muito a ser desvelado. Isto demonstra a relevância tanto científica, quanto social, em se realizar outras pesquisas mais aprofundadas que busquem compreender sua constituição e nos possibilite ir além deste modelo de programa focalista e seletivo, que hoje se faz presente na realidade brasileira. Existe um número expressivo de programas sendo referenciados nas normativas

institucionais, porém é preciso uma pesquisa um pouco mais profunda sobre o impacto que estes programas realmente têm na vida acadêmica do estudante, considerando que programas seletivos possuem uma prática focalista e são, muitas vezes, baseados no imediatismo e na rapidez de resultados (PRADA; SURDINE, p. 286, 2018).

Em 2010, ocorreu o I Seminário Nacional Construção de Diretrizes para Assistência Estudantil, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), em Fortaleza/CE. Durante esse período, foi criado o grupo de Dirigentes da AE do Brasil, para troca de ideias, através de e-mails, que, depois, se expandiu para um grupo de *whatsApp*, bem como para outras mídias digitais, a fim de realizar diálogos contínuos e profícuos no âmbito do país.

Em 2011, houve a elaboração de Decretos e Diretrizes Nacionais para AE da Rede EPCT-GT Nacional. Neste momento, a Assistência Estudantil se voltou para o atendimento ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

No âmbito do Ifal, em agosto de 2011, instituiu-se a Resolução n. 22/CS, trazendo discussões sobre formação profissional, com a participação de todos os GTs. A política contemplada na referida Resolução serviu de base para a elaboração da política de vários outros Institutos, ampliando os diálogos sobre a AE no país.

Ainda nesse ano, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2011, realizou-se o II Fórum de Assistência Estudantil, com a participação de grupos de servidores(as) de todos os campi do Ifal, como também de outros Institutos Federais, a fim de ampliar as discussões acerca da consolidação da AE na Instituição.

Neste encontro, apresentou-se a proposta da criação do Fórum Permanente de Assistência Estudantil (FORPAE), que foi concretizado em fevereiro de 2012. O FORPAE é uma instância de caráter consultivo e propositivo, no qual profissionais, estudantes e comunidade, de forma geral, debatem e discutem caminhos para a melhoria das Políticas de Assistência Estudantil do Ifal.

Trata-se de uma iniciativa que reúne diversas instituições de ensino superior, como universidades e Institutos Federais, para discutir e promover políticas de Assistência Estudantil. O principal objetivo é garantir um ambiente acadêmico mais inclusivo e igualitário, oferecendo suporte e apoio aos(às) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para isso, o fórum busca promover o debate e a

troca de experiências entre as Instituições, com o intuito de aprimorar as políticas de Assistência Estudantil e compartilhar boas práticas.

Dentre as pautas discutidas pelo FORPAE, destacam-se temas como moradia estudantil, alimentação, bolsas de estudo, acesso a material didático, transporte e apoio psicossocial. Através dessas discussões, as Instituições participantes podem identificar desafios e encontrar soluções conjuntas para melhorar a qualidade de vida dos(as) estudantes em situação de vulnerabilidade.

Além disso, o fórum também contribui para a elaboração de políticas públicas e diretrizes voltadas para a Assistência Estudantil. Através do diálogo com gestores(as) e autoridades, o FORPAE busca sensibilizar e mobilizar os diferentes níveis de governo, a fim de garantir recursos e investimentos adequados para as ações de Assistência Estudantil.

O FORPAE também promove eventos, como seminários e debates, e estimula a participação dos(as) estudantes nos processos de discussão e tomada de decisão. Dessa forma, os(as) próprios(as) beneficiários(as) das políticas de assistência têm a oportunidade de apresentar suas demandas, propor soluções e colaborar ativamente no aprimoramento das práticas institucionais.

A finalidade também é atuar na defesa da Política de Assistência Estudantil, visando contribuir para a inclusão social, a permanência e o êxito acadêmico dos(as) estudantes. Após a criação do FORPAE, os(as) dirigentes da AE dos IFs discutiram a respeito do Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010.

Desta forma, o Fórum configura uma instância de diálogo e articulação entre instituições de ensino superior, visando a promoção de políticas e ações que assegurem a igualdade de oportunidades aos(as) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Através do compartilhamento de experiências e boas práticas, o FORPAE contribui para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e acessível para todos(as).

A Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) apresentou a minuta do Decreto e das Diretrizes elaborada pelo GT da AE, que foi ignorado pelo governo. Posteriormente, encaminhou-se uma minuta ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) sem a aprovação dos(as) dirigentes da Assistência Estudantil do país.

Em maio de 2013, foi criada a Portaria n. 389 para tratar do Programa de Bolsa Permanência (PBP). Em 2013 deste mesmo ano, aconteceu a Reunião do Grupo de Trabalho do CONIF, para elaborar um documento que unificasse as propostas e discussões sobre a AE no Brasil. Nos dias 31 de março, 01 e 02 de abril de 2014, concluiu-se o supracitado documento, que orientaria, a partir de então, as medidas de combate à evasão e retenção na Rede.

Em novembro de 2014, foi elaborado o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito (PEIPE), com base nas medidas pactuadas com o Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito do Plano de Ação do Acórdão n. 506/2013. E, no ano seguinte, em 2015, foi instituída a Comissão Permanente de Acompanhamentos das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal de Ensino (Portaria n. 23, de 10 de julho de 2015).

O Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito (PEIPE) é um documento que tem como objetivo traçar metas e ações para promover a permanência e o sucesso dos(as) estudantes em uma Instituição Educacional.

Esse plano estratégico considera diversos fatores que podem influenciar a evasão e o insucesso acadêmico dos(as) estudantes, como aulas de baixa qualidade, falta de apoio financeiro, dificuldades de adaptação, desmotivação e falta de incentivo para a continuidade dos estudos.

O PEIPE visa, então, criar estratégias e políticas que melhorem a experiência do alunado na Instituição, aumentando suas chances de permanência e sucesso acadêmico. Para isso, é necessário identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos(as) estudantes e criar ações que busquem solucionar esses problemas.

Ao implementar o PEIPE, é importante que a Instituição esteja aberta a avaliações periódicas do plano, para identificar se as estratégias propostas estão sendo efetivas e se efetivamente estão contribuindo para a permanência e o sucesso dos(as) estudantes. Também é fundamental que haja acompanhamento e monitoramento dos indicadores de evasão e desempenho acadêmico, para que se possa mensurar a eficácia do plano e promover ajustes quando necessário.

Portanto, pode-se afirmar que o PEIPE configura uma ferramenta importante para o estabelecimento de políticas e ações que visem garantir a permanência e o sucesso dos(as) estudantes em uma Instituição de Ensino, por meio da identificação e solução dos principais desafios enfrentados pelos(as) alunos(as).

Já a Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 veio estabelecer cotas para PNEs na Rede Federal de Ensino. A finalidade foi dar sequência ao processo de consolidação da AE nas Instituições de Ensino do país, que tanto vem potencializado a permanência e o êxito dos(as) estudantes diretamente contemplados(as).

Saliente-se que a Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016, alterou a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que trata sobre o sistema de cotas nas Instituições Federais de ensino superior (BRASIL, 2016).

A Lei 12.711/2012 foi implementada com o objetivo de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior público. Ela estabeleceu que pelo menos 50% das vagas em cada Instituição Federal de ensino superior deveriam ser reservadas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, levando em consideração a proporção de negros(as), pardos(as) e indígenas no estado ou município em que a Instituição está situada (BRASIL, 2016).

Ela trouxe algumas alterações nesse sistema de cotas. Uma das principais mudanças diz respeito à reserva de vagas para pessoas com deficiência, que passou de 5% para 10% do total de vagas oferecidas. Além disso, passou a ser possível a participação de autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) e indígenas no sistema de cotas, com a comprovação de sua condição mediante autodeclaração étnico-racial.

Outra alteração importante foi a ampliação do prazo de vigência do sistema de cotas. Inicialmente, a Lei 12.711/2012 estabelecia um prazo de 10 anos para a implementação das cotas raciais e sociais. Com a Lei n. 13.409/2016, esse prazo foi estendido por mais 10 anos, ou seja, até o ano de 2022.

Essas mudanças foram implementadas com o intuito de aprimorar e ampliar as políticas de inclusão no ensino superior, possibilitando que mais estudantes de escolas públicas e pessoas com deficiência tenham acesso às vagas nas Instituições Federais. A expectativa é que essas medidas contribuam para uma maior diversidade e igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico.

As políticas públicas de inclusão no ensino superior desempenham um papel fundamental na garantia de igualdade de oportunidades e no combate às desigualdades sociais. Elas têm como objetivo principal ampliar o acesso e a

permanência de grupos historicamente excluídos, como sujeitos(as) de baixa renda, negras, indígenas, pessoas com deficiência e quilombolas.

Uma das principais razões para a importância dessas políticas é a necessidade de resgatar e promover direitos fundamentais como o acesso à educação, previstos na Constituição e em tratados internacionais. A educação superior é uma etapa crucial na formação de um(a) cidadão(ã), pois além de promover a qualificação profissional, contribui para o desenvolvimento pessoal, o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Além disso, as políticas de inclusão são importantes para reduzir as desigualdades sociais. A educação e o acesso a oportunidades educacionais de qualidade são fatores determinantes para o desenvolvimento e a mobilidade social. Ao ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos, essas políticas contribuem para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Outro aspecto relevante é a valorização da diversidade. As políticas de inclusão promovem a diversidade étnico-racial, cultural, social e de gênero no ambiente acadêmico, criando um espaço mais plural e enriquecedor. A diversidade é uma riqueza que fortalece a troca de conhecimentos, estimula o diálogo e a construção de novos saberes.

Além disso, as políticas de inclusão também são importantes para a promoção da equidade e a superação de estereótipos e preconceitos. Ao garantir que todos(as) tenham acesso às mesmas oportunidades, independentemente de sua condição social, étnica, racial ou de deficiência, essas políticas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Deste modo, as políticas públicas de inclusão são fundamentais para garantir o acesso igualitário à educação, reduzir as desigualdades sociais, valorizar a diversidade, promover a equidade e contribuir para o desenvolvimento do país. É necessário investir e fortalecer essas políticas, a fim de construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Convém ressaltar que, no período de 2016 a 2017, o governo federal realizou um corte orçamentário na Assistência Estudantil (PNAES), o qual limitou o alcance da AE até o alunado. Segundo Para Prda e Surdine (2018),

o Pnaes garante a cada IFs autonomia para utilizar os recursos disponibilizados, de acordo com suas demandas, peculiaridades

locais e características regionais. Articula diversas áreas com o objetivo de fornecer maneiras eficientes para que haja melhoria no desempenho acadêmico do aluno. Visa atender prioritariamente os estudantes com renda até um salário mínimo e meio *per capita*, e estudantes de escola pública para evitar e/ou diminuir os índices de repetência e evasão (PRADA; SURDINE, 2018, p. 271).

O Pnaes é responsável por garantir autonomia aos IFs na utilização de recursos, considerando suas demandas específicas, características regionais e peculiaridades locais. Além disso, o Programa tem como foco atender prioritariamente estudantes de baixa renda e provenientes de escolas públicas, com o intuito de reduzir os índices de repetência e evasão.

O Pnaes tem se mostrado uma importante ferramenta na promoção da equidade no acesso à educação superior. Ao garantir recursos para as IFs de acordo com suas necessidades e particularidades, o Programa possibilita a implementação de ações eficientes que contribuem para o aumento do desempenho acadêmico dos(as) estudantes.

A priorização dos(as) estudantes de baixa renda e provenientes de escolas públicas também tem sido um ponto positivo do Pnaes. Esses(as) estudantes, muitas vezes, enfrentam dificuldades financeiras e sociais que podem afetar seu rendimento acadêmico. Portanto, ao oferecer Assistência Estudantil a esse público, o Programa contribui para a redução dos índices de repetência e evasão.

No entanto, é importante ressaltar que ainda existem desafios a serem enfrentados para maximizar a efetividade do Pnaes. Por exemplo, é necessário garantir uma distribuição mais equitativa dos recursos entre as IFs, considerando questões regionais e socioeconômicas específicas. Além disso, é preciso assegurar que os recursos sejam utilizados de forma eficiente, com a implementação de avaliações periódicas das ações desenvolvidas pelos IFs.

Conclui-se que o Pnaes desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades no ensino superior. Ao garantir recursos e autonomia para as IFs, o Programa contribui para o desenvolvimento de ações eficientes que visam melhorar o desempenho acadêmico dos(as) estudantes, especialmente aqueles(as) de baixa renda e provenientes de escolas públicas. No entanto, é necessário continuar aprimorando o Programa, considerando as demandas regionais e socioeconômicas específicas e buscando avaliar constantemente os resultados das ações implementadas.

Para os autores Machado, Oliveira e Freitas (2020), a Assistência Estudantil é um conjunto de Programas e benefícios oferecidos pelas Instituições de Ensino superior, com o objetivo de apoiar os (as) estudantes em suas necessidades financeiras, de alimentação, moradia, transporte, entre outras, visando garantir a permanência e o sucesso acadêmico.

Neste estudo, os autores supramencionados utilizaram como objeto de análise os dados referentes à Assistência Estudantil oferecida pela FURG entre os anos de 2008 e 2018. Foram levantadas informações sobre o perfil dos(as) estudantes atendidos(as) pelos Programas de Assistência, bem como os benefícios recebidos e o desempenho acadêmico deles(as) no processo.

A análise dos dados revelou que a Assistência Estudantil teve um impacto positivo sobre o desempenho acadêmico dos(as) estudantes da FURG. Os(As) que receberam benefícios de Assistência tiveram uma taxa de evasão menor em comparação com os(as) que não receberam a Assistência. Além disso, os(as) estudantes beneficiados(as) apresentaram uma maior média de notas nas disciplinas cursadas.

Os autores também identificaram que os benefícios de Assistência Estudantil mais recorrentes foram o auxílio alimentação, o auxílio transporte e o auxílio moradia. Esses benefícios foram considerados determinantes para a permanência dos(as) estudantes na universidade e para o seu bom desempenho acadêmico.

Diante desses resultados, os autores concluíram que os benefícios de Assistência Estudantil oferecidos pela FURG tiveram um impacto significativo na vida do alunado contemplado nos Programas, contribuindo para a redução da evasão e para o bom desempenho acadêmico. Para isso, é fundamental que a Instituição continue investindo nesses Programas e benefícios, visando garantir a igualdade de oportunidades e o sucesso acadêmico de todos(as) os(as) envolvidos(as).

2.4. Influência dos benefícios de Assistência Estudantil sobre o desempenho acadêmico

Nos últimos 30 anos, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) tem trabalhado para melhorar o desempenho

dos(as) estudantes. Isso é feito através do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), que toma medidas como a criação de indicadores auditáveis e mensuráveis para avaliar o desempenho do alunado.

Recentemente, o esforço da Andifes, com base em relatórios técnicos independentes, busca analisar como os benefícios são administrados, incluindo pesquisas acadêmicas, ao longo do tempo, e as medidas implementadas, que visam criar um ambiente propício para potencializar o efeito desses benefícios. Isso tem resultado em melhorias nos índices de evasão, retenção e conclusão do ensino superior (MACHADO; OLIVEIRA, FRANÇA, 2020).

Sob essa ótica, é possível notar a importância atribuída às estratégias, visando o desenvolvimento econômico e a proteção dos direitos sociais, por meio da implementação de Projetos relacionados à política educacional. Esses Projetos têm como objetivo a ampliação das oportunidades de acesso à Educação Básica, o fortalecimento das instituições públicas e a expansão do número de universidades públicas no Brasil (CUNHA; OLIVEIRA, FERNANDES, 2023).

No entendimento de Machado Oliveira e Freitas (2020), o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no Brasil, tem implementado uma série de benefícios com o objetivo de garantir melhores condições para a permanência dos(as) estudantes universitários(as) em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Todavia, um bom desempenho acadêmico geralmente indica que um(a) estudante está aprendendo e progredindo bem em seu aprendizado. Isso pode refletir um alto nível de compreensão dos conceitos, da aquisição de habilidades de estudo eficazes, da participação ativa nas atividades acadêmicas e de uma boa capacidade de se expressar, de se comunicar, de interagir.

É fundamental que existam, para o sucesso em termos de acesso à educação superior, oportunidades de emprego e desenvolvimento pessoal e profissional. Também pode ter influência nas perspectivas futuras de um(a) estudante, incluindo bolsas de estudo, oportunidades de estágio e capacidade de competir em um mercado de trabalho altamente competitivo.

No entanto, cada estudante é único(a) e pode ter diferentes pontos fortes e áreas de melhoria. Alguns(algumas) podem apresentar um desempenho acadêmico excepcional em certas disciplinas, enquanto têm dificuldades em outras. É

importante que os(as) professores(as) e a família apoiem os(as) estudantes a identificar suas habilidades, a buscar ajuda quando necessário e a estabelecer metas realistas para maximizar seu potencial acadêmico.

Nota-se, nesse sentido, que desempenho acadêmico é a medida do sucesso e do progresso de um(a) estudante em relação ao seu desempenho em sala de aula, em atividades educacionais e em avaliações. É uma avaliação quantitativa e qualitativa do conhecimento, das habilidades e das competências adquiridas e demonstradas pelo(a) estudante, existem várias maneiras de avaliar o desempenho acadêmico, como notas em provas, trabalhos e projetos, participação em sala de aula, envolvimento em atividades extracurriculares e avaliações padronizadas

Além disso, o desempenho acadêmico não deve ser o único indicador de sucesso de um(a) estudante. O envolvimento em atividades extracurriculares, habilidades sociais, aquisição de conhecimento prático e a capacidade de resolver problemas também são importantes para o desenvolvimento geral de um(a) estudante.

Sendo assim, entende-se que o desempenho acadêmico é um indicador chave do progresso e das conquistas educacionais de um(a) estudante. É importante reconhecer e valorizar o desempenho acadêmico de cada um(a), ao mesmo tempo em que se leva em consideração sua diversidade e seu desenvolvimento integral.

Andrade e Teixeira (2017) enfatizam a importância da política de Assistência Estudantil nas universidades, analisando sua relação com o desempenho acadêmico, a permanência e o desenvolvimento psicossocial de estudantes universitários(as).

A pesquisa dos autores teve como objetivo identificar quais são as áreas de atuação da política de Assistência Estudantil que mais impactam positivamente esses três aspectos dos(as) estudantes. Para isso, foi realizado um estudo quantitativo com 622 estudantes de graduação de uma universidade pública do Brasil.

Os resultados mostraram que algumas áreas da política de Assistência Estudantil têm um impacto significativo no desempenho acadêmico, na permanência e no desenvolvimento psicossocial do alunado. Entre essas áreas, destacam-se os Programas de auxílio financeiro, de apoio pedagógico e de moradia estudantil.

Os(As) estudantes que participaram de Programas de auxílio financeiro tiveram um desempenho acadêmico melhor e uma maior taxa de permanência na universidade. Já os(as) estudantes que participaram de Programas de apoio pedagógico apresentaram um maior desenvolvimento psicossocial. Por sua vez, os(as) estudantes que tiveram acesso à moradia estudantil também apresentaram um melhor desempenho acadêmico e uma maior taxa de permanência.

Observou-se ainda que os resultados desse estudo reforçaram a importância da política de Assistência Estudantil para o sucesso acadêmico e a permanência dos(as) estudantes universitários(as). Além disso, revelaram que os Programas de auxílio financeiro, de apoio pedagógico e de moradia estudantil são áreas chave que merecem uma atenção especial por parte das Instituições de Ensino para promover o desenvolvimento discente.

No entanto, o estudo também apontou para a necessidade de aprimorar e expandir a política de Assistência Estudantil, especialmente nas áreas de alimentação e transporte. Os resultados indicaram que essas áreas ainda não têm um impacto significativo no desempenho acadêmico, na permanência e no desenvolvimento psicossocial dos(as) estudantes. Por fim, destacaram a importância de políticas públicas e investimentos na área da Assistência Estudantil para garantir a igualdade de oportunidades e a inclusão social desse grupo (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Braga (2017) abordou a temática da Assistência Estudantil nas universidades, com foco na realidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A autora realizou um estudo comparativo para investigar a eficácia na aplicação dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pela UFRGS. Conforme restou evidenciado no tópico anterior, o PNAES é uma política pública que tem como objetivo promover uma maior inclusão e permanência de estudantes de baixa renda nas Instituições Federais de ensino superior do Brasil.

O estudo comparou o rendimento dos(as) estudantes que são contemplados(as) com os recursos do PNAES com aqueles(as) que não recebem essa Assistência. Ao longo da obra, Braga (2017) discutiu os impactos da Assistência Estudantil no desempenho acadêmico dos(as) estudantes, demonstrando a importância desse tipo de política na redução das desigualdades

sociais e na promoção do acesso e sucesso dos(as) que possuem baixa renda no ensino superior.

Além disso, a autora analisou a gestão dos recursos do PNAES pela UFRGS, identificando os principais desafios e as maiores dificuldades encontrados pela universidade na aplicação desses recursos de forma eficaz. Essa pesquisa contribuiu para a compreensão da importância da Assistência Estudantil como forma de acesso, permanência e sucesso dos(as) estudantes de baixa renda no ensino superior, além de trazer reflexões sobre as políticas e a gestão desses recursos pelas Instituições de Ensino.

O artigo "O impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda", de autoria de Julião, Ferreira e Pereira (2022) teve como objetivo analisar o impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no desempenho acadêmico de estudantes brasileiros(as) de baixa renda.

Importante lembrar que o PNAES foi criado em 2007 com o objetivo de promover a permanência e o êxito acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas Instituições de Ensino superior do Brasil. O Programa oferece auxílios financeiros, alimentação, moradia, transporte, entre outros benefícios, para garantir as condições necessárias para o pleno desenvolvimento acadêmico desses(as) estudantes.

Os autores utilizaram uma abordagem quantitativa para analisar os dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e do Censo da Educação Superior. Foram comparados grupos de estudantes com e sem acesso aos benefícios do PNAES, levando em consideração variáveis como sexo, raça e tipo de Instituição de Ensino.

De acordo com Julião, Ferreira e Pereira (2022), os(as) estudantes beneficiados(as) pelo PNAES obtiveram um desempenho acadêmico superior em relação aos(as) estudantes que não receberam esses benefícios. Além disso, verificou-se que o Programa contribuiu para reduzir as taxas de evasão e aumentar a taxa de conclusão dos cursos por parte dos(as) estudantes de baixa renda.

Para Julião, Ferreira e Pereira (2022), a Assistência Estudantil desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e no acesso igualitário à educação superior. O PNAES é apontado como uma política pública eficaz, que

contribui para a inclusão e o sucesso acadêmico dos(as) estudantes de baixa renda no Brasil.

No entanto, os autores ressaltaram a necessidade de investimentos contínuos e ampliação do programa, considerando o aumento da demanda por Assistência Estudantil e a importância de acompanhar de perto os resultados e impactos na trajetória educacional dos(as) estudantes beneficiados(as) pelo PNAES.

Ferreira (2020) fez uma análise da política de Assistência Estudantil na Universidade de Brasília (UnB), considerando o impacto dessa política no desempenho acadêmico dos(as) estudantes. Vale ressaltar, novamente, que a Assistência Estudantil é um conjunto de medidas e políticas voltadas para garantir que os(as) estudantes tenham condições adequadas para cursar o ensino superior, abrangendo aspectos como moradia, alimentação, transporte, saúde e acesso a materiais didáticos. O objetivo dessa política é reduzir as desigualdades e garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação.

No âmbito da UnB, a autora analisou a implementação dessas políticas e como elas se refletem no desempenho acadêmico dos(as) estudantes. Para isso, ela utiliza métodos quantitativos, como a análise estatística dos dados, e qualitativos, como entrevistas e questionários.

A obra, portanto, ofereceu uma avaliação crítica da efetividade da Assistência Estudantil na UnB, questionando se ela de fato contribui para a melhoria do desempenho acadêmico dos(as) estudantes ou se existem outras questões estruturais que influenciam mais diretamente nesse resultado.

A referida pesquisa também discutiu as principais políticas de Assistência Estudantil, adotadas pela UnB, como o Programa de Moradia Estudantil, Programa de Alimentação Estudantil, Auxílio Creche, entre outros. A investigação também abordou temas como a evasão e a retenção dos(as) estudantes, as demandas por Assistência Estudantil, as dificuldades enfrentadas pelos(as) estudantes em relação aos seus aspectos socioeconômicos, entre outros.

Em suas conclusões, a autora apontou a importância da Assistência Estudantil como um instrumento de inclusão no ensino superior, mas ressaltou a necessidade de aprimorar e expandir as políticas e os Programas existentes, de forma a atender às demandas dos(as) estudantes de maneira mais efetiva.

Ferreira (2020) apresentou uma avaliação crítica da política de Assistência Estudantil na UnB, buscando compreender sua relação com o desempenho acadêmico dos(as) estudantes. Além disso, contribuiu para o debate sobre a importância da Assistência Estudantil e os desafios enfrentados nessa área.

Menezes et al. (2023) abordou a relação entre a implementação de Programas de Assistência Estudantil e o desempenho acadêmico dos(as) estudantes. O estudo apresentou uma análise empírica do impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil em universidades brasileiras. A pesquisa compreendeu um período de análise que incluiu os anos de 2010 a 2020 e utilizou dados de desempenho acadêmico e informações dos(as) estudantes beneficiados(as) pelo Programa.

Os resultados mostraram que o Programa Nacional de Assistência Estudantil tem um impacto positivo no desempenho acadêmico dos(as) estudantes beneficiados(as). Os(As) estudantes, para o estudo, que receberam algum tipo de Assistência apresentaram um aumento significativo em suas notas e taxas de conclusão de curso.

O estudo analisou, ainda, diferentes reflexões sobre os efeitos desse Programa de Assistência Estudantil. Algumas das reflexões incluíram a importância de atender às necessidades básicas dos(as) estudantes, como alimentação e moradia, para garantir seu engajamento acadêmico. Também foram discutidos os desafios enfrentados na implementação e manutenção desses Programas e a necessidade de avaliação contínua para garantir sua eficácia.

Em conclusão, a pesquisa evidenciou que o Programa Nacional de Assistência Estudantil tem um impacto positivo no desempenho acadêmico dos(as) estudantes e destacou a importância de políticas de Assistência Estudantil para promover a igualdade de oportunidades e o sucesso acadêmico do alunado.

Lacerda e Valentini (2018) realizaram um estudo para investigar os efeitos da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência dos(as) estudantes na universidade. Os autores contaram com a participação de 60 estudantes universitários(as), sendo 30 moradores da moradia estudantil e 30 que não residiam no local. Foi utilizado um questionário contendo perguntas sobre desempenho acadêmico, envolvimento universitário, bem-estar emocional e satisfação com a moradia.

Os resultados mostraram que os(as) estudantes que residiam na moradia estudantil apresentaram um melhor desempenho acadêmico em comparação com os(as) que não residiam lá. Além disso, os(as) moradores(as) da moradia estudantil também relataram ter maior envolvimento universitário, melhores relações interpessoais e maior satisfação com a moradia. Não foram encontradas diferenças significativas em relação ao bem-estar emocional entre os dois grupos.

Para Lacerda e Valentini (2018), os autores destacaram a importância da moradia estudantil como um fator que pode influenciar positivamente o desempenho acadêmico e a permanência dos(as) estudantes na universidade. Eles compreenderam que a moradia estudantil pode proporcionar um ambiente propício para o desenvolvimento pessoal, social e acadêmico dos(as) estudantes, promovendo uma maior integração na vida universitária.

No entanto, os pesquisadores ressaltaram também que são necessários mais estudos para aprofundar a compreensão desses resultados e considerar outros fatores que podem influenciar os efeitos da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência dos(as) estudantes na universidade.

Deste modo, o estudo evidenciou os benefícios da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência dos(as) estudantes na universidade, destacando a importância desse ambiente para o seu desenvolvimento integral.

Os autores Silva, Penha e Rodrigues (2023) fizeram uma pesquisa com o objetivo principal de analisar os efeitos do Programa de bolsas de Assistência Estudantil no desempenho acadêmico de estudantes. A pesquisa foi realizada em uma Instituição de Ensino superior pública, onde o Programa de bolsas de Assistência Estudantil está em vigor. Os autores coletaram dados dos(as) beneficiados(as) pelo Programa, como notas e frequência, e compararam-nos com um grupo de controle composto por estudantes não beneficiados(as) pelo Programa.

Os resultados mostraram que os(as) estudantes que receberam a bolsa de Assistência Estudantil tiveram um desempenho acadêmico significativamente melhor do que os(as) do grupo de controle. As notas médias dos(as) beneficiados(as) foram mais altas e eles(as) apresentaram uma menor taxa de reprovação e abandono escolar.

Além disso, os autores também analisaram os fatores que podem influenciar o desempenho acadêmico dos(as) estudantes, como renda familiar, local de moradia,

idade e gênero. Eles descobriram que, mesmo após controlar esses fatores, os impactos positivos do Programa de bolsas de Assistência Estudantil sobre o desempenho acadêmico permaneceram significantes.

Os resultados do estudo evidenciaram que o Programa de bolsas de Assistência Estudantil tem um impacto positivo no desempenho acadêmico do alunado. Isso indica a importância de políticas públicas voltadas para a Assistência Estudantil, visando aumentar a igualdade de oportunidades e minimizar as desigualdades socioeconômicas no acesso à educação superior.

Por fim, os autores destacaram a necessidade de realizar mais pesquisas para entender melhor os mecanismos que explicam os impactos positivos do Programa de bolsas de Assistência Estudantil, a fim de melhorar e aprimorar a eficácia dessas políticas.

2.5. A evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade econômica

A Constituição Federal de 1988 estabelece diversos avanços para as políticas de proteção social do Brasil, garantindo o direito à educação e tornando responsabilidade do Estado assegurar o acesso à educação básica obrigatória, a universalização do Ensino Médio e ampliação do acesso à educação superior. No entanto, apesar desse direito ser garantido, a desigualdade de oportunidades educacionais é uma realidade para muitas crianças, adolescentes e jovens brasileiros(as), especialmente aqueles(as) em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que compromete tanto o acesso quanto a permanência desses(as) estudantes (CUNHA; OLIVEIRA; FERNANDES, 2023).

A evasão escolar dos(as) estudantes em situação de vulnerabilidade econômica é um problema complexo que afeta milhões de crianças e jovens em todo o mundo. A falta de acesso a recursos financeiros adequados é um dos principais motivos para que esses(as) estudantes abandonem a escola, privando-os(as) de uma educação de qualidade e limitando suas oportunidades futuras (MACHADO; OLIVEIRA, FREITAS, 2020), que está também intrinsecamente ligada à pobreza e à desigualdade social.

Muitas famílias em situação de vulnerabilidade econômica não conseguem arcar com os custos adicionais da educação, como material escolar, uniforme, transporte e alimentação. Além disso, essas famílias podem enfrentar dificuldades econômicas que as forcem a priorizar necessidades básicas, como alimentação e moradia, em detrimento da educação.

A falta de recursos também pode levar a outras barreiras para a permanência na escola, como a necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar. Muitos jovens em situação de vulnerabilidade econômica são obrigados(as) a buscar empregos precários e de baixa remuneração para ajudar a sustentar suas famílias, o que torna difícil conciliar os compromissos escolares e profissionais. Esses(as) estudantes muitas vezes acabam abandonando a escola para trabalhar em tempo integral, comprometendo seu desenvolvimento educacional e suas perspectivas profissionais (MACHADO; OLIVEIRA, FREITAS, 2020).

Além dos desafios financeiros, a evasão escolar também pode ser influenciada por fatores sócio emocionais. Estudantes em situação de vulnerabilidade econômica podem enfrentar baixa autoestima, falta de apoio familiar, violência doméstica e outras questões que afetam diretamente seu bem-estar emocional e mental. Esses fatores podem contribuir para um ambiente escolar hostil ou desmotivador, onde o(a) estudante não se sente acolhido(a) ou incentivado(a) a permanecer na escola.

Para combater a evasão escolar dos(as) estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, é necessário adotar uma abordagem holística que vai além de simplesmente fornecer recursos financeiros.

É fundamental investir em políticas e Programas que visem a garantia do acesso e da permanência desses(as) estudantes na escola, como bolsas de estudo, transporte escolar gratuito, Programas de alimentação escolar e Assistência Social. Além disso, é importante promover um ambiente escolar acolhedor, inclusivo e que valorize a diversidade, reconhecendo e respeitando as especificidades dos(as) estudantes em situação de vulnerabilidade econômica (CUNHA; OLIVEIRA; FERNANDES, 2023).

A educação é um direito fundamental e uma ferramenta poderosa para combater a pobreza e a desigualdade. Garantir que os(as) estudantes em situação de vulnerabilidade econômica tenham acesso a uma educação de qualidade é

essencial para promover sua inclusão social e proporcionar oportunidades iguais de sucesso no futuro (JANNUZZI, 2019).

A superação da evasão escolar requer ações coordenadas dos governos, da sociedade civil e de todas as partes interessadas, visando a implementação de políticas eficazes que garantam a igualdade de oportunidades educacionais para todos(as).

Diversas pesquisas têm sido conduzidas no país com o intuito de analisar a influência das políticas públicas na evasão e retenção dos(as) estudantes nas universidades (MACHADO; OLIVEIRA, FREITAS, 2020).

A disparidade socioeconômica não só resulta na falta de acesso a recursos materiais, mas também no acesso limitado à cultura e à educação. Isso, por sua vez, contribui para a perpetuação da pobreza, pois impede a mobilidade social que a educação pode proporcionar como um fenômeno transformador. A evasão escolar também pode ser vista como uma interrupção desse processo transformador da educação e, especialmente para aqueles em estratos sociais mais baixos, como a incapacidade de romper o ciclo de pobreza.

A autora Imperatori (2017) buscou analisar a trajetória da Assistência Estudantil na educação superior do Brasil, trazendo um panorama histórico sobre o desenvolvimento da Assistência Estudantil e os desafios enfrentados ao longo do tempo.

A referida autora destacou ainda que a Assistência Estudantil surgiu como uma forma de mitigar as desigualdades sociais e garantir igualdade de oportunidades no acesso e permanência dos(as) estudantes na educação superior. Convém lembrar que esse tema ganhou visibilidade a partir dos anos 2000, principalmente com a expansão das universidades e a ascensão de políticas de inclusão social. A Assistência Estudantil passou por diferentes momentos de expansão e redução ao longo dos anos, de acordo com o contexto político e econômico do país.

A autora destacou a importância da Assistência Estudantil para a democratização do ensino superior e para a garantia da permanência dos(as) estudantes de baixa renda. Ela apontou que as políticas de Assistência devem contemplar diferentes aspectos, como moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, cultura e esporte.

Imperatori (2017) também deu ênfase aos desafios enfrentados pela Assistência Estudantil, como a falta de recursos financeiros, a falta de estrutura adequada das universidades para a implementação dessas políticas e a necessidade de aprimorar os programas de Assistência. Por isso, ressaltou a importância de uma atuação interdisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas, como assistentes sociais, psicólogos(as) e pedagogos(as), para garantir um atendimento efetivo aos(as) estudantes.

A autora concluiu em sua pesquisa que a Assistência Estudantil é fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades e para a efetivação do direito à educação. Ela ressaltou também a importância de fortalecer e ampliar as políticas de Assistência Estudantil, de forma a garantir a permanência e o sucesso dos(as) estudantes na educação superior brasileira.

Os autores Carvalho e Anjos (2021) fizeram uma questão sobre a Assistência Estudantil no contexto educacional atual. Partindo do pressuposto de que políticas e práticas de Assistência Estudantil são fundamentais para promover a igualdade de oportunidades e garantir a permanência e o sucesso dos(as) estudantes no ambiente educacional. As autoras discutem as múltiplas interfaces desse tema, destacando a complexidade das demandas e ações necessárias para o enfrentamento das desigualdades sociais no acesso à educação.

Ao longo do estudo, apresentaram diversos aspectos relacionados à Assistência Estudantil, como o direito à educação, à inclusão social, às políticas públicas, aos Programas de bolsas e auxílios financeiros, à alimentação escolar, ao transporte, à moradia estudantil, à saúde e ao apoio psicossocial. Além disso, foram discutidos os desafios e as perspectivas da Assistência Estudantil, considerando o contexto brasileiro.

Os conteúdos abordados foram fundamentados em referências teóricas e dados empíricos, oferecendo um embasamento consistente para compreender a importância e a complexidade da Assistência Estudantil. Além disso, foram apresentados estudos de casos e práticas de diferentes Instituições de ensino, evidenciando a diversidade de abordagens e experiências nesse campo.

No final, foram apresentadas reflexões e sugestões para aprimorar políticas e práticas de Assistência Estudantil, visando promover a equidade e a qualidade na educação, assim como garantir o pleno desenvolvimento dos(as) estudantes.

Freitas et al. (2017) afirmam que a Assistência Estudantil é um conjunto de políticas e Programas desenvolvidos pelas Instituições de ensino com o objetivo de garantir a permanência e êxito dos(as) estudantes em sua trajetória acadêmica. Por outro lado, a evasão escolar se refere à interrupção dos estudos antes da conclusão de um curso.

A pesquisa foi realizada por meio de análise documental e entrevistas com estudantes e servidores(as) do IF Sudeste MG. Os dados coletados demonstraram que a Assistência Estudantil exerce um papel significativo na redução da evasão escolar. Foi constatado que a Assistência Estudantil oferecida pelo IF Sudeste MG é composta por diferentes Programas, tais como bolsas de estudos, transporte, alimentação, moradia, apoio pedagógico e psicossocial. Esses Programas contribuem para minimizar os impactos socioeconômicos enfrentados pelos(as) estudantes e são essenciais para garantir a permanência e o sucesso acadêmico.

Além disso, o estudo identificou que os principais fatores que levam à evasão escolar são: falta de recursos financeiros para custear os estudos, dificuldades de transporte, problemas familiares e falta de apoio pedagógico. A Assistência Estudantil age diretamente nessas problemáticas, contribuindo para reduzir os índices de evasão.

Os resultados obtidos revelam que a Assistência Estudantil no IF Sudeste MG tem sido eficaz na diminuição da evasão escolar. Manter e aprimorar esses Programas se torna essencial para garantir a igualdade de oportunidades de acesso e permanência dos(as) estudantes na Instituição.

Por fim, os autores ressaltaram a importância de replicar esse estudo em outras Instituições de ensino para obter uma visão mais ampla sobre a relação entre a Assistência Estudantil e a evasão escolar, assim como a necessidade de investimentos e políticas públicas voltadas para essa área.

2.6. Operacionalização das Variáveis

Variável	Dimensões	Indicadores	Instrumento
Desempenho acadêmico de estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas. Definição: Desempenho acadêmico é o resultado da avaliação do progresso e sucesso de um(a) estudante em suas atividades e tarefas relacionadas ao ambiente educacional. Pode ser medido por meio de notas, pontuações em provas ou testes, participação em aula, trabalhos e projetos realizados, entre outros critérios.	Desempenho acadêmico dos(as) estudantes	1. Média de notas antes e após a implementação do Programa de Auxílio Permanência (PauP) 2. Taxa de aprovação e reprovação dos(as) estudantes beneficiados(as) pelo PauP 3. Estudantes beneficiados(as) e não beneficiados(as) pelo Programa	Instrumento: Coleta de dados feita através de histórico escolar dos(as) estudantes selecionados(as)
	Evasão escolar dos(as) estudantes	1. Taxa de evasão dos(as) estudantes beneficiados pelo PauP 2. Taxa de evasão dos estudantes não beneficiados pelo programa.	
	Qualidade de vida dos (as) estudantes beneficiados(as) pelos Programas de Assistência Estudantil.	1. Acesso aos serviços de saúde (como atendimento médico e psicológico) por meio do PauP 2. Acesso à moradia e alimentação adequada por meio do PauP 3. Qualidade de vida dos(as) estudantes beneficiados(as)	

CAPÍTULO III – MARCO METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentam-se os fundamentos metodológicos que nortearam a pesquisa que trata do Programa de Auxílio Permanência (PauP) da Assistência Estudantil do Instituto Federal de Alagoas no desempenho acadêmico de estudantes de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas.

Nele, foram inseridos a descrição das principais características metodológicas, o delineamento, o desenho e o ambiente da pesquisa, a população, a amostra e a amostragem, as técnicas e os instrumentos para coleta, a perspectiva para a análise e a interpretação dos dados obtidos.

3.1. Delineamento da Pesquisa

Nesta pesquisa, de natureza qualitativa, caracterizada por um método axiomático, flexível e adaptável às mudanças imprevistas ou ao desenvolvimento das hipóteses, foi desenvolvido um processo investigativo a partir da Técnica de Análise de Conteúdo, que é definida por Bardin (2016) como um conjunto avançado de ferramentas metodológicas em constante evolução, projetadas para analisar uma ampla variedade de "discursos" — tanto os conteúdos quanto os contextos em que estão inseridos. Essa abordagem visa explorar os sentidos e significados atribuídos pelos(as) sujeitos participantes de estudos qualitativos e quantitativos a respeito de um tema, problema ou fenômeno específico. Esses sentidos são extraídos através de uma sistematização rigorosa e estruturada.

Segundo Bardin (2016), a Análise de Conteúdo se define como um conjunto de técnicas para examinar comunicações, empregando procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens. No entanto, a autora reconhece que esse conceito por si só não é completo para definir a especificidade da técnica. Ela acrescenta que o objetivo é inferir conhecimentos sobre as condições de produção (ou, em alguns casos, de recepção), utilizando indicadores quantitativos ou não para realizar essas inferências.

É crucial analisar os dados obtidos em pesquisas qualitativas de maneira coesa, aplicando técnicas que promovam uma análise reflexiva, abrangente e dinâmica. A Análise de Conteúdo, que engloba um conjunto de técnicas voltadas para a interpretação dos significados expressos pelos(as) participantes da pesquisa, documentos analisados e outras formas de manifestação, tem sido amplamente utilizada como método de escolha em estudos educacionais.

Para Bardin (2016),

um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 46).

A análise de dados qualitativos, a partir da técnica de Análise de Conteúdo, busca compreender profundamente o contexto investigado através de percepções particulares. Os resultados finais do processo analítico e interpretativo são construídos a partir da variedade e singularidade das experiências individuais. Ao considerar essas particularidades, abre-se espaço para a análise de perspectivas diversas e convergentes em relação ao objeto de estudo, o que fortalece a capacidade de estabelecer inferências que possam confirmar ou desafiar os pressupostos da pesquisa.

3.2. Desenho da pesquisa

A presente pesquisa é fundamentada na abordagem qualitativa, utilizando a técnica de Análise de Conteúdo como método principal. O desenho metodológico foi meticulosamente elaborado para assegurar a coleta e análise sistemática e rigorosa dos dados, garantindo a validade e confiabilidade das conclusões alcançadas.

3.3. Ambiente de Pesquisa

O ambiente de pesquisa foram os sistemas acadêmicos utilizados no Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas (Ifal).

3.4. População, Amostra e Amostragem

A pesquisa possui abordagem quantitativa e sua amostragem é definida através de uma população selecionada, em conformidade com os critérios definidos na pesquisa. Utiliza-se uma amostra delimitada, a fim de obter uma análise aprofundada sobre essa temática.

3.4.1. População

A população alvo da pesquisa foi composta por 610 estudantes do Ensino Médio contemplados(as) com o PauP do Campus Maceió/Ifal.

Figura 1 – Estudantes atendidos(as) pela Assistência Estudantil do Ifal



ANO	INFORMAÇÃO	QTDE
2011	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	2495
2012	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	3581
2013	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	5669
2014	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	6800
2015	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	7063
2016	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	5329
2017	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	6400
2018	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	8016
2019	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	9874
2020	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	10735

Fonte: Diretoria de Políticas Estudantis do Ifal (2024)

3.4.2. Amostra

A amostra de uma pesquisa é uma seleção representativa de sujeitos, unidades ou elementos de uma população específica que serão estudados. Diante disso, a escolha da amostra foi feita com base em critérios estatísticos para garantir que seja representativa e minimizar vieses ou distorções nos resultados da pesquisa. Composta por 70 adolescentes, sendo 39 do sexo feminino e 31 do sexo masculino, foi selecionada entre os(as) estudantes que não receberam o benefício em todos os anos de sua vida acadêmica, com base em critérios específicos, como idade, gênero, entre outros.

Ao realizar a pesquisa com uma amostra, o objetivo é obter informações que possam ser generalizadas para a população total, ou seja, inferir conclusões sobre a população com base nos resultados da amostra. Ressalte-se que a definição cuidadosa da amostra e a consideração dos princípios estatísticos na seleção e análise dela são essenciais para garantir a validade e a representatividade dos resultados de uma pesquisa.

3.4.3. Amostragem

Amostragem é um processo estatístico que consiste em selecionar uma parte representativa de uma população-alvo para análise e estudo, com o objetivo de obter informações confiáveis e generalizáveis sobre ela, sem que seja necessário avaliar todos os sujeitos da população.

Ao utilizar amostragem, é possível economizar tempo, recursos financeiros e esforços na coleta de dados, uma vez que não é viável ou prático analisar todos os membros de uma população, principalmente quando ela é grande ou dispersa geograficamente.

Sendo assim, na amostragem estratificada, a população é dividida em subgrupos homogêneos chamados estratos, e em cada estrato é selecionada uma amostra aleatória simples. Essa técnica foi útil pois a população apresenta heterogeneidade e é necessário representar cada subgrupo adequadamente.

3.5. Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

Esta etapa que sucede a seleção do planejamento da amostra consiste em uma recolocação dos dados pertinentes sobre variáveis, contextos, categorias, comunidades e objetos envolvidos nesta investigação.

CAPÍTULO IV – MARCO ANALÍTICO

Dentre os Programas de Auxílio Financeiro, vinculados ao setor de Assistência Estudantil do Ifal, somente foram disponibilizadas vagas para o PROGRAMA DE AUXÍLIO PERMANÊNCIA e o AUXÍLIO EJA, segundo disposto na Tabela 1 a seguir. Com a impossibilidade de funcionamento do refeitório do campus, utilizou-se parte do recurso destinado às refeições dos(as) estudantes para concessão do AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, inserindo-se estudantes selecionados(as) pelo Setor de Serviço Social.

O referido recurso também foi destinado para o PIPAD, Programa para o qual não foram previstas vagas no ano letivo de 2023, que segue em curso até o dia 05 de agosto de 2024, devido à pandemia. Os(As) estudantes nele inseridos(as) foram selecionados(as) através de uma ação conjunta da chefia do Departamento de Assistência Estudantil e Coordenação de Educação Física, não havendo intervenção do setor de Serviço Social.

Tabela 1 – Estudantes matriculados(as) no ano letivo 2023 – Campus Maceió

ESTUDANTES MATRICULADOS(AS) NO ANO LETIVO 2023 NO CAMPUS MACEIÓ – 6.123 ESTUDANTES		
ESTUDANTES INSCRITOS(AS) EM PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SERVIÇO SOCIAL (PauP e PAEJA)	1401 estudantes	Os(As) inscritos(as) representam 22,88% dos(as) matriculados(as) no ano letivo 2022
Nº DE VAGAS PARA PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SERVIÇO SOCIAL (PauP e PAEJA)	610 vagas	O número total de vagas representa: -9,96% dos(as) matriculados(as) no ano letivo 2022; -43,54% dos(as) inscritos(as) em PAE/SERVIÇO SOCIAL no ano letivo 2022

Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

Nota-se que o Programa de auxílio financeiro vinculado ao setor de Serviço Social consiste em oferecer suporte financeiro aos(as) estudantes. De acordo com a análise, constatou-se que apenas dois Programas foram disponibilizados: o Programa de Auxílio Permanência e o Auxílio EJA.

Para suprir a falta do funcionamento do refeitório do Campus Maceió, parte do recurso destinado às refeições dos(as) estudantes foi utilizado para conceder o Auxílio Alimentação. Sendo assim, os(as) selecionados foram beneficiados(as) pelo Setor de Serviço Social.

Além disso, o referido recurso também foi direcionado para o PIPAD, um Programa que não havia previsão de vagas para o ano letivo em curso, 2023. A seleção desses(as) estudantes foi realizada em uma ação conjunta entre a chefia do Departamento de Assistência Estudantil e a Coordenação de Educação Física, sem a intervenção do Setor de Serviço Social.

Tabela 2 – Programas

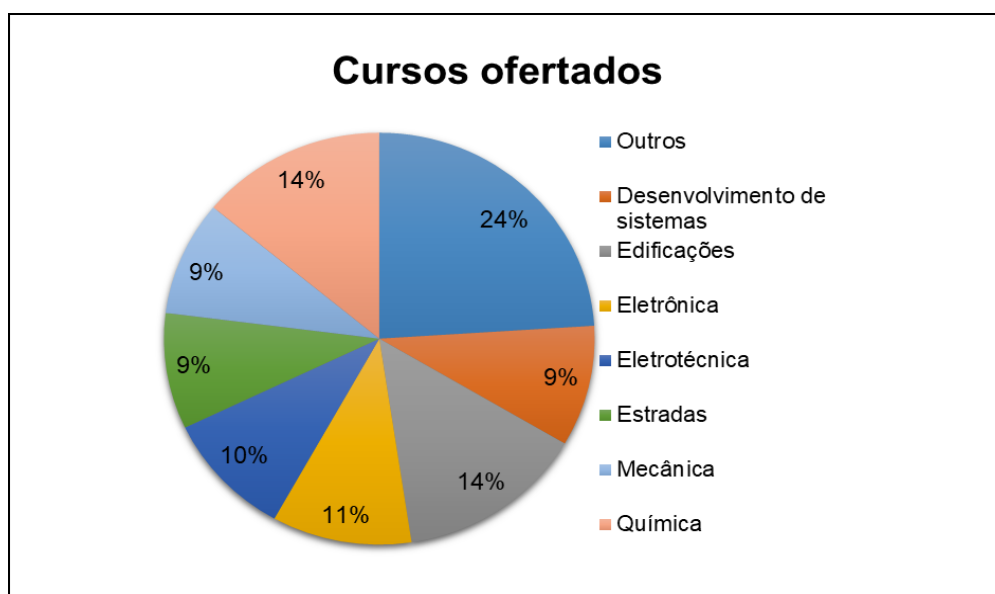
PROGRAMA	CURSO	
	SUPERIOR	MÉDIO
PauP	146 vagas	444 vagas
PAEJA	-----	20 vagas
	146 vagas	464 vagas
	610 vagas	

Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

4.1. Análise do perfil dos(as) estudantes atendidos(as) nos Programas

Dos estudantes inscritos(as), destacamos os seguintes aspectos.

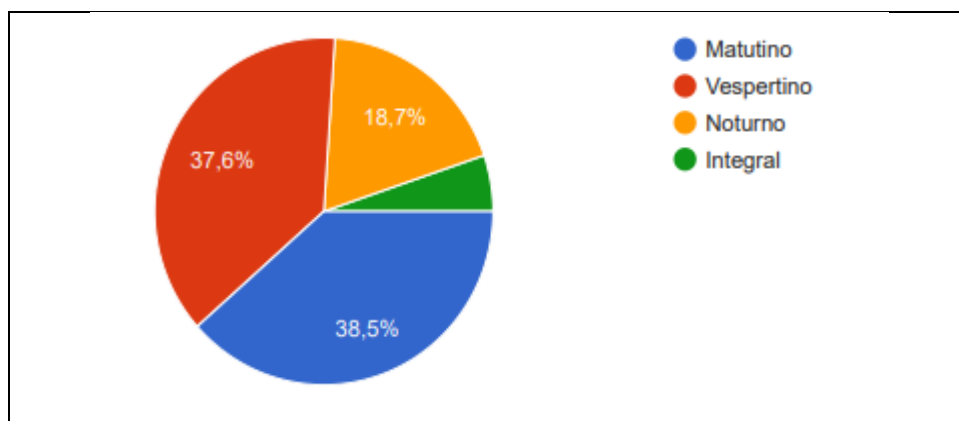
Gráfico 1 – Cursos ofertados



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal

O gráfico 2, a seguir, evidencia uma questão importante para a pesquisa: o turno.

Gráfico 2 - Turno de estudo



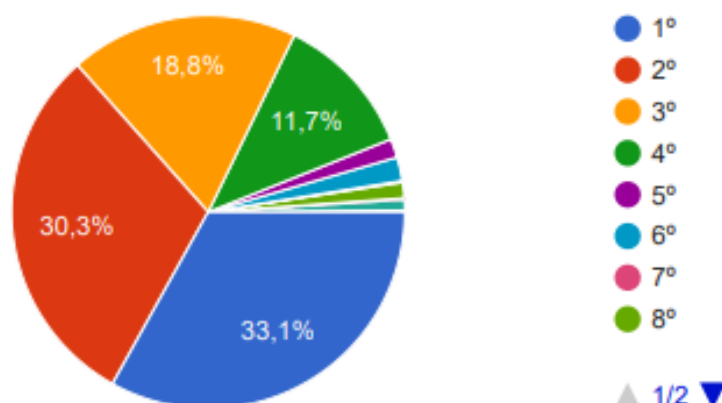
Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal

Quanto ao turno de estudo, observou-se que o turno matutino é o maior deles, e o integral ocupa o menor percentual. Ainda sobre a distribuição dos turnos de estudo, é importante compreender os possíveis motivos para essa disparidade. Uma possível explicação para o turno matutino ser o mais escolhido pelos(as) estudantes é a questão da rotina diária. Muitas vezes, o período da manhã é mais tranquilo e propício para o estudo, já que a mente está descansada após uma boa noite de sono. Além disso, algumas pessoas têm mais facilidade de concentração e produtividade durante o período matinal.

Outro fator a ser considerado é a disponibilidade da Instituição de Ensino, pois ela oferece uma maior quantidade de turmas no turno matutino, o que pode influenciar a escolha dos(as) estudantes nesse período. O turno integral pode apresentar um menor percentual devido a diversos fatores. Em primeiro lugar, o turno integral demanda uma dedicação maior por parte do(a) estudante, já que ele precisa dedicar grande parte do seu dia ao estudo. Nem todos(as) os(as) estudantes têm disponibilidade ou capacidade para se dedicar integralmente aos estudos, seja devido a trabalho, à família ou a outras atividades. Além disso, o turno integral pode ser mais cansativo e exigente, o que também pode afastar alguns(algumas) estudantes.

É importante ressaltar que a escolha do turno de estudo é pessoal e depende de diversos fatores individuais. Cada estudante tem suas preferências, necessidades e limitações. O importante é que, independentemente do turno escolhido, o(a) estudante se sinta confortável e consiga conciliar seus horários de estudo com suas outras responsabilidades. O gráfico 3 representa o ano/módulo e período do curso.

Gráfico 3 - Ano / Módulo / Período do curso



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

O gráfico 3 indicou que 33,1% de estudantes estão matriculados(as) no 1º ano. O menor percentual é o de 11,7% de estudantes matriculados(as) no 4º ano. A análise do resultado mostrou que a distribuição dos(as) estudantes matriculados(as) vem se configurando desigual ao longo dos anos. Isso sugere que existe uma tendência de diminuição no número de estudantes no decorrer do tempo.

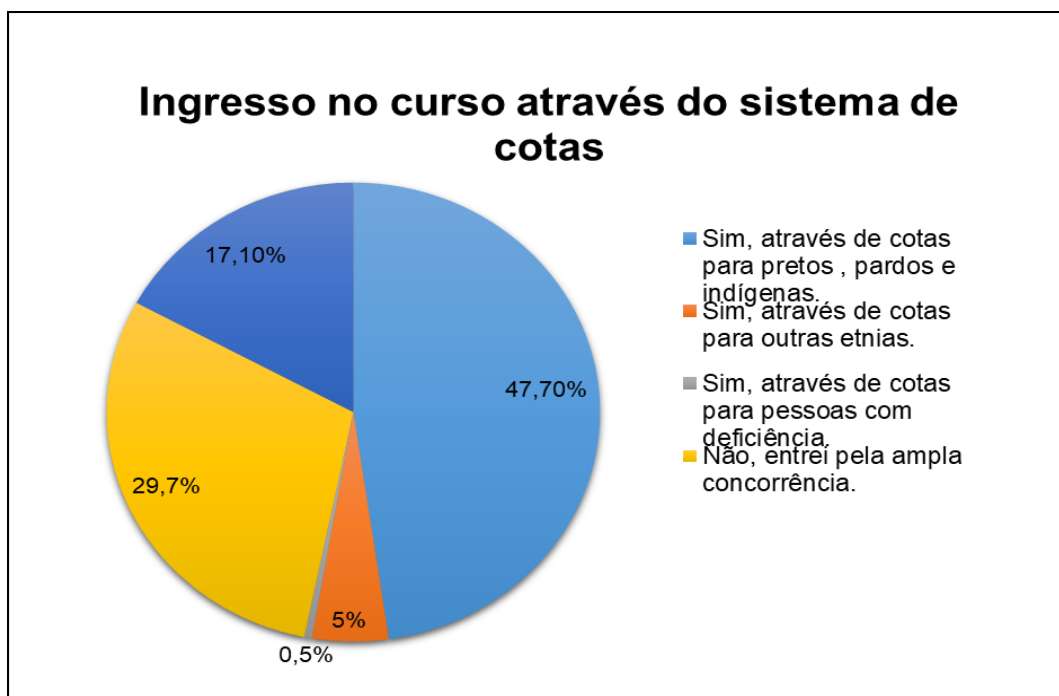
Essa análise estatística é importante, pois pode indicar possíveis problemas ou desafios que os(as) estudantes enfrentam durante o curso. É possível que haja uma alta taxa de evasão escolar nos anos posteriores, ou que existam dificuldades específicas que levem a uma menor matrícula nos anos subsequentes.

É importante investigar as razões dessa distribuição desigual e implementar medidas para melhorar a permanência dos(as) estudantes no Campus Maceió/Ifal ao longo dos anos. Essas medidas podem incluir Programas de apoio aos(as) estudantes nos anos que se seguem, intervenções para prevenir a evasão escolar e melhorias no currículo e nas condições de ensino.

A análise dos dados indica uma desigualdade na distribuição dos(as) estudantes matriculados(as), com uma maior concentração no 1º ano e uma menor concentração no 4º ano. Esse resultado requer atenção e ação por parte do Ifal para garantir uma educação de qualidade e igualdade de oportunidades para todos(as) os(as) estudantes.

O gráfico 4 corresponde ao ingresso no curso através do sistema de cotas.

Gráfico 4 - Ingresso no curso através do sistema de cotas



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

A análise do gráfico 4 revelou que a implementação do sistema de cotas tem sido de extrema importância para o ingresso de estudantes pretos(as), pardos(as) e indígenas no ensino superior. O percentual de 47,7% desses(as) estudantes que ingressam por meio das cotas comprova que essa política tem contribuído para a inclusão desses grupos historicamente marginalizados.

É relevante ressaltar que essas cotas têm sido uma medida eficaz para promover a diversidade e combater a desigualdade racial e étnica no acesso à educação superior. Através desse sistema, estudantes que antes enfrentavam barreiras socioeconômicas e discriminação encontraram uma oportunidade de assegurar uma vaga nas instituições de ensino, proporcionando uma mudança significativa no cenário educacional.

Contudo, é preocupante observar que o percentual de 5% dos(as) estudantes que afirmaram não se lembrar se haviam aderido ao sistema de cotas. Esse resultado sugere que pode haver uma falta de informação por parte dos(as) estudantes sobre a própria trajetória de ingresso no ensino superior e sobre como o

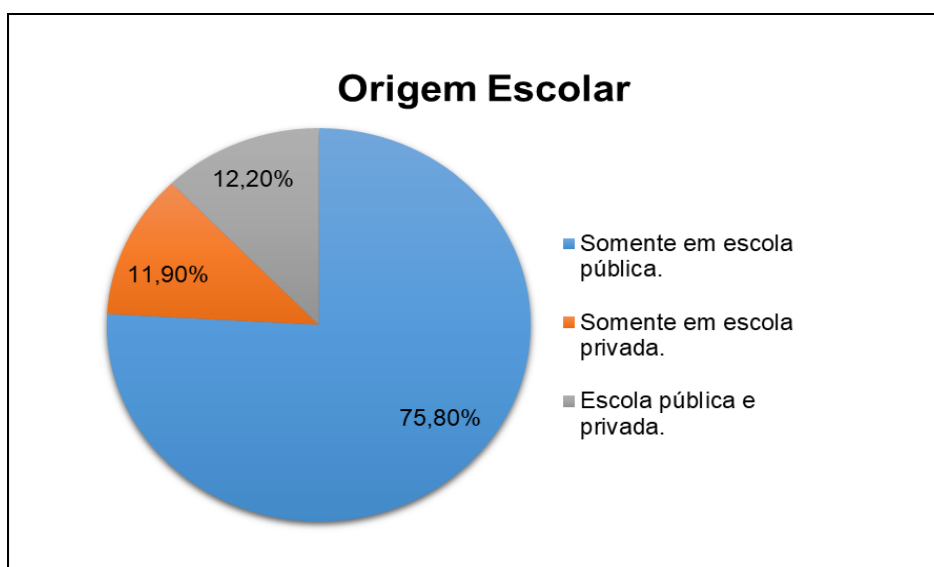
sistema de cotas está relacionado a essa ascensão. Esse desconhecimento pode ser reflexo de uma ausência de políticas de acompanhamento e orientação aos(as) estudantes beneficiados(as) pelas cotas.

Para auxiliar esses(as) estudantes e garantir uma maior transparência e consciência sobre o sistema de cotas, é fundamental que a Instituição de Ensino promova uma ampla divulgação sobre o funcionamento desse sistema e suas vantagens. Além disso, é necessário desenvolver Programas de orientação acadêmica e suporte socioemocional específicos para os(as) cotistas, visando garantir que eles(as) tenham uma trajetória acadêmica bem-sucedida e que possam se beneficiar plenamente das oportunidades proporcionadas pelo acesso ao ensino superior.

Dessa forma, a análise do gráfico 4 revela um avanço significativo na inclusão de estudantes pretos(as), pardos(as) e indígenas no ensino superior por meio das cotas. No entanto, é imprescindível que sejam implementadas medidas que assegurem uma maior conscientização sobre o sistema de cotas, visando uma inclusão efetiva e uma educação de qualidade para todos(as).

O gráfico 5 apresenta a origem escolar do(a) estudante.

Gráfico 5 - Origem escolar



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

O gráfico 5 indica que 75,8% dos(as) estudantes são oriundos(as) de escolas públicas, isso representa um percentual bastante expressivo. E o menor indicador foi

11,9% são de escolas privadas. A análise desse resultado revela a predominância significativa de estudantes provenientes de escolas públicas no contexto educacional. Com 75,8% dos(as) estudantes pertencendo a essa categoria, fica evidente a relevância e abrangência do sistema público de ensino no país.

Esse percentual expressivo de estudantes de escolas públicas pode ser interpretado de diversas maneiras. Em primeiro lugar, sugere que a maioria dos(as) estudantes do país vem de famílias com menor poder aquisitivo, já que geralmente as escolas públicas atendem a esse segmento da população. Isso pode ser reflexo das desigualdades socioeconômicas presentes na sociedade brasileira, onde o acesso à educação ainda é um desafio para muitos(as).

Diante dessa análise, é evidente a necessidade de políticas públicas que visem a melhoria tanto da rede pública quanto da rede privada de ensino. É fundamental investir em infraestrutura, recursos pedagógicos, capacitação de professores(as) e na redução das desigualdades socioeconômicas, a fim de proporcionar uma educação de qualidade para todos(as) os(as) estudantes, independentemente da escola em que estudem.

Essa análise também destaca a importância do debate sobre a equidade na educação. É preciso buscar soluções para diminuir as disparidades entre escolas públicas e privadas, garantindo oportunidades iguais para os(as) estudantes. É um desafio que requer o envolvimento e engajamento de toda a sociedade, desde o poder público, passando por instituições de ensino e chegando às famílias.

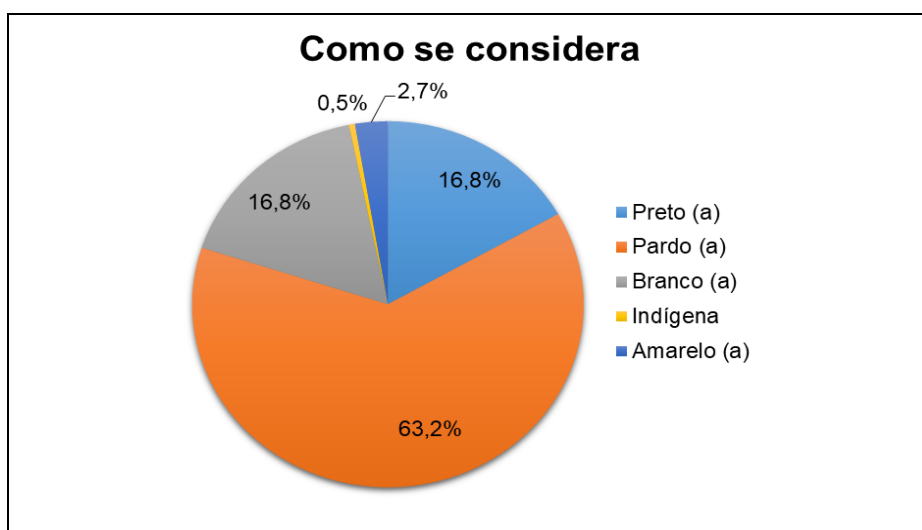
Deste modo, observou-se que o gráfico 5 evidencia uma realidade preocupante e desafiadora no panorama educacional brasileiro, mas também aponta para a necessidade de ações e políticas que visem a melhoria e promoção de uma educação de qualidade para os(as) estudantes, independentemente da sua origem escolar.

O gráfico 6 corresponde à pergunta sobre a cor da pele, visto que foi perguntado aos(às) estudantes como eles(as) se consideram em relação a essa condição. A partir dos resultados apresentados no gráfico 6, observou-se que 63,2% dos(as) estudantes pesquisados(as) se consideram pretos(as), o que pode ser considerado um percentual expressivo dentro desse universo. Essa informação revela uma tendência significativa de auto-identificação com a etnia preta entre os(as) estudantes da pesquisa.

Esse resultado pode ser reflexo de uma maior consciência racial e valorização da identidade preta, fruto de movimentos sociais e de discussões sobre a importância da representatividade e da equidade racial. No entanto, é importante ressaltar que o menor percentual encontrado nesta pesquisa foi o de estudantes que se consideram de origem indígena.

Isso pode indicar a existência de barreiras culturais e sociais que dificultam a afirmação dessa identidade. É fundamental aprofundar as investigações para entender os motivos por trás dessa baixa representatividade indígena, buscando soluções que valorizem e incluam essa parcela da população estudantil.

Gráfico 6 - Como se considera

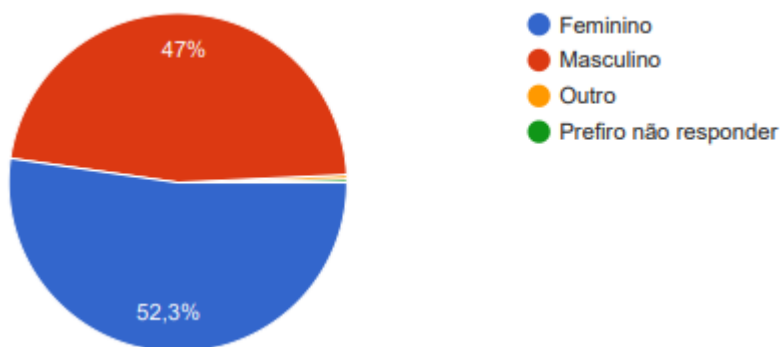


Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

Esses resultados são relevantes para o debate sobre diversidade e inclusão dentro do Ifal, por isso convém adotar políticas educacionais que promovam a equidade racial e garantam a representatividade de todas as etnias. Além disso, é essencial dar voz e espaço para que estudantes indígenas possam se afirmar e se reconhecer no ambiente educacional, fortalecendo sua identidade e valorizando sua cultura.

O gráfico 7 trata do sexo do perfil pesquisado.

Gráfico 7 – Sexo do perfil pesquisado



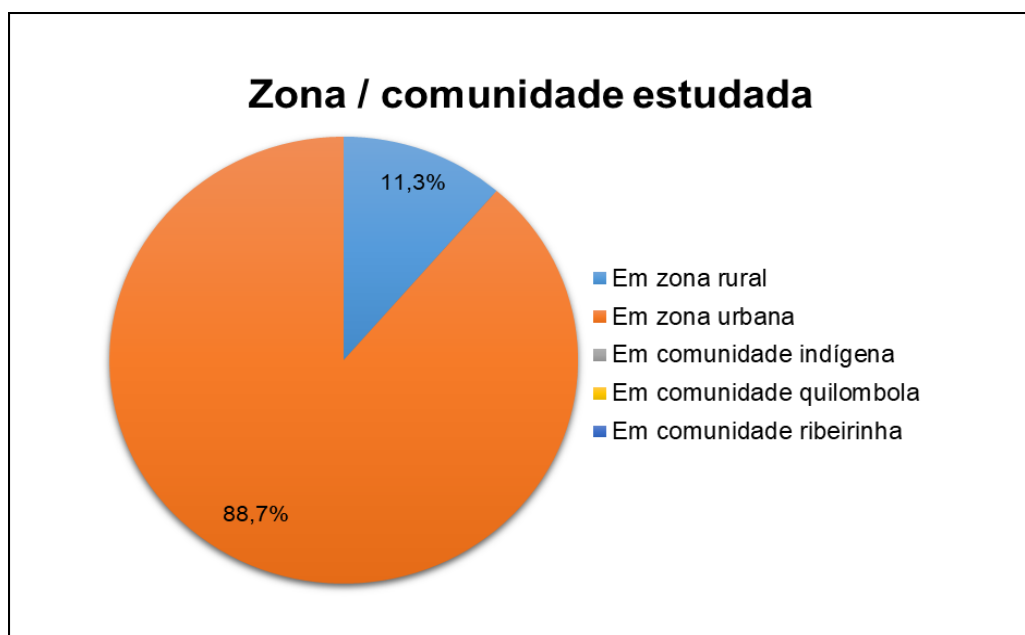
Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

Com relação ao gráfico 7, que apresenta a distribuição do sexo dos(as) entrevistados(as), podemos observar que o sexo feminino representa o maior percentual, com 52,3%. Isso indica que, na zona ou comunidade estudada, há uma maior representação das mulheres em comparação aos homens. Além disso, é importante ressaltar que uma parcela abaixo de 5% das pessoas entrevistadas preferiu não responder a essa pergunta. Essa escolha pode estar relacionada a diversos motivos, como a privacidade dos(as) sujeitos(as) ou a sua manifestação de não se identificar com nenhuma das opções binárias de gênero.

O gráfico 8 revela que 88,5% dos(as) estudantes são de comunidade urbana. Sendo que o percentual de 11,3% são de zona rural. Esse resultado representa a zona/comunidade estudada e nos fornece uma visão sobre a distribuição geográfica dos(as) entrevistados(as).

Através desse gráfico, é possível identificar as áreas ou comunidades específicas que foram estudadas. Essa informação é relevante para a análise dos resultados, pois permite identificar se há alguma relação entre as características demográficas da zona/comunidade e as respostas obtidas.

Gráfico 8 – Zona/Comunidade estudada

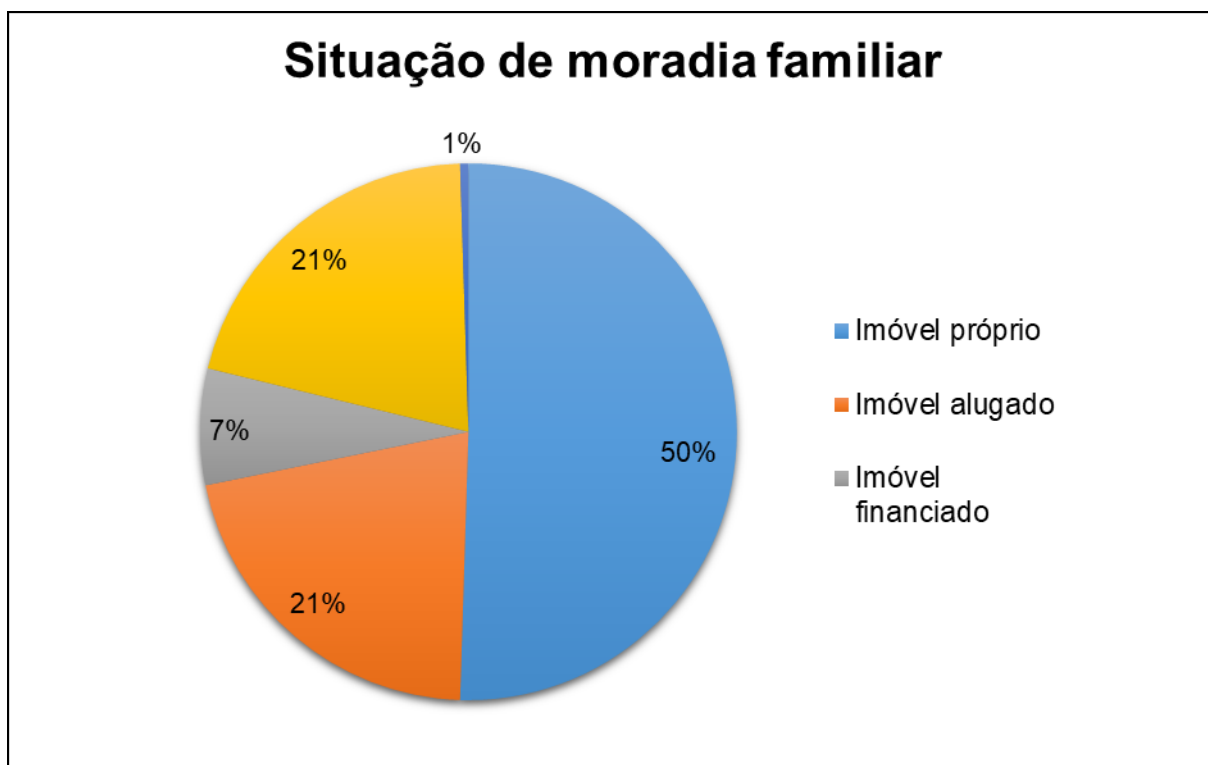


Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

Assim, ao considerar os dados apresentados nos gráficos 7 e 8, podemos realizar uma análise mais contextualizada sobre a distribuição do sexo dos(as) entrevistados(as) e a área em que vivem. Essa análise pode fornecer *insights* interessantes sobre a representatividade da população feminina na comunidade estudada, bem como potenciais influências sociais ou culturais presentes nesse contexto.

O gráfico 9 revela a situação de moradia familiar dos(as) estudantes do Ifal que foram entrevistados(as).

Gráfico 9 – Situação de moradia familiar



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

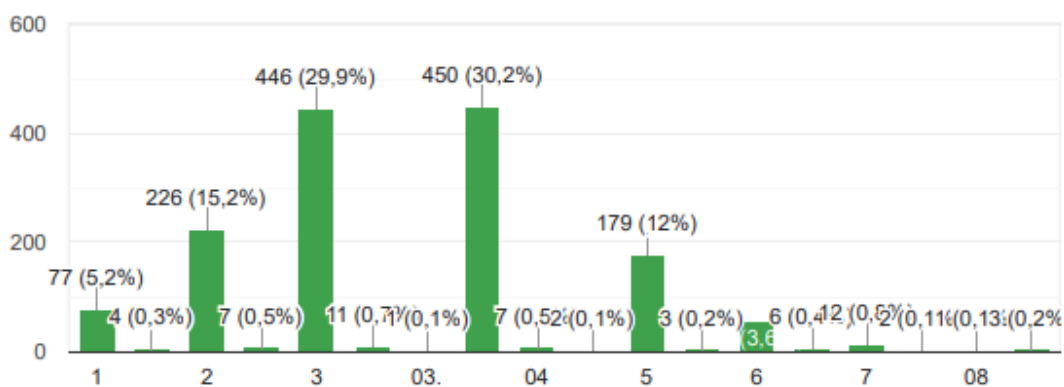
O gráfico 9 evidencia que 50,5% dos(as) estudantes residem em imóvel próprio e que apenas 7% deles(as) moram em casas financiadas. Esse dado sugere uma estabilidade financeira e uma certa segurança para esses(as) estudantes, já que possuir um imóvel próprio geralmente requer investimento financeiro significativo. Essa situação pode indicar que eles(as) possuem melhores condições socioeconômicas e podem desfrutar de mais estabilidade e conforto em suas residências.

Por outro lado, apenas 7% dos(as) estudantes moram em casas financiadas, de acordo com o mesmo gráfico. Esse dado pode revelar uma dificuldade financeira entre esses(as) estudantes, já que a opção pelo financiamento geralmente ocorre quando não é possível adquirir um imóvel próprio de forma imediata. Os(As) estudantes que se encontram nessa condição de forma de moradia podem estar em uma posição menos privilegiada economicamente, o que pode trazer implicações para seu cotidiano e qualidade de vida.

O gráfico 10 demonstra a composição familiar dos(as) estudantes pesquisados(as). A análise desse dado é fundamental para entender o contexto social em que estão inseridos(as). 30,2% moram com os pais ou responsáveis, isso

pode ser indicativo de uma estrutura familiar mais tradicional e possivelmente de um suporte emocional e financeiro adequado. Considerando os resultados dos dois gráficos em conjunto, é possível perceber que a moradia e a composição familiar têm implicações significativas para a realidade dos(as) estudantes participantes da pesquisa.

Gráfico 10 - Composição familiar

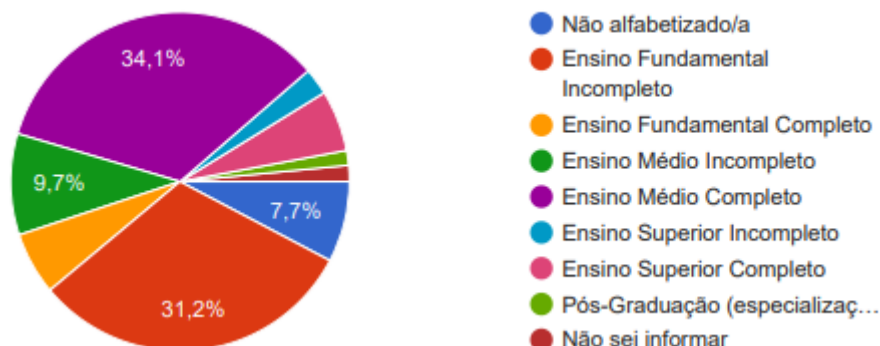


Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

A estabilidade proporcionada por um imóvel próprio pode trazer benefícios para o desenvolvimento acadêmico e emocional dos(as) estudantes, enquanto a dependência de casas financiadas e a presença de estruturas familiares menos tradicionais podem representar desafios extras em suas vidas. Essas informações são relevantes para compreender as distintas realidades dos(as) estudantes e podem servir de base para intervenções e políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de oportunidades no contexto educacional. Com base nos dados apresentados nos gráficos 9 e 10, é possível observar algumas tendências importantes em relação à moradia e composição familiar dos(as) participantes da pesquisa.

O gráfico 11 representa o nível de escolaridade dos pais ou responsáveis.

Gráfico 11 - Nível de escolaridade dos pais ou responsáveis



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

O gráfico 11 revela que 34,1% dos pais ou responsáveis dos(as) estudantes possuem o ensino médio completo. E o menor percentual foi de 7,7% para não alfabetizados(as). A análise do gráfico 11 revela uma disparidade alarmante no nível de escolaridade dos pais ou responsáveis dos(as) estudantes. Enquanto 34,1% possuem ensino médio completo, apenas 7,7% são considerados(as) não alfabetizados(as). Essa diferença de desempenho educacional é um reflexo de desigualdades socioeconômicas e educacionais existentes na sociedade.

A falta de escolaridade adequada dos pais ou responsáveis pode ter um impacto significativo no desenvolvimento dos(as) estudantes. A educação é um fator fundamental para o sucesso acadêmico e profissional de qualquer pessoa. Pais com níveis mais baixos de educação podem ter dificuldade em ajudar seus(suas) filhos(as) com tarefas escolares, dificultando o progresso acadêmico deles(as).

Além disso, a falta de escolaridade dos pais ou responsáveis pode afetar negativamente o ambiente doméstico e familiar. As habilidades de comunicação, pensamento crítico e resolução de problemas, adquiridas por meio da educação, são essenciais para o bom funcionamento da vida cotidiana. A falta dessas habilidades pode criar barreiras para o engajamento dos pais ou responsáveis na vida escolar de seus(suas) filhos(as).

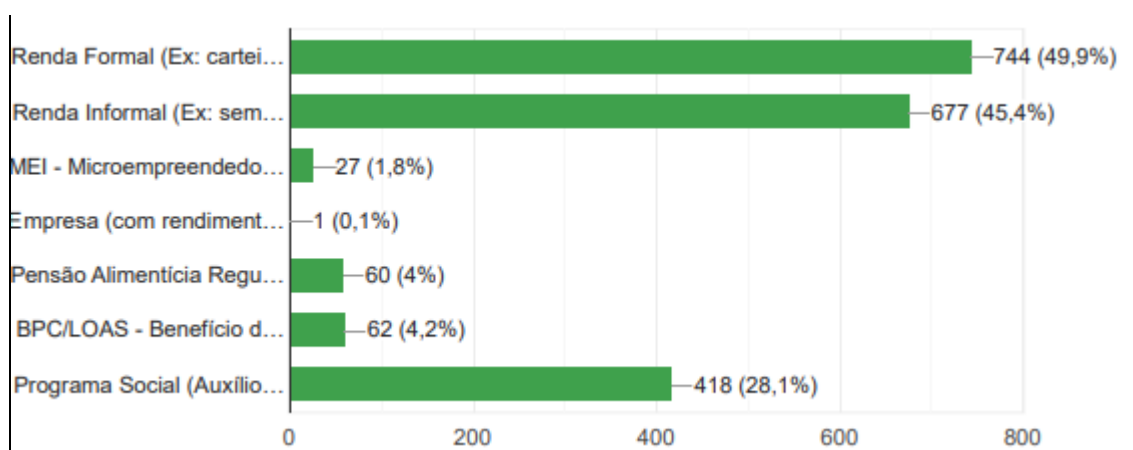
Diante disso, é essencial que políticas e Programas sejam implementados para melhorar o acesso e a qualidade da educação para todos(as). Investir em

Programas de alfabetização e educação de adultos é fundamental para diminuir a porcentagem de não alfabetizados(as). Além disso, é necessário fornecer suporte e recursos adequados para que os pais ou responsáveis possam se envolver ativamente na educação de seus(suas) filhos(as), independentemente de seu nível de escolaridade.

A igualdade de acesso e oportunidades educacionais é um componente essencial para o desenvolvimento de uma sociedade justa e equitativa. Somente por meio de esforços coletivos e políticas educacionais bem estruturadas poderemos diminuir a disparidade revelada pelo gráfico 11 e promover uma educação de qualidade para todos(as) os(as) estudantes, independentemente da formação educacional de seus pais ou responsáveis.

O gráfico 12 representa as fontes de renda familiar.

Gráfico 12 – Fontes de renda familiar



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

Observou-se no gráfico 12 que o maior percentual foi para a renda formal, sendo 49,9%, e o menor percentual foi de 0,1% para empresa. A análise do gráfico 12 revela uma disparidade significativa entre o percentual de pessoas com renda formal e o ínfimo percentual de trabalhadores(as) que possuem uma empresa. Esses dados podem ser reflexos de uma série de fatores e indicam um cenário preocupante em relação ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico.

Em primeiro lugar, o fato de que quase metade da população apresentar renda formal é um indicativo de uma estrutura econômica que valoriza e favorece a contratação de trabalhadores(as) em regime formal. Isso pode ser atribuído a

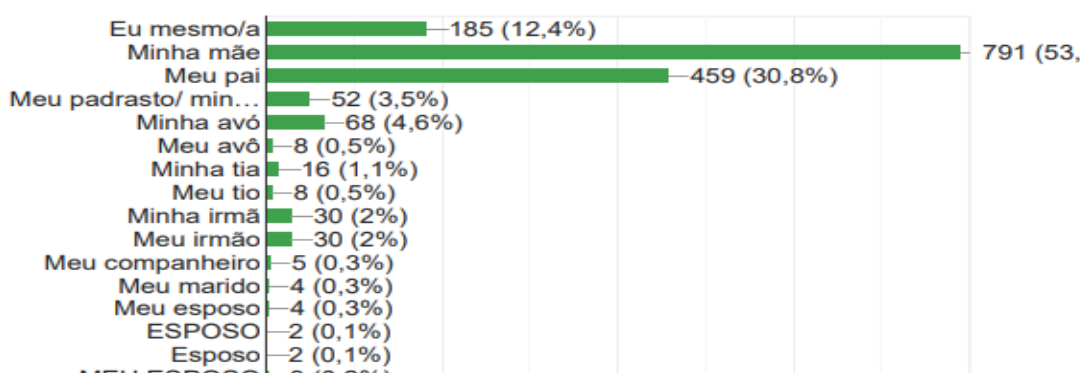
políticas públicas que estimulam a criação de empregos com carteira assinada, como benefícios fiscais e facilidades para a contratação nessa modalidade.

No entanto, é alarmante constatar que apenas 0,1% da população possui uma empresa, o que evidencia a baixa cultura empreendedora no país. A falta de incentivos e de suporte governamental para quem deseja abrir o próprio negócio pode ser um dos fatores que explicam esse cenário. A burocracia, a alta carga tributária e a falta de acesso a crédito são obstáculos que muitos(as) empreendedores(as) enfrentam no Brasil, dificultando o desenvolvimento do setor empresarial e a criação de novos postos de trabalho.

Portanto, o gráfico 12 revela uma desproporção preocupante entre o percentual de pessoas com renda formal e o ínfimo percentual de pessoas com empresas. Essa realidade demanda uma análise criteriosa e a implementação de medidas que incentivem o empreendedorismo, pois a falta de empresas está relacionada a fatores como a burocracia, alta carga tributária e falta de acesso a crédito. Somente com um ambiente favorável ao empreendedorismo será possível impulsionar a economia, gerar mais empregos e promover um desenvolvimento sustentável no país.

O gráfico 13 apresenta o(a) principal mantenedor(a) da família.

Gráfico 13 – Principal mantenedor(a) da família



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

O gráfico 13 indicou que 53% dos(as) estudantes têm a genitora como a principal mantenedora da família. E o menor percentual alegou que o esposo era o principal mantenedor da família. A partir dos dados apresentados no gráfico 13, é possível observar que a genitora é apontada como a principal mantenedora da

família por 53% dos(as) estudantes. Esse resultado revela uma tendência significativa de papéis familiares que fogem do tradicional, em que o esposo seria o principal responsável financeiro.

Essa mudança de paradigma reflete uma transformação na dinâmica familiar e na participação das mulheres no mercado de trabalho. Cada vez mais, as mulheres estão assumindo papéis de liderança e responsabilidade financeira dentro de seus lares. Esse é um importante avanço, já que promove a igualdade de gênero e possibilita a independência econômica das mulheres.

No entanto, também é importante ressaltar que ainda existe uma minoria que menciona o esposo como principal mantenedor da família, indicando que há uma resistência em aceitar essa nova realidade. Essa resistência pode estar relacionada a uma visão conservadora da sociedade ou a dificuldades enfrentadas pelas mulheres para entrar e permanecer no mercado de trabalho em condições igualitárias.

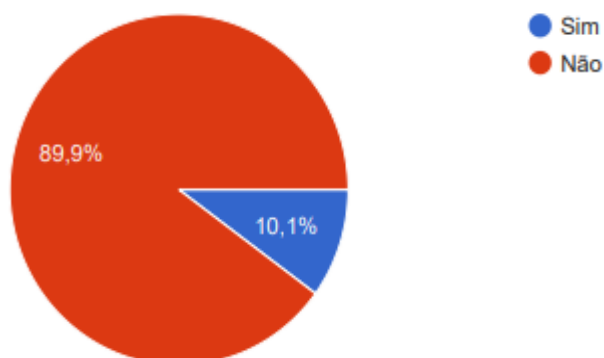
Ademais, é necessário ressaltar que o conceito de mantenedor da família não deve ser limitado apenas ao aspecto financeiro. A contribuição de cada membro da família para o sustento e bem-estar do lar deve ser valorizada, independentemente de gênero ou de outras características pessoais.

Portanto, a partir dos resultados apresentados no gráfico 13, é possível afirmar que há uma mudança em curso na composição dos(as) responsáveis financeiros(as) familiares, com a genitora se destacando como principal mantenedora em uma significativa parcela dos lares. Essa mudança é importante para a conquista da igualdade de gênero e para a valorização do papel das mulheres na sociedade.

No entanto, é necessário continuar lutando contra as desigualdades de gênero e garantir que todas as pessoas tenham oportunidades iguais de contribuir para o sustento das suas famílias, independentemente do gênero.

O gráfico 14 representa o resultado da seguinte pergunta: Você trabalha?

Gráfico 14 – O estudante trabalha?



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

O gráfico 14 apresenta uma distribuição preocupante entre os(as) estudantes, revelando que a grande maioria, o equivalente a 89,9%, não trabalha, enquanto apenas 10,1% possuem emprego. Essa disparidade entre aqueles(as) que trabalham e os(as) que não trabalham é um ponto crucial para entendermos o cenário atual e suas implicações em relação à vida dos(as) estudantes.

Primeiramente, é importante destacar que a ausência de trabalho remunerado pode ter consequências negativas para os(as) estudantes. Embora a prioridade dos(as) estudantes deva ser a busca de conhecimento e o desenvolvimento acadêmico, a inserção no mercado de trabalho pode proporcionar uma série de benefícios significativos. O trabalho pode ajudar os(as) estudantes a adquirirem experiência prática, a desenvolverem habilidades interpessoais e a estabelecerem uma base financeira para o futuro.

Além disso, o fato de que apenas um pequeno percentual de estudantes possui emprego pode indicar desafios estruturais e socioeconômicos que precisam ser abordados. Pode haver dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, como falta de oportunidades, discriminação ou falta de redes de contatos. Essas questões podem levar a uma sensação de desigualdade e frustração entre os(as) estudantes, que enfrentam obstáculos para conciliar seus estudos com a busca por emprego.

Outro ponto relevante é a possibilidade de que a falta de trabalho possa gerar dependência financeira dos(as) estudantes em suas famílias, o que pode impactar

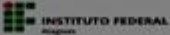
negativamente a sua independência e autonomia. É importante que os jovens tenham a oportunidade de se tornarem financeiramente autossuficientes, para que possam assumir responsabilidades e adquirir habilidades de gerenciamento financeiro desde cedo.

Diante desse cenário, é necessário que sejam implementadas políticas públicas e medidas voltadas para a criação de oportunidades de trabalho para estudantes. É fundamental que Instituições de Ensino, governos e o setor privado trabalhem em conjunto para desenvolver Programas de estágio, parcerias com empresas locais e políticas de inclusão no mercado de trabalho para estudantes. Essas ações podem ajudar a reduzir a disparidade entre os(as) que trabalham e os(as) que não trabalham, proporcionando aos(às) estudantes uma experiência valiosa, favorecendo seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Dessa forma, o gráfico 14 mostra que a grande maioria dos(as) estudantes não trabalha, e apenas um pequeno percentual possui emprego. Essa disparidade pode ter consequências negativas para o desenvolvimento deles(as) e revela a necessidade de políticas e ações que visem a inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Promover o acesso a oportunidades de trabalho é um passo importante para garantir sua independência financeira e contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa.

O gráfico 15 representa o resultado sobre a participação dos(as) estudantes em Programa governamental.

Gráfico 15 - Participação em programa governamental



ESTUDANTES ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

ANO	INFORMAÇÃO	QTDE
2011	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	2495
2012	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	3581
2013	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	5669
2014	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	6800
2015	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	7063
2016	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	5329
2017	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	6400
2018	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	8016
2019	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	9874
2020	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	10735

Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

O gráfico 15 revela que 58,5% dos(as) estudantes não participam de Programa governamental. E que apenas 35,4% fazem parte do Programa Auxílio Brasil (Bolsa Família).

O menor percentual indicou que 0,1% não participa ou não soube informar. O resultado obtido foi curioso, pois diante do contexto escolar e da realidade dos(as) estudantes, este percentual poderia ter sido maior. O contexto escolar e a realidade dos alunos. Programas governamentais como o Auxílio Brasil (anteriormente conhecido como Bolsa Família) são destinados a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oferecendo auxílio financeiro para a garantia de direitos básicos como a alimentação e a educação. Levando em conta essa finalidade, seria de se esperar que um maior número de estudantes estivesse incluído nesses Programas.

No entanto, a baixa participação de estudantes pode indicar desafios na divulgação e no acesso a esses Programas. Muitas vezes, as famílias em situação de vulnerabilidade desconhecem seus direitos e não têm informações suficientes sobre como utilizar os benefícios oferecidos pelo governo. Além disso, em algumas regiões do país, a falta de infraestrutura e burocracia dificultam o acesso aos Programas sociais, o que pode explicar o baixo percentual de participação.

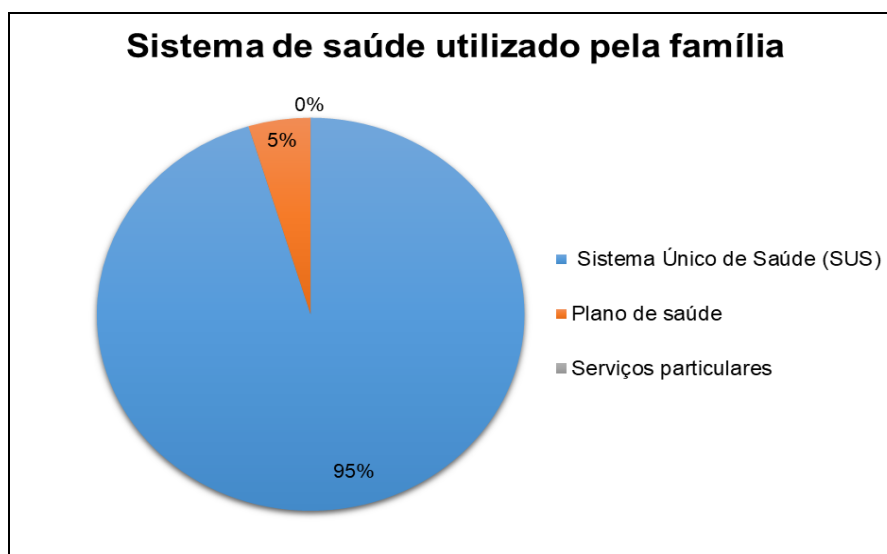
Outra análise que pode ser feita é a respeito do papel das escolas na divulgação e apoio aos(as) estudantes para participarem desses Programas. É fundamental que as Instituições de Ensino atuem como agentes facilitadores, levando informações sobre os benefícios e auxiliando as famílias na realização dos procedimentos necessários para a inclusão nos Programas. Nesse sentido, é necessário um trabalho conjunto entre as escolas e os órgãos governamentais para garantir que todos(as) os(as) estudantes que necessitam sejam incluídos(as) nos Programas sociais.

Essa análise também traz à tona a importância de políticas públicas mais abrangentes e eficientes para combater a desigualdade social. É evidente que o Auxílio Brasil, apesar de ter um alcance considerável, não está sendo suficiente para atender a todas as demandas existentes. Nesse sentido, é preciso promover ações que visem não apenas a inclusão nos Programas sociais, mas também a criação de oportunidades de trabalho e desenvolvimento para as famílias em vulnerabilidade, visando à promoção de uma maior equidade social.

Portanto, a análise do gráfico 15 sobre a participação dos(as) estudantes em Programas governamentais revela a necessidade de uma abordagem mais efetiva para garantir a inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade. Essa constatação levanta reflexões importantes sobre a divulgação e acesso aos Programas, o papel das Instituições nesse processo e a importância de políticas públicas mais amplas.

O gráfico 16 representa os dados sobre a questão do sistema de saúde utilizado pela família do(a) estudante.

Gráfico 16 – Sistema de saúde utilizado pela família



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

O gráfico 16 revelou que 95,3% das famílias dos(as) estudantes fazem uso do Sistema Único de Saúde (SUS). E que apenas 7% do total das famílias possuem plano de saúde. O resultado foi bastante expressivo para uso do serviço de saúde pública oferecido pelo governo federal. A análise dos dados apresentados no gráfico 16 revela que o uso do Sistema Único de Saúde (SUS) é prevalente entre as famílias dos(as) estudantes. Com 95,3% das famílias utilizando o serviço de saúde pública, fica evidente a importância e a relevância desse sistema no atendimento das necessidades de saúde da população.

Esses resultados demonstram que a grande maioria da população depende exclusivamente do SUS para ter acesso a serviços médicos e atendimento de qualidade. O que, por si só, constituem-se de dados bastante expressivos e que devem ser objeto de análise cuidadosa. Muitos devem ser os motivos que levam a essa alta adesão ao sistema público de saúde e à baixa procura pelos planos de saúde privados. Uma das possíveis explicações para essa “preferência” pelo SUS está diretamente relacionada com as condições econômico-financeiras das famílias dos(as) estudantes.

É válido ressaltar que, no Brasil, o acesso aos serviços privados de saúde é bastante limitado, tanto pela falta de recursos financeiros das famílias, quanto pelas altas mensalidades cobradas pelas operadoras de planos de saúde. Dessa forma, o SUS acaba sendo a única opção viável para a maioria da população.

Outro ponto relevante a ser analisado é a valorização social do SUS como um patrimônio público e uma conquista dos direitos sociais. Ao utilizar esse serviço, as famílias o fazem não somente pela falta de acesso aos planos privados, pelos altos valores que eles representam, mas também pela ausência, na maioria das vezes, de uma renda fixa de salário mensal. De fato, não o fazem por opção consciente em aderir ao sistema público como forma de reivindicar e garantir o direito universal à saúde, devido ao fato de esse sistema não funcionar de forma adequada, por causa da precariedade que os confrontam.

A alta adesão ao uso do SUS pelas famílias dos(as) estudantes, evidenciada pelos dados do gráfico 16, revela mais uma vez a discrepância socioeconômica que existe no Brasil. Essa análise permite refletir sobre os desafios e as potencialidades do sistema, bem como sobre a necessidade de investimentos e melhorias constantes para garantir uma saúde pública de qualidade para todos(as) os(as) cidadãos(ãs).

O gráfico 17 apresenta o levantamento das pessoas com deficiência por casa.

Gráfico 17 – Levantamento das Pessoas com Deficiência por casa



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

A partir dos dados apresentados no gráfico 17, é possível observar um resultado bastante significativo no que diz respeito à presença de deficiência nos lares dos(as) estudantes do Instituto Federal de Alagoas. O gráfico revela que 94,1% dos(as) estudantes entrevistados(as) não convivem com pessoas deficientes em casa.

Essa informação é relevante, especialmente considerando o número de estudantes do Ifal que participaram da pesquisa, pois permite uma reflexão sobre as condições familiares dos(as) estudantes e sua relação com a deficiência.

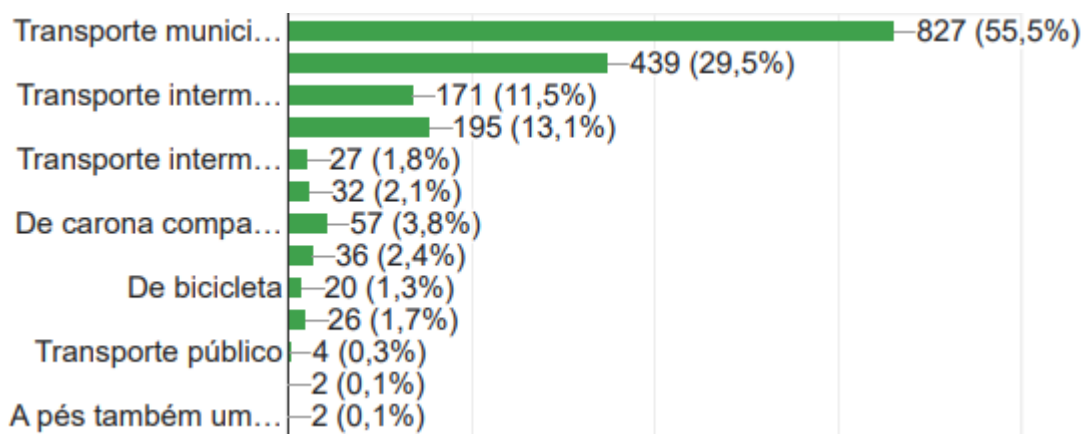
A ausência de deficiente em casa pode indicar uma tendência de que a maioria dos(as) estudantes do Ifal vivencia uma realidade em que não convivem com essa situação. Isso pode refletir uma limitação na percepção e na vivência da realidade de pessoas com deficiência, uma vez que a convivência direta com indivíduos com deficiência pode proporcionar uma compreensão mais ampla e empática em relação a esse grupo social.

A convivência com pessoas com deficiência possibilita um olhar mais crítico em relação às barreiras existentes na sociedade e estimula a busca por soluções que promovam a inclusão e o respeito à diversidade. Contudo, é importante destacar que a ausência de deficiente em casa não significa necessariamente uma indiferença por parte dos(as) estudantes do Ifal em relação a essa temática. É possível que muitos(as) desses(as) estudantes sejam sensíveis às questões de inclusão e tenham um interesse genuíno em contribuir para a promoção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Diante desse resultado, é importante que o Ifal promova ações e discussões que ampliem a conscientização dos(as) estudantes sobre a importância da inclusão e sensibilizem para as realidades e desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência. É fundamental que os futuros(as) profissionais estejam preparados(as) para lidar com a diversidade e possam contribuir de forma efetiva para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

O gráfico 18 traz o resultado sobre o meio de transporte utilizado na locomoção escolar.

Gráfico 18 - Meio de transporte utilizado na locomoção escolar



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

O gráfico 18 revela que 55,5% dos(as) estudantes utilizam o transporte municipal para estudar. E o menor percentual foi de 0,1% para estudantes que não fazem uso de nenhum meio de transporte.

Esse dado é extremamente relevante, pois mostra que o transporte público desempenha um papel fundamental na rotina diária dos(as) estudantes. Através desse número expressivo, podemos inferir que a disponibilidade e o acesso ao transporte municipal são fatores determinantes para o sucesso e a continuidade dos estudos. É preciso reconhecer a importância desse meio de transporte como um facilitador para o acesso à educação, principalmente para estudantes que não possuem outras opções de locomoção.

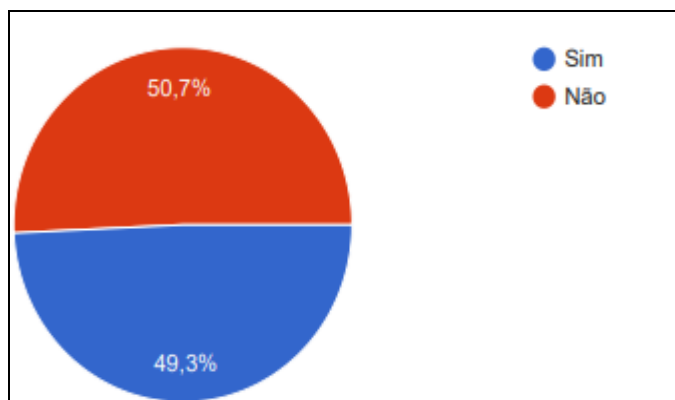
No entanto, é preocupante constatar que uma parcela mínima de estudantes, apenas 0,1%, não utiliza nenhum tipo de transporte para chegar à escola. Esses(as) estudantes podem enfrentar maiores desafios no acesso à educação, como distâncias mais longas a serem percorridas a pé, o que pode levar ao cansaço excessivo e à desmotivação.

É fundamental que esses dados alertam sobre a importância de investir em políticas públicas que garantam um transporte adequado para os(as) estudantes. Além disso, é importante considerar medidas que proporcionem alternativas de transporte para aqueles(as) que não têm acesso ao transporte municipal, seja através de incentivos para a utilização de outros meios de transporte adequados ou da disponibilização de serviços de transporte escolar.

Garantir um meio de transporte seguro e acessível não apenas contribui para a qualidade da educação, mas também promove a igualdade de oportunidades e o direito básico à educação para todos(as) os(as) estudantes.

O gráfico 19 indica o resultado sobre a pergunta feita aos(as) estudantes sobre eles(as) possuírem computador, *notebook* ou *tablet* em casa para auxiliar em seus estudos.

Gráfico 19 - Possui computador/*notebook*/*tablet* em casa?



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

O gráfico 19 indicou que 50,7% dos(as) estudantes não possuem nenhum equipamento em casa que possa auxiliar em seus estudos. E 49,3% informaram que possuem algum equipamento para estudo. A análise do gráfico 19 revela uma realidade preocupante: mais da metade dos(as) estudantes não possuem qualquer equipamento em casa que possa auxiliá-los(as) em seus estudos. Esse dado promove reflexões sobre as implicações dessa situação para o desenvolvimento educacional desses(as) estudantes e para a sociedade de forma geral.

A falta de acesso a equipamentos adequados para estudo é um obstáculo significativo para o aprendizado dos(as) estudantes. Sem recursos como computadores, *tablets* ou mesmo acesso à internet, eles(as) ficam em desvantagem em relação aos(as) colegas que possuem tais ferramentas. Isso limita sua capacidade de pesquisa, de realização de trabalhos escolares e de acesso a materiais complementares, prejudicando seu rendimento acadêmico.

Além disso, a ausência de equipamentos em casa pode contribuir para uma maior desigualdade educacional. Enquanto alguns(algumas) estudantes têm acesso a recursos tecnológicos avançados, outros enfrentam dificuldades para acompanhar o conteúdo das aulas. Esse cenário aprofunda ainda mais as disparidades sociais e pode impactar negativamente as perspectivas futuras desses(as) estudantes.

Para mitigar essa situação, é fundamental que o poder público adote medidas para garantir que todos(as) os(as) estudantes tenham acesso a equipamentos de estudo adequados. Investimentos em programas de inclusão digital, parcerias com empresas privadas e a disponibilização de equipamentos nas escolas podem ser algumas das soluções a serem consideradas.

Além disso, é necessário que todos os atores envolvidos no ambiente educacional estejam preparados(as) para utilizar esses recursos de forma eficiente nas aulas. Capacitações e investimentos em infraestrutura são medidas importantes para garantir que os equipamentos sejam aproveitados da melhor forma possível. A análise do gráfico 19 evidencia para a urgência de promover uma educação mais equitativa e acessível a todos(as). A falta de equipamentos para estudo em casa é um obstáculo que precisa ser superado para que os(as) estudantes tenham igualdade de oportunidades e possam desenvolver todo o seu potencial acadêmico.

O gráfico 20 aponta o resultado sobre as condições de aquisição de equipamento para acesso à internet.

Gráfico 20 - Condições de aquisição de equipamento para acesso à internet



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

O gráfico 20 demonstra que 43,9% dos(as) estudantes disseram que não precisam de nenhum equipamento de acesso à internet em sua residência. Porém, 27,2% dos(as) estudantes disseram que já foram contemplados(as) com *tablet* ou valor de R\$ 700 (setecentos reais) para aquisição de computador portátil.

O gráfico 20 revela informações importantes sobre o acesso à internet entre os(as) estudantes. Uma parcela significativa de 43,9% dos(as) entrevistados(as)

afirmou que não precisa de nenhum equipamento de acesso à internet em suas residências. Esse dado pode indicar que esses(as) estudantes possuem acesso à internet por outros meios, como em locais públicos ou na casa de amigos(as) e parentes.

É imperativo observar que 27,2% dos(as) estudantes já foram contemplados(as) com *tablets* ou receberam um valor de R\$ 700 para aquisição de um computador portátil. Essa informação sugere que esforços estão sendo feitos para garantir o acesso à internet para esse grupo.

Os números trazem à tona questões importantes relacionadas à igualdade de oportunidades educacionais. Embora quase metade dos(as) estudantes afirme não precisar de equipamentos para acessar a internet em suas residências, é fundamental garantir que todos(as) os(as) estudantes tenham acesso às mesmas ferramentas e recursos necessários para o aprendizado.

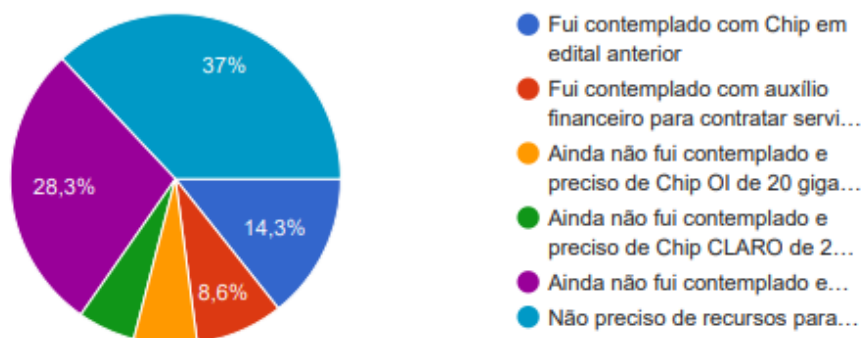
A falta de acesso à internet em casa pode criar uma divisão digital entre os(as) estudantes, em que alguns(algumas) têm mais facilidade em acompanhar as atividades escolares online do que outros(as). Isso pode ampliar ainda mais as desigualdades educacionais já existentes.

Portanto, é necessário que políticas públicas sejam implementadas para garantir o acesso igualitário à internet para todos(as) os(as) estudantes que precisam. Essas medidas podem incluir a distribuição de equipamentos eletrônicos, como *tablets* ou *laptops*, bem como a ampliação de infraestrutura de internet em áreas mais carentes.

Investir no acesso à internet para a educação é investir no futuro dos(as) estudantes e no desenvolvimento do país de maneira mais ampla. Ao garantir que os(as) estudantes tenham condições iguais de acesso à informação e à educação digital, favorece o crescimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

O gráfico 21 apresenta o resultado sobre as condições de acesso à internet.

Gráfico 21 - Condições de acesso à internet



Fonte: Setor de Serviço Social do Campus Maceió/Ifal (2024)

Diante dos dados apresentados no gráfico 21, é possível observar que a maioria dos(as) estudantes já foi contemplada com o chip em edital anterior, representando cerca de 37% do total. No entanto, o menor percentual, de apenas 8,6%, afirma que recebeu auxílio financeiro para contratar esse tipo de serviço.

Essa disparidade entre a quantidade de estudantes contemplados(as) com o chip e aqueles(as) que receberam auxílio financeiro levanta questionamentos sobre a equidade no acesso aos recursos disponibilizados. Enquanto um número considerável de estudantes pôde desfrutar dos benefícios proporcionados pelo chip, uma parcela significativa da comunidade estudantil ainda enfrenta dificuldades para adquirir o serviço.

Essa situação pode gerar desigualdades entre os(as) estudantes, uma vez que o acesso à internet se tornou essencial para o aprendizado e desenvolvimento acadêmico nos dias atuais. A falta de recursos financeiros para contratar esse tipo de serviço pode limitar as oportunidades de aprendizado e impedir que os(as) estudantes alcancem todo o seu potencial acadêmico, aumentando ainda mais a exclusão digital e acentuando as desigualdades educacionais.

Diante desses dados, é fundamental que o Ifal esteja atento às necessidades dos(as) estudantes e elaborem políticas que visem garantir o acesso igualitário à internet. Medidas como disponibilizar auxílio financeiro para a contratação de serviços de internet ou expandir a oferta de chips gratuitos podem contribuir para diminuir as desigualdades existentes e promover uma educação mais inclusiva.

A respeito dos gráficos acima expostos, consideramos relevante destacar sobre os(as) estudantes e respectivo contexto familiar. Em média, 70% dos(as)

inscritos(as) estão matriculados(as) em cursos do Ensino Médio Integrado. Do total de inscrições, 81,3% delas foram feitas por estudantes dos cursos diurnos e 18,7% pelos do noturno. Na sua maioria, 63,4% dos(as) integrantes dos anos/períodos/módulos iniciais (1º ou 2º).

Observou-se que 52,7% dos(as) estudantes ingressaram através de sistema de cotas, podendo também fazer parte desse universo os(as) integrantes do percentual de 17,1% relativo aos(às) que não lembravam sob que sistema de seleção tinham ingressado nos cursos.

Destaca-se o percentual dos(as) estudantes com toda a trajetória escolar em Instituição pública de ensino, qual seja de 75,8% do total de inscritos(as), valendo também referência aos(às) de trajetória mista (pública e privada), representados(as) por 12,2%.

Há predominância de estudantes do sexo feminino como assim afirmado em 52,3% das respostas sobre esse quesito. 80% dos(as) estudantes consideram-se pretos(as) ou pardos(as). Os(As) que não trabalham representam 90% dos(as) concorrentes às vagas ofertadas nos Programas. Quanto aos meios de locomoção utilizados para chegar ao Campus, 55,5% afirmaram utilizar o transporte municipal por eles(as) custeado.

Em relação às condições de acesso a computador/*notebook/tablet*, 56,1% dependem da política institucional de Assistência para a aquisição dos referidos equipamentos. Dentre eles, 28,9% afirmam já terem sido contemplados(as) com *tablet* ou valor de 700,00 em edital anterior e 27,2% ainda não foram contemplados(as), continuando deles necessitando.

No quesito condições de acesso à internet, 63% dependem de Programas institucionais voltados para essa demanda discente, incluídos nesse percentual aqueles(as) que já foram atendidos(as) com chip ou valor de 70,00 para aquisição de serviços em edital anterior (22,9%) e os(as) que necessitam e aguardam futuro atendimento (40,1%).

A respeito do contexto familiar discente, as informações indicam que o número predominante de integrantes do núcleo familiar varia de 1 a 13 membros, destacando-se o percentual das famílias compostas por 3(29,9%) ou 4(30,2) pessoas residentes. É significativo o percentual de estudantes cujos núcleos

familiares não têm acesso à moradia própria, correspondendo a 41% o universo daqueles(as) que moram em imóvel alugado ou cedido.

Merecem destaques os(as) estudantes inseridos(as) em contextos familiares cujos pais/responsáveis não possuem trajetória escolar e, quando a possuem, está marcada por baixo nível de escolaridade. No caso das mães/responsáveis, é de 40% o percentual das que integram juntas os números de analfabetismo e incompletude do ensino fundamental. Em relação aos pais/responsáveis, o percentual da referida realidade diminui (30%), sem deixar de ser significativo e podendo ser maior pelo fato de 28,3% dos(as) inscritos(as) terem afirmado desconhecer o nível de escolaridade do pai/responsável. É representado por 53% o número de contextos familiares mantidos pelas mães/responsáveis e por 30,8% os mantidos pelos pais/responsáveis. Além disso, mais de 40% é o universo das famílias inseridas em Programas governamentais (Auxílio Brasil/CRIA/BPC), deles dependendo a sobrevivência dos(as) seus(suas) integrantes. O SUS se constitui como um sistema de assistência à saúde ao qual recorrem 95,3% dos(as) estudantes inscritos(as) em Programas de Assistência Estudantil no ano letivo de 2023.

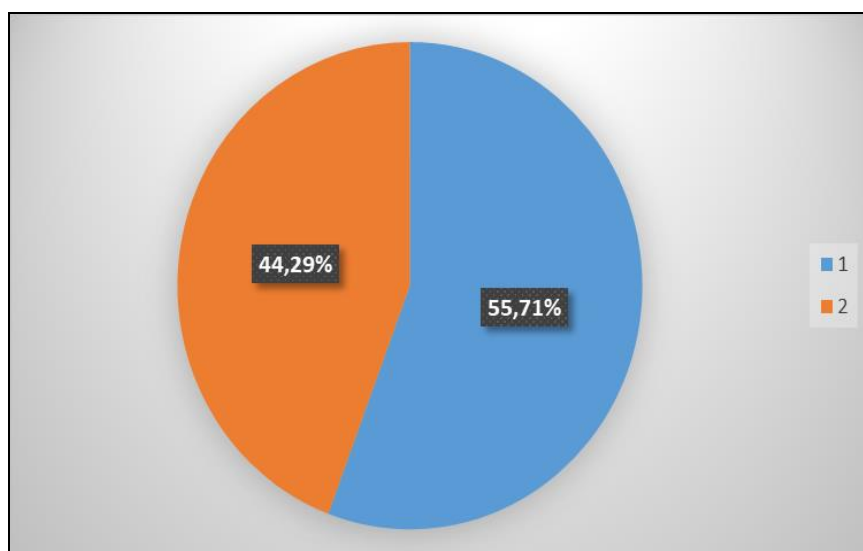
Na Tabela 3, foram examinados os dados de 70 (setenta) estudantes com idades compreendidas entre 14 e 20 anos, os quais foram beneficiados(as) pelo Programa de Auxílio Permanência (Paup) em determinados anos e não em outros. Dentre esses participantes, 44,29% eram do sexo masculino e 55,71% do sexo feminino, conforme evidenciado no gráfico 1.

Tabela 3: Média por sexo de estudantes beneficiados(as) no PauP

SEXO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
1. MASCULINO	31	44,29%
2. FEMININO	39	55,71%

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Gráfico 22 – sexo dos beneficiados com o PauP



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

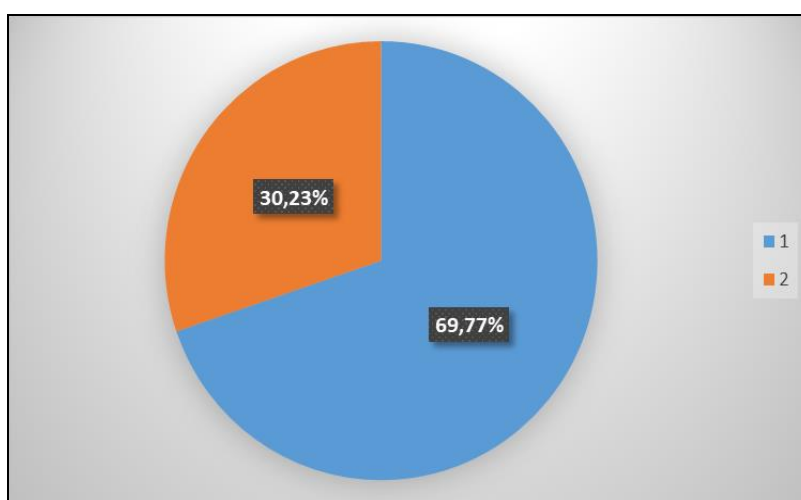
Tabela 4: Média por sexo de estudantes beneficiados(as) no PauP que tiveram melhora no rendimento

SEXO	QUANTITATIVO	PORCENTAGEM
1. MASCULINO	13	43,34%
2. FEMININO	17	56,66%

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Na Tabela 4, foram analisados os dados de 30 (trinta) estudantes com idades compreendidas entre 14 e 20 anos que obtiveram um aumento no rendimento acadêmico. Destes participantes, 43,34% eram do sexo masculino e 56,66% eram do sexo feminino, conforme indicado no gráfico.

Gráfico 23 – sexo dos(as) estudantes beneficiados(as) com aumento no rendimento acadêmico



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Tabela 5: Média por sexo de estudantes beneficiados(as) no PauP que mantiveram o rendimento acadêmico

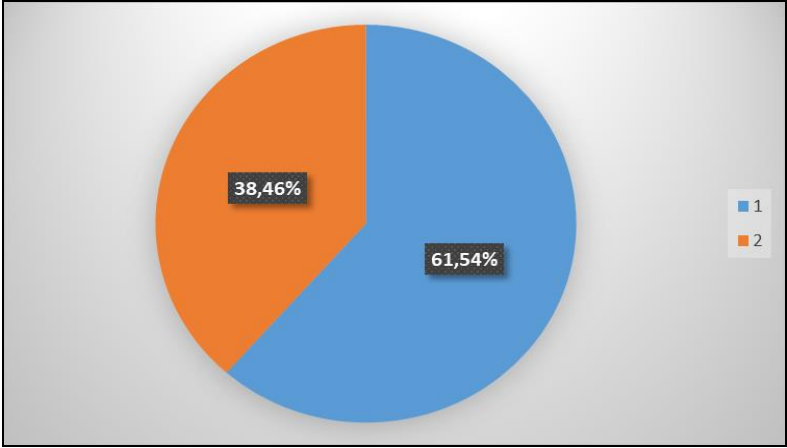
SEXO	QUANTITATIVO	PORCENTAGEM
1. MASCULINO	10	43,34%
2. FEMININO	16	56,66%

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Na Tabela 5, foram examinados os dados provenientes de uma amostra composta por 26 (vinte e seis) estudantes com idades variando entre 14 e 20 anos que mantiveram seu rendimento acadêmico com e sem o PauP. Dentro deste grupo amostral, constatou-se que 38,47% dos(as) participantes eram do sexo masculino,

enquanto 61,53% eram do sexo feminino. Esses resultados estão devidamente registrados.

Gráfico 24 – sexo dos(as) estudantes beneficiados(as) que mantiveram o rendimento acadêmico



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

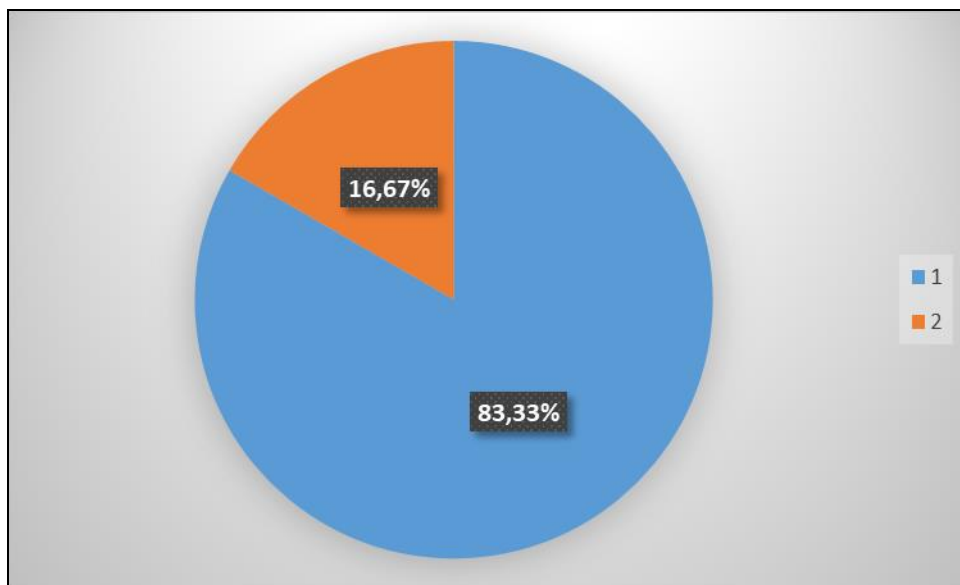
Tabela 6 : Média por sexo de estudantes beneficiados(as) no PauP que tiveram queda no rendimento acadêmico

SEXO	QUANTITATIVO	PORCENTAGEM
1. MASCULINO	1	16,67%
2. FEMININO	5	83,33%

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Na Tabela 6, foram examinados os dados referentes a uma amostra composta por 6 (seis) estudantes, cujas idades variaram entre 14 e 20 anos. Esses(as) estudantes, mesmo com o PauP, tiveram uma queda no rendimento acadêmico. Dentro deste grupo amostral, constatou-se que 16,67% dos(as) participantes eram do sexo masculino, enquanto 83,33% eram do sexo feminino. Essas informações estão devidamente documentadas no gráfico.

Gráfico 25 – sexo dos(as) estudantes beneficiados(as) que tiveram queda no rendimento acadêmico



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

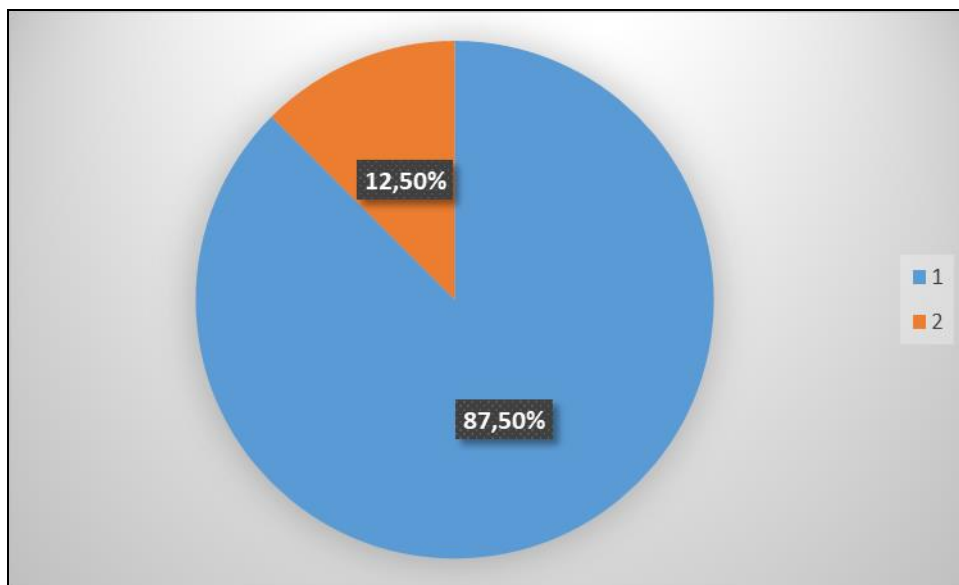
Tabela 7: Média por sexo de estudantes beneficiados(as) no PauP que evadiram

SEXO	QUANTITATIVO	PORCENTAGEM
1. MASCULINO	7	87,5%
2. FEMININO	1	12,5%

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Na Tabela 7, foram analisados os dados provenientes de uma amostra composta por 8 (oito) estudantes, cujas idades variaram entre 14 e 20 anos. Mesmo recebendo o benefício, optaram por evadir-se da Instituição. Dentro deste grupo amostral, constatou-se que 87,5% dos(as) participantes eram do sexo masculino, enquanto 12,5% eram do sexo feminino. Esses resultados estão devidamente registrados no gráfico.

Gráfico 26 – sexo dos(as) estudantes beneficiados(as) que evadiram



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Tabela 8: Análise inferencial da média

SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	PORCENTAGEM
1. MELHORA COM PauP	30	42,85%
2. Manteve notas	26	37,14%
3. Piorou com PauP	6	8,57%
4. EVADIU mesmo com PauP	8	11,42%

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A Tabela 8 exibe os resultados concernentes à melhoria do desempenho acadêmico dos(as) beneficiários(as) do Programa de Auxílio Permanência(PauP). Conforme demonstrado, 42,85% dos(as) participantes observaram uma melhora significativa em seu rendimento após a concessão do referido Programa. Por outro lado, 37,14% mantiveram uma estabilidade em seu desempenho acadêmico, apesar da concessão do PauP. Em contrapartida, uma parcela de 8,57% dos(as) estudantes apresentou uma redução em seu rendimento, mesmo após a obtenção do auxílio financeiro.

Por fim, 11,42% dos(as) beneficiários(as) optaram por evadir-se da Instituição Educacional, apesar de terem recebido o auxílio do PauP. Esses resultados destacam a diversidade de conflitos do Programa sobre o desempenho acadêmico dos(as) estudantes atendidos(as). Esses resultados estão devidamente registrados no gráfico.

Gráfico 27 – percentual de cada nível de aproveitamento



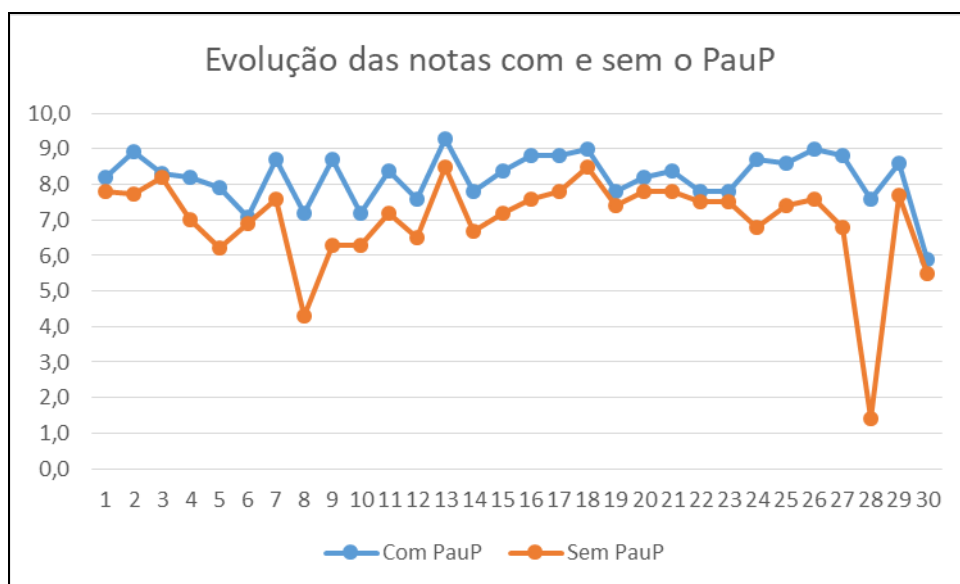
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Observa-se, a partir dos dados tabulados, que as medidas resumo da média e do desvio padrão das notas dos(as) estudantes, categorizados entre aqueles(as) que recebem o benefício do PauP e aqueles(as) que não o recebem, foram representadas por x e y, respectivamente. Essas medidas são indicativas do comportamento central e da dispersão dos dados dentro de cada grupo, fornecendo *insights* cruciais sobre as características dos conjuntos de dados e suas distribuições.

A média, representada por x e y para os grupos com e sem benefício, respectivamente, serve como uma medida de tendência central, indicando o valor típico ou médio das notas dentro de cada grupo. Por sua vez, o desvio padrão, representado por y, reflete a magnitude da dispersão das notas em torno da média, oferecendo uma medida da variabilidade dos dados dentro de cada grupo.

Essas estatísticas resumitivas são fundamentais para uma análise abrangente e robusta dos resultados, permitindo uma compreensão mais completa das características e das diferenças entre os grupos de estudantes com e sem benefício.

Gráfico 28 – Comparativo da evolução das notas com e sem o PauP



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O gráfico apresenta as variações nas notas dos(as) estudantes que experimentaram uma melhora em seu desempenho acadêmico após a implementação do benefício do Programa de Apoio à Permanência e à Graduação (PauP). Visualmente, é evidente a magnitude da melhora significativa no rendimento acadêmico desses(as) estudantes ao longo do período analisado. As variações nas notas são claramente distintas, demonstrando uma mudança substancial no desempenho dos(as) beneficiados pelo Programa.

O gráfico apresenta as variações nas notas dos(as) estudantes que experimentaram uma melhora em seu desempenho acadêmico após a implementação do benefício do Programa de Apoio à Permanência e à Graduação (PauP). Visualmente, é evidente a magnitude da melhora significativa no rendimento acadêmico desses(as) estudantes ao longo do período analisado. As variações nas notas são claramente distintas, demonstrando uma mudança substancial no desempenho dos(as) beneficiados(as) pelo Programa.

A análise visual do gráfico revela uma variação de rendimento bastante expressiva entre o antes e o depois da implementação do benefício. Essa diferença é perceptível pela discrepância nas pontuações das notas antes e após a intervenção do PauP. Tal variação sugere que o benefício proporcionado pelo Programa teve uma influência positiva e significativa no desempenho acadêmico dos(as) estudantes beneficiados(as).

A representação gráfica das variações nas notas fornece uma compreensão clara e visual da eficácia do Programa PauP em promover melhorias substanciais no rendimento acadêmico dos(as) estudantes. Essa visualização é essencial para comunicar de forma objetiva e impactante os resultados positivos alcançados pelo Programa, evidenciando seu papel crucial no apoio à permanência e ao sucesso dos(as) estudantes na graduação.

O gráfico retrata as variações das notas entre o grupo que teve uma melhora no rendimento acadêmico com o recebimento do benefício do PauP. Pode-se visualizar claramente como os(as) estudantes tiveram uma melhora significativa com uma variação de rendimento bastante expressivas.

A prevalência do sexo analisado nesta pesquisa está em consonância com os padrões previamente identificados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a população das capitais brasileiras, onde as mulheres enfrentam maior dificuldade financeira e social em comparação aos homens. Estudos epidemiológicos realizados em diversas regiões do Brasil corroboram essa disparidade de gênero, evidenciando desigualdades socioeconômicas que impactam diretamente a saúde e o bem-estar das mulheres (GARCIA et al., 2019; SILVA et al., 2020).

Juntamente com a hipocinésia, induzida pela tecnologia e pelas novas formas de produção e relação homem-trabalho, o século XX provocou uma transformação significativa nesse cenário. Avanços na tecnologia e automação impactaram profundamente o mercado de trabalho, alterando as dinâmicas socioeconômicas e reconfigurando as relações de gênero. Estudos de tendências globais de emprego indicam uma maior participação feminina em setores relacionados à prestação de serviços e uma diminuição relativa em áreas tradicionalmente masculinas, como a indústria pesada (International Labour Organization, 2018; World Economic Forum, 2021).

Além disso, é possível observar que, no que diz respeito à evasão escolar, o sexo masculino é indubitavelmente o mais afetado. Pesquisas sobre os determinantes da evasão escolar destacam a influência de fatores socioeconômicos, culturais e familiares, bem como a falta de políticas educacionais adequadas para enfrentar esses desafios. No contexto brasileiro, estudos apontam para uma maior vulnerabilidade dos(as) estudantes em relação à evasão escolar, sugerindo a necessidade de estratégias específicas para abordar essa disparidade de gênero no acesso à educação (BHERING; COSTA, 2017; SILVA et al., 2019).

Tabela 9: Dados estatísticos de estudantes com e sem PauP

Situação	Média	Desvio padrão	Zona de normalidade	P-Valor
Com PauP	8,191333	0,725528	8,916861 e 7,4658	0,000324 (P menor 0,05)
Sem PauP	6,985	1,370574	8,3555 e 5,6145	

Tabela 10: Teste-t: duas amostras em par para médias

	Variável 1	Variável 2	
Média	8,191333	6,985	
Variância	0,526391	1,878474138	
Observações	30	30	
Correlação de Pearson	0,543431		
Hipótese da diferença de média	0		
gl	29		
Stat t	5,742058		
P(T<=t) uni-caudal	1,62E-06		
t crítico uni-caudal	1,699127		
P(T<=t) bi-caudal	3,24E-06		
t crítico bi-caudal	2,04523		
Coluna1		Coluna2	

Média	8,191333	Média	6,985
Erro padrão	0,132463	Erro padrão	0,250232
Mediana	8,35	Mediana	7,4
Modo	7,8	Modo	7,8
Desvio padrão	0,725528	Desvio padrão	1,370574
Variância da amostra	0,526391	Variância da amostra	1,878474
Curtose	1,961858	Curtose	9,241736
Assimetria	-1,14925	Assimetria	-2,65847
Intervalo	3,4	Intervalo	7,1
Mínimo	5,9	Mínimo	1,4
Máximo	9,3	Máximo	8,5
Soma	245,74	Soma	209,55
Contagem	30	Contagem	30

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

4.1. Análise da variabilidade das notas de estudantes com e sem benefício do PauP: um estudo comparativo

A presente investigação objetiva analisar a variabilidade das notas entre estudantes com e sem benefício. Para tal análise, utilizou-se o teste T de Student para dados pareados, com um nível de significância de 5%. O teste T de Student é uma técnica estatística comumente empregada para comparar as médias de dois grupos, especialmente quando os dados são pareados, ou seja, quando há uma relação direta entre as observações em ambos os grupos. No contexto deste estudo, os dados pareados referem-se às notas de estudantes que estão associadas às suas condições de recebimento ou não de benefício.

O nível de significância estabelecido para este teste foi de 5%, o que implica que os resultados são considerados estatisticamente significantes se o valor de p (p-value) associado ao teste for menor que 0,05. Um p-value menor que 0,05 indica que a diferença observada entre as médias das amostras não é atribuível ao acaso com uma probabilidade superior a 5%.

A presente investigação com aplicação do teste T de *Student* aos dados coletados, objetiva analisar a varia-

bilidade das notas entre estudantes com e sem benefício, contribuindo para uma compreensão mais profunda das características desses grupos distintos. A análise da variabilidade dos dados é uma etapa crucial na interpretação dos resultados de estudos comparativos, pois oferece *insights* sobre a dispersão e a distribuição dos dados dentro de cada grupo.

Ao proceder com a análise da variabilidade das notas, observou-se uma discrepância significativa entre os grupos de estudantes com e sem benefício. Notavelmente, o grupo de estudantes com benefício apresentou uma variabilidade maior em relação às notas, enquanto o grupo de estudantes sem benefício demonstrou uma variabilidade menor.

Essa disparidade na variabilidade pode ser interpretada à luz de diversos fatores. Por exemplo, a maior variabilidade nas notas do grupo de estudantes com benefício pode refletir uma diversidade de contextos socioeconômicos, experiências acadêmicas e níveis de suporte disponíveis para esses(as) estudantes. Por outro lado, a menor variabilidade no grupo de estudantes sem benefício sugere uma homogeneidade maior em termos de recursos e oportunidades educacionais.

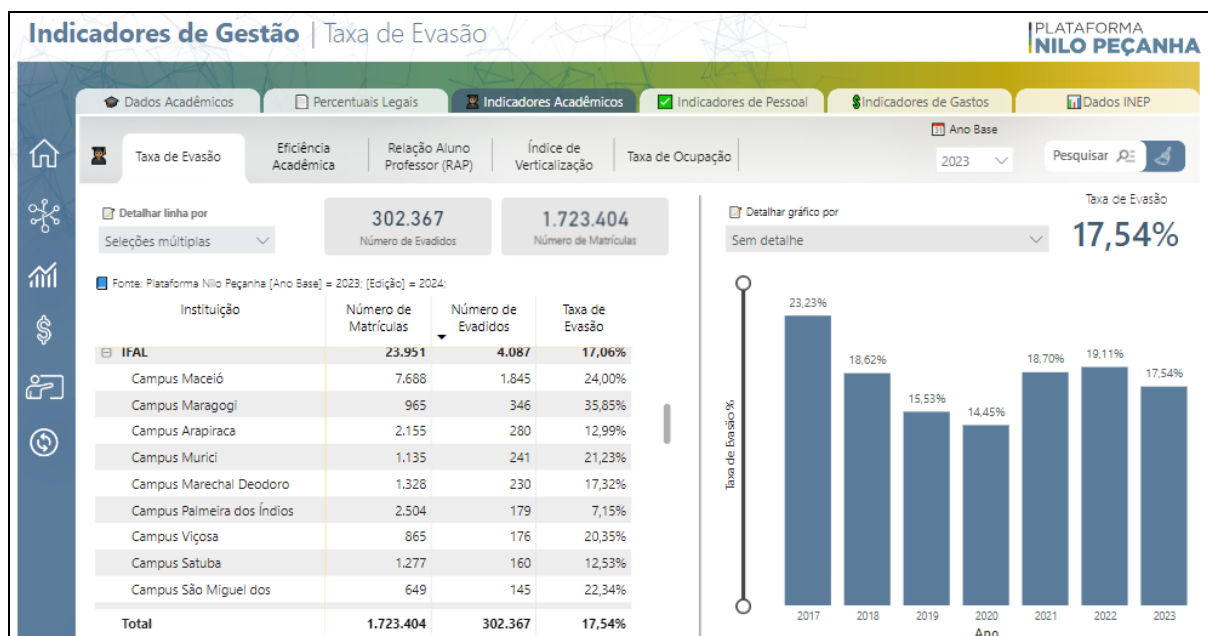
É importante ressaltar que a análise da variabilidade complementa a comparação das médias das notas entre os grupos, fornecendo uma visão mais abrangente da distribuição dos dados. Essa abordagem permite uma compreensão mais holística das características e das nuances dos grupos de estudantes em estudo.

A observação da diferença na variabilidade das notas entre os grupos de estudantes com e sem benefício destaca a complexidade das dinâmicas educacionais e ressalta a necessidade de considerar múltiplos fatores ao interpretar os resultados de estudos comparativos. Essa análise aprofundada contribui para uma compreensão mais sólida das relações entre o recebimento de benefício e o desempenho acadêmico dos(as) estudantes, informando, assim, políticas e práticas educacionais mais eficazes.

Adicionalmente, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 29, podemos citar outra variável que tem uma das bases da AE, que seria a evasão. No ano de 2023, o Campus Maceió registrou a matrícula de 7.688 estudantes, dos(as) quais 6.123 estavam no ensino médio integrado. Ao final do ano, observou-se um número significativo de evasão estudantil, com 1.845 estudantes evadidos(as),

representando uma taxa de evasão de 24% do total. Esse índice é alarmante e ressalta a necessidade de estratégias eficazes para a retenção de estudantes.

Gráfico 29 – Indicadores de evasão no Campus Maceió/Ifal



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha- <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

Entretanto, ao analisar especificamente os(as) estudantes beneficiados(as) pelo Programa de Apoio ao Estudante (PauP), notou-se uma redução significativa na evasão. Dos 610 estudantes contemplados(as) pelo PauP, apenas 8 (oito) evadiram, resultando em uma taxa de evasão de 11,42%. Esses dados indicam que o PauP tem uma influência positiva não apenas na manutenção do rendimento acadêmico, mas também na permanência dos(as) estudantes na Instituição.

O PauP é uma ferramenta eficaz para combater a evasão escolar. A implementação de Programas de apoio e incentivo, como o PauP, é fundamental para a retenção dos(as) estudantes e para garantir que mais possam concluir seus estudos com sucesso. Esses Programas são essenciais para alcançar os objetivos educacionais e promover a continuidade acadêmica dos(as) estudantes, contribuindo significativamente para a melhoria dos índices de retenção escolar no Campus Maceió/Ifal.

CAPÍTULO V – MARCO CONCLUSIVO

A Assistência Estudantil (AE) é direcionada para ampliar as condições de permanência dos(as) estudantes, facilitando o acesso, a permanência com qualidade e a conclusão bem-sucedida dos estudos. Embora o objetivo primordial desses benefícios seja proporcionar suporte socioeconômico aos(às) estudantes, é notável que a condição de manutenção desses benefícios muitas vezes esteja associada à frequência regular nas atividades acadêmicas, e não necessariamente ao rendimento acadêmico.

Enquanto a frequência é um indicador importante de envolvimento do(a) estudante, a ausência da consideração do rendimento acadêmico como critério pode levantar questões sobre a eficácia abrangente dessas políticas de Assistência Estudantil.

Embora os objetivos primários da Assistência Estudantil (AE) estejam centrados na ampliação das condições que garantam a permanência dos(as) estudantes na Instituição de Ensino, com o propósito de facilitar o acesso, a permanência com qualidade e a conclusão bem-sucedida dos estudos, é observável que, como contrapartida, apenas a frequência deles(as) é exigida para a manutenção desses benefícios. Embora haja uma ampla discussão sobre o rendimento acadêmico, este último não é considerado como critério para a concessão ou manutenção dos benefícios da AE.

Estudos evidenciam que a Assistência Estudantil (AE) desempenha um papel significativo na promoção da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a melhoria dos resultados acadêmicos. Observa-se uma tendência natural de melhoria nos desempenhos dos(as) estudantes beneficiados(as) por Programas de Assistência Estudantil.

Os benefícios da AE têm, como principal objetivo, ações voltadas à ampliação das condições de permanência dos(as) estudantes, possibilitando condições para o acesso, a permanência com qualidade e a conclusão com êxito dos(as) estudantes.

Ao analisar a influência do Programa de Auxílio Permanência (PauP) da Assistência Estudantil (AE) no desempenho acadêmico de estudantes de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas, pode-se concluir que esse Programa desempenha um papel fundamental na garantia da permanência e no sucesso dos(as) estudantes.

O PauP é um Programa de apoio financeiro destinado a auxiliar os(as) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando minimizar dificuldades financeiras que podem prejudicar sua dedicação aos estudos. Através desse auxílio, os(as) estudantes têm acesso a recursos para custear despesas básicas, relacionadas à alimentação, ao transporte, à moradia e a materiais didáticos, possibilitando uma maior concentração no desenvolvimento acadêmico.

As pesquisas têm demonstrado que estudantes que recebem auxílio financeiro têm um desempenho acadêmico significativamente melhor em comparação com aqueles(as) que não o recebem. Isso se deve ao fato de que o Programa permite que esses(as) estudantes tenham condições adequadas para se dedicarem aos estudos, sem se preocupar com questões financeiras urgentes.

Além disso, o PauP também contribui para a redução da evasão escolar, pois muitos(as) estudantes que enfrentam dificuldades financeiras acabam abandonando seus cursos devido à impossibilidade de arcar com os custos necessários para sua formação. Com o Auxílio Permanência, esses(as) estudantes têm a oportunidade de continuar seus estudos e buscar melhores perspectivas de futuro.

Outro aspecto importante é a promoção da equidade educacional. O Programa de Auxílio Permanência atende prioritariamente estudantes de baixa renda, que muitas vezes não possuem condições de competir em igualdade de condições com outros(as) colegas que possuem recursos financeiros. Dessa forma, o PauP contribui para reduzir as desigualdades no acesso à educação e para ampliar as oportunidades de sucesso acadêmico dos(as) estudantes.

O objetivo deste estudo foi analisar a influência do Programa de Auxílio Permanência (PauP) da Assistência Estudantil (AE) no desempenho acadêmico de estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Maceió do Ifal. Os testes realizados confirmaram a hipótese, mostrando que a política de Assistência Estudantil contribui para o desempenho acadêmico, especialmente para estudantes de baixa renda.

Além disso, foi observado a influência positiva do Auxílio Permanência é maior em estudantes com menor renda familiar. Conclui-se que a política de Assistência Estudantil é vital para garantir a permanência dos(as) estudantes na educação superior e também contribui para a qualidade de seu aprendizado.

Diante desses aspectos, fica evidente a importância do Programa de Auxílio Permanência da Assistência Estudantil para os(as) estudantes de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas. O Programa se configura como uma política pública efetiva na promoção da igualdade de oportunidades e no fortalecimento da formação acadêmica desses jovens, possibilitando um futuro mais promissor para eles e para a sociedade – de forma mais ampla.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 512-528, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRAGA, Maria Conceição de Matos. **A política de assistência estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: Um estudo comparativo da eficácia na aplicação da verba do Programa Nacional de Assistência Estudantil através do desempenho acadêmico dos estudantes. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 2024.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 2024.

BRASIL. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 2024.

BRASIL. Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 2024.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 2024.

BRASIL. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 2024.

BRITO, L. DA S. Y BARBOSA, A(2017). Programa de auxílio moradia em uma unidade acadêmica de uma universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos discentes beneficiados. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 21 n.1, p. 125-145.

CARVALHO, Emily Lima; ANJOS, Nívia Barreto dos. **Assistência Estudantil: As Múltiplas Interfaces.** Editora Appris, 2021.

CUNHA, Jacqueline Kelly Almeida; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; FERNANDES, Natália Rigueira. Assistência estudantil na educação superior: A trajetória do programa nacional de assistência estudantil na Universidade Federal de Ouro Preto. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 16, n. 35, p. 1-19, 2023.

DUTRA e SANTOS. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FERREIRA, Marília de Faria. **Assistência estudantil: uma avaliação a partir do desempenho acadêmico dos discentes da Universidade de Brasília (UnB). Desenvolvimento em Questão**, v. 22, n. 60, p. e14178-e14178, 2024.

FRANÇA, Patrícia Dayane C. et al. A evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e suas relações com o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. **Revista Espacios**, v. 41, n. 48, p. 218-235, 2020.

FREITAS, Larissa et al. Assistência estudantil e evasão escolar no IF sudeste MG- Campus Juiz de Fora. **Multiverso: Revista Eletrônica do Campus Juiz de Fora-IF Sudeste MG**, v. 2, n. 2, p. 171-181, 2017.

GOMES, Elizabeth Cristina Castro. **Segurança alimentar e nutricional na perspectiva da sustentabilidade**: estudo a partir do Programa Bolsa Família nos CECFs em Manaus/AM. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2020.

JANNUZZI, P. de M. A implementação no centro da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista AVAL**, 2(16), 65-79, 2019.

JULIÃO, Cassiano Roberto Ferreira; PEREIRA, Luiz Ismael; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. O impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 203-225, 2022.

KNOLLER, Maria Luiza Pinto; COELHO, Talita Daniel. A organização da educação no Brasil: a evasão escolar no ensino médio e a assistência estudantil. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LACERDA, Izabella Pirro; VALENTINI, Felipe. Impacto da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência na universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 413-423, 2018.

MACHADO, Gabriel Costeira; OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de; FREITAS, Tiaraju Alves de. **Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico**: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13203>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MENEZES, Abel Smith et al. Programa Nacional de Assistência Estudantil e desempenho acadêmico: evidências empíricas, diferentes reflexões. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 91-113, 2023.

REIS, E. M. C. dos. **Pnaes**: uma análise da implementação da política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. 2016. 196f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública). Brasília: UnB, 2016.288 A assistência estudantil nos Institutos Federais.

SANTOS, José Carlos dos; GOMES, Erbs Cintra de Souza. Efetividade da política de assistência estudantil para permanência e êxito no IFSertão/PE campus Petrolina zona rural. **Seminário de Pós-graduação do IFSertãoPE**, v. 4, n. 1, 2023.

SILVA, N. C. S.; CHAHINI, T. H. C. Atuação do serviço social no contexto da política de assistência estudantil / Social work performance in the context of the student assistance policy. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 12498–12505, 2020. DOI: 10.34117/bjd6n3-204. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7688>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SILVA, Lucas Adriano; PENHA, Débora de Lima Braga; RODRIGUES, Cristiana Tristão. Impactos do programa de bolsas de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico dos estudantes. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, v. 7, n. 1, p. 32-47, 2023.